



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS,
GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR ï MESTRADO
PROFISSIONAL

JOÃO HENRIQUE LUCENA DA COSTA

**AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O SISTEMA DE
BIBLIOTECAS DA UFPB E A EVOLUÇÃO DOS SEUS INDICADORES
DE DESEMPENHO**

JOÃO PESSOA
2017

JOÃO HENRIQUE LUCENA DA COSTA

**AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O SISTEMA DE
BIBLIOTECAS DA UFPB E A EVOLUÇÃO DOS SEUS INDICADORES
DE DESEMPENHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. Linha de Pesquisa: Gestão, Avaliação e Financiamento do Ensino Superior, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Éder da Silva Dantas

JOÃO PESSOA

2017

C838a Costa, João Henrique Lucena da.

Avaliação da educação superior: o sistema de bibliotecas da UFPB e a evolução dos seus indicadores de desempenho / João Henrique Lucena da Costa.- João Pessoa, 2017.

140 f. : il.-

Orientador: Éder da Silva Dantas.

Dissertação (Mestrado) ï UFPB/CE

1. Biblioteca Universitária. 2. Avaliação de Curso.
3. Avaliação Institucional. 4. SINAES. 5. UFPB. I. Título.

UFPB/BC

CDU ï 027.7(043)

JOÃO HENRIQUE LUCENA DA COSTA

**AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O SISTEMA DE
BIBLIOTECAS DA UFPB E A EVOLUÇÃO DOS SEUS INDICADORES
DE DESEMPENHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas,
Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional do Centro de
Educação da Universidade Federal da Paraíba, Linha de Pesquisa: Gestão,
Avaliação e Financiamento do Ensino Superior, como requisito para obtenção do
grau de Mestre.

Dissertação aprovada em: 13 / 02 / 2017

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Éder da Silva Dantas

Orientador – MPPGAV/UFPB



Prof^a. Dr^a. Maria das Graças Gonçalves Vieira Guerra

Titular (interno) – MPPGAV/UFPB



Prof. Dr. Eládio José de Goês Brennand

Titular (externo) – MPGOA/UFPB

Prof^a. Dr^a. Uyguaciara Velôso Castelo Branco

Suplente (interno) – MPPGAV/UFPB

Prof. Dr. Wilson Honorato Aragão

Suplente (externo) – PPGE/UFPB

Com muita satisfação, à minha família,
pelo apoio incondicional nessa trajetória,
propiciando as condições necessárias
para a realização deste trabalho.
DEDICO

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter iluminado meus caminhos e me capacitado a cumprir mais uma missão.

Aos meus familiares, pela compreensão, tolerância e estímulo. Especialmente a minha mãe Lúcia de Fátima e ao meu pai João Alberto.

A meu orientador, Éder da Silva Dantas pela dedicação, atenção e compreensão para com a elaboração deste trabalho.

A professora Rosa Zuleide Lima de Brito pela co-orientação, dedicação e disposição na contribuição deste trabalho.

A Sônia Suely e a Rodrigo Antônio do setor de Contabilidade, bem como a sua equipe de trabalho, que colaboraram na obtenção dos dados para pesquisa.

A todos os profissionais que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho. Principalmente a professora Mônica Dias Palitot e a técnica Maria do Rosário, que colaborou na obtenção dos dados para pesquisa.

À coordenação e secretaria do mestrado (pelo apoio, atenção e tratamento conosco), professores (pelo compromisso, responsabilidade e dedicação na condução das aulas), colegas do curso (pela interação, entrosamento, estímulo e companheirismo em todos os momentos). Sobretudo a colega Paloma Borba, que contribuiu na obtenção dos dados para pesquisa.

À minha esposa Helane Cibely Albuquerque da Silva, pelo carinho, amor e compreensão.

Enfim, agradeço especialmente a minha filha Maria Clarice, por ser a mais nova inspiração para realização dos meus sonhos.

Se a ciência e a técnica têm por objetivo conhecer e dominar a natureza para melhor servir ao ser humano, o cientista e o técnico não podem ficar enclausurados; devem 'socializar' seu saber e sua técnica. (Darcy Cordeiro)

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar o desempenho do Sistema de Bibliotecas da UFPB na avaliação institucional e de curso no contexto da política de gestão e avaliação, mediante os parâmetros de avaliação do MEC, a partir da criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Tendo como pressuposto o advento do REUNI, várias condições e possibilidades surgiram, sobretudo na ampliação dos recursos e investimentos para as Universidades federais, refletindo diretamente nas Bibliotecas, que são órgãos vinculados aos sistemas universitários. A hipótese inicial apontou para a aquisição de livros e materiais, que impactou positivamente e pode proporcionar uma melhora ou não do desempenho do Sistema de Bibliotecas. A fundamentação teórica tem como base o conceito de Estado Gerencial e estudos relacionados à Reforma do estado brasileiro e políticas públicas no ensino superior (universidade/sociedade, e educação superior) e o estudo da Biblioteca universitária (políticas públicas para bibliotecas universitárias, gestão, planejamento e avaliação de bibliotecas). No que concerne à metodologia, o caminho percorrido foi a adoção da pesquisa exploratória e descritiva, com enfoque misto – quantitativo e qualitativo do ponto de vista da forma de abordagem do problema. Os dados foram coletados de forma bibliográfica, documental direta e indireta, e o método de abordagem foi o hermenêutico. De acordo com os resultados, o Sistema de Bibliotecas como um todo obteve um conceito suficiente/regular; no entanto, alguns dos indicadores obtiveram conceitos insuficientes/fracos. A pesquisa mostrou a existência de pontos fortes, como o acesso *on-line* ao Portal de Periódicos da CAPES, além do amplo e permanente horário de funcionamento das bibliotecas. Entre os pontos frágeis encontrados, cite-se a inexistência ou a quantidade insuficiente de títulos e seus respectivos exemplares da bibliografia básica e complementar nas bibliotecas. Nas considerações finais, e a título sugestivo para a melhoria do atendimento, da prestação dos serviços e no oferecimento dos produtos, propõem-se a elaboração de um Plano de Gerenciamento de Melhorias, de acordo com o estabelecido no SINAES, visando o avanço e o desenvolvimento dos indicadores da biblioteca, além da implantação de uma política mais efetiva para o Sistema de Bibliotecas, especialmente no que diz respeito à aquisição das bibliografias.

Palavras-chave: Biblioteca universitária. Avaliação de curso. Avaliação institucional. SINAES. UFPB.

ABSTRACT

The present research aims to analyze the performance of the Library System of the UFPB in the institutional and course evaluation in the context of the management and evaluation policy, through the evaluation parameters of the MEC, from the creation of the National System of Evaluation of Higher Education (SINAES). Assuming the advent of the REUNI, several conditions and possibilities arose, especially in the expansion of resources and investments for federal universities, reflecting directly on the Libraries, which are departments associated to university systems. The initial hypothesis pointed to the acquisition of books and materials, which positively impacted and could provide an improvement or not of the performance of the Library System. The theoretical foundation is based on the concept of Management State and studies related to the Reform of the Brazilian state and public policies in higher education (university/society, and higher education) and the study of the university library (public policies for university libraries, Evaluation of libraries). Regarding the methodology, the way forward was the adoption of exploratory and descriptive research, with a mixed - quantitative and qualitative approach from the point of view of the approach to the problem. The data were collected in a bibliographical, direct and indirect documentary and the method of approach was the hermeneutic. According to the results, the Library System as a whole obtained a sufficient/regular concept; however, some of these indicators obtained insufficient/weak concepts. The research showed the existence of strengths, such as online access to CAPES Periodical Portals, in addition to the broad and permanent hours of operation of libraries. Among the fragile points found, mentioned the inexistence or insufficient number of titles and their respective copies of the basic and complementary bibliography in libraries. In the final considerations, and as a suggestion to improve attendance, services provision and products offering, it is proposed the elaboration of an Improvement Management Plan, in accordance with SINAES, aiming at the advancement and the development of the indicators of the Library, in addition to the implementation of a more effective policy for the Library System, concerning to the acquisition of bibliographies.

Keywords: University library. Course evaluation. Institutional evaluation. SINAES. UFPB.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tipos de instituições de educação superior: A “Metáfora da Escada”	34
Figura 2 – Etapas do planejamento tradicional.....	55
Figura 3 – Proposta de Organograma do Sistemoteca UFPB.....	59
Figura 4 – Dimensões do SINAES.....	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pontos frágeis da avaliação institucional do Sistema de Bibliotecas.....	72
Gráfico 2 – Pontos fortes da avaliação institucional do Sistema de Bibliotecas.....	72
Gráfico 3 – Observações das avaliações de cursos da Biblioteca do CCA.....	74
Gráfico 4 – Observações das avaliações de cursos da Biblioteca do CCAE.....	75
Gráfico 5 – Observações das avaliações de cursos da Biblioteca do CCHSA.....	77
Gráfico 6 – Observações das avaliações de cursos da Biblioteca do CCEN.....	78
Gráfico 7 – Observações das avaliações de cursos da Biblioteca do CCHLA.....	80
Gráfico 8 – Observações das avaliações de cursos da Biblioteca do CCJ.....	82
Gráfico 9 – Observações das avaliações de cursos da Biblioteca do CCS.....	83
Gráfico 10 – Observações das avaliações de cursos da Biblioteca do CCSA.....	84
Gráfico 11 – Observações das avaliações de cursos da Biblioteca do CCTA.....	86
Gráfico 12 – Observações das avaliações de cursos da Biblioteca do CE.....	87
Gráfico 13 – Observações das avaliações de cursos da Biblioteca do CEAR.....	88
Gráfico 14 – Observações das avaliações de cursos da Biblioteca do CI.....	89
Gráfico 15 – Observações das avaliações de cursos da Biblioteca do CT.....	91
Gráfico 16 – Observações das avaliações de cursos da Biblioteca do CTDR.....	92
Gráfico 17 – Observações das avaliações de cursos do Sistemoteca.....	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cursos que migraram entre os Centros de Ensino.....	63
Quadro 2 – Abrangência do quantitativo de cursos/relatórios analisados.....	67
Quadro 3 – Instrumentos de avaliação do SINAES analisados.....	67
Quadro 4 – Critérios adotados pelos avaliadores do MEC para análise dos respectivos indicadores dos eixos/dimensões.....	68
Quadro 5 – Levantamento das Bibliotecas do Sistema.....	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Conceitos da avaliação institucional das Bibliotecas da UFPB.....	71
Tabela 2 – Conceitos da avaliação de cursos da Biblioteca do CCA.....	73
Tabela 3 – Conceitos da avaliação de cursos da Biblioteca do CCAE.....	74
Tabela 4 – Conceitos da avaliação de cursos da Biblioteca do CCHSA.....	76
Tabela 5 – Conceitos da avaliação de cursos da Biblioteca do CCEN.....	77
Tabela 6 – Conceitos da avaliação de cursos da Biblioteca do CCHLA.....	79
Tabela 7 – Conceitos da avaliação de cursos da Biblioteca do CCJ.....	81
Tabela 8 – Conceitos da avaliação de cursos da Biblioteca do CCS.....	82
Tabela 9 – Conceitos da avaliação de cursos da Biblioteca do CCSA.....	83
Tabela 10 – Conceitos da avaliação de cursos da Biblioteca do CCTA.....	85
Tabela 11 – Conceitos da avaliação de cursos da Biblioteca do CE.....	86
Tabela 12 – Conceitos da avaliação de cursos da Biblioteca do CEAR.....	88
Tabela 13 – Conceitos da avaliação de cursos da Biblioteca do CI.....	89
Tabela 14 – Conceitos da avaliação de cursos da Biblioteca do CT.....	90
Tabela 15 – Conceitos da avaliação de cursos da Biblioteca do CTDR.....	92
Tabela 16 – Conceito geral da avaliação institucional referente ao indicador Biblioteca do Sistemoteca.....	93
Tabela 17 – Conceito geral da avaliação de cursos referente ao indicador Biblioteca do Sistemoteca.....	94
Tabela 18 – Indicadores de qualidade da UFPB.....	96
Tabela 19 – Recursos orçamentários do Sistema de Bibliotecas e Biblioteca Central.....	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPA	Comissão Permanente de Avaliação
CPME	Coordenação para Melhoria do Ensino
DDC	Divisão de Desenvolvimento das Coleções
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
IES	Instituições de Educação Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISTEMOTECA	Sistema de Bibliotecas
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 OBJETIVOS	19
1.1.1 Objetivo geral	19
1.1.2 Objetivos específicos	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 REFORMA DO ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENSINO SUPERIOR	20
2.1.1 Universidade e sociedade	23
2.1.2 Educação superior	27
2.1.2.1 Avaliação de políticas públicas da educação superior	29
2.2 GESTÃO EDUCACIONAL	37
2.2.1 Avaliação institucional	40
2.2.2 Avaliação do ensino superior	41
2.2.2.1 Sinaes	43
2.2.2.2 Projeto Reuni	45
2.3 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA	47
2.3.1 Políticas para as bibliotecas universitárias	51
2.3.2 Gestão de bibliotecas	51
2.3.2.1 Planejamento de bibliotecas	53
2.3.2.2 Avaliação de bibliotecas	55
2.4 BIBLIOTECA CENTRAL E O SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFPB	57
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	61
3.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA	61
3.2 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS	62
3.2.1 Técnicas de coleta de informações	62
3.2.2 Técnicas de análise dos dados	63
3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA	65
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	70

4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS	70
4.2 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	106
ANEXOS	115
ANEXO A - Observações da avaliação institucional referente ao indicador Biblioteca UFPB	116
ANEXO B - Observações da avaliação de curso referente ao indicador Biblioteca do CCA	122
ANEXO C - Observações da avaliação de curso referente ao indicador Biblioteca do CCAE	123
ANEXO D - Observações da avaliação de curso referente ao indicador Biblioteca do CCHSA	125
ANEXO E - Observações da avaliação de curso referente ao indicador Biblioteca do CCEN	126
ANEXO F - Observações da avaliação de curso referente ao indicador Biblioteca do CCHLA	126
ANEXO G - Observações da avaliação de curso referente ao indicador Biblioteca do CCJ	130
ANEXO H - Observações da avaliação de curso referente ao indicador Biblioteca do CCS	131
ANEXO I - Observações da avaliação de curso referente ao indicador Biblioteca do CCSA	133
ANEXO J - Observações da avaliação de curso referente ao indicador Biblioteca do CCTA	134
ANEXO K - Observações da avaliação de curso referente ao indicador Biblioteca do CE	136
ANEXO L - Observações da avaliação de curso referente ao indicador Biblioteca do CEAR	137
ANEXO M - Observações da avaliação de curso referente ao indicador Biblioteca do CI	138
ANEXO N - Observações da avaliação de curso referente ao indicador Biblioteca do CT	138
ANEXO O - Observações da avaliação de curso referente ao indicador Biblioteca do CTDR	140

1 INTRODUÇÃO

A realização do estudo sobre a temática em pauta se justifica pela proeminência que assumiu a questão das políticas públicas, gestão e avaliação da educação superior, o qual exige um pleno entendimento dos aspectos referentes ao gerenciamento adequado de suas ferramentas, aptidões essenciais para promover a reestruturação das práticas tradicionais, e visando, consecutivamente, melhorar a dinâmica dos serviços disponibilizados pelas organizações.

Vivemos em uma sociedade em que a informação é a matéria prima para o alcance e o desenvolvimento de efetivos avanços tecnológicos. Coutinho e Lisboa (2011, p.6) destacam que a sociedade da informação está “[...] inserida num processo de mudança constante, fruto dos avanços na ciência e na tecnologia”. É nesta perspectiva que muitos gestores de Unidades de Informação estão disseminando e compartilhando as informações, para que seus subordinados descubram o valor da informação, e os instiguem a qualificar-se constantemente, mantendo os profissionais mais competitivos.

É neste panorama que a sociedade da informação atual exige do gestor um gerenciamento da informação. Do mesmo modo, vale salientar que algumas situações fogem da alçada de atuação dos profissionais, ao qual colaboram para o comprometimento da gestão de bibliotecas universitárias, tais como: limitações técnicas, logísticas, estruturais e poucos materiais disponibilizados.

O mapeamento dos ativos intelectuais da organização possibilita aos gestores a sua disseminação, com a perspectiva de criar novos conhecimentos, bem como oportunizando uma maior competitividade e um melhor compartilhamento das práticas e tecnologias que automaticamente estimulam o processo; de idêntico modo, é perceptível a necessidade de melhorar as fragilidades encontradas na administração das organizações, entre estas Unidades de Informação, com a simples mudança da cultura organizacional.

A principal função da avaliação “é produzir conhecimentos relativos à unidade de informação, à organização em que esta se situa e a seu ambiente, para servir de subsídio ao planejamento tanto na fase de elaboração do plano, programa ou projeto, quanto na fase de implementação das ações. [...]” (ALMEIDA, 2005, p.11).

Nas unidades de informação, contudo, esse entendimento parece ainda não ter sido absorvido de modo adequado, posto que estas instituições não visam o

lucro, tendo como intuito precípua a disseminação da informação, e posteriormente a atualização, a transmissão da informação e o aprendizado como um todo. Que por sua vez “a aprendizagem está estreitamente ligada à evolução humana, à transmissão de conhecimentos, [...], a informação é considerada um fator de suma importância a cadeia produtiva, [...]”. (FREIRE; FREIRE, 2010, p.83).

Diante dessa realidade, surge a necessidade da gestão e da avaliação da biblioteca universitária, com foco na educação superior, encarada sob a perspectiva de ser um serviço com uma cadeia de elementos interdependentes.

A proposição de avaliar a educação superior de forma sistêmica representa a possibilidade de orientação da gestão pública, seja na esfera estatal ou no âmbito das próprias instituições, e tem na avaliação um referencial pedagógico e administrativo para dar suporte às mudanças nos planos, missão, atitudes e responsabilidade social. (GRIBOSKI; FUNGHETTO, 2013, p.58).

Para além disto, por ser objeto de avaliação nas instituições de educação superior e nos cursos superiores de graduação e sequenciais do sistema federal de ensino, a Biblioteca necessita ter, entre outras, as especificações constantes no art. 16, inciso VII, alínea “a”, quais sejam: acervo de livros; formas de atualização e expansão, identificado sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; espaço físico para estudos e horário de funcionamento; pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos (BRASIL, 2006).

Nesse contexto, o profissional da Informação tem que estar disposto a quebrar barreiras informacionais para cumprir o seu papel. Deve, ainda, usar ferramentas que promovam um equilíbrio durável entre os diferentes atores ou agentes envolvidos. Esta pesquisa vai contribuir no sentido de conhecer a realidade atual do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no que diz respeito, especificamente, a um modelo de gestão organizacional.

A universidade tem papel fundamental no nosso cotidiano, e continua sendo evidenciada por fatores decisivos, como o desenvolvimento econômico, social, político e cultural, contribuindo cada vez mais para o progresso e crescimento da sociedade. Vale ressaltar que desde cedo, a sociedade necessitava da idealização de instituições voltadas para a cultura e o saber nas mais diversas formas existentes, ou seja, isso recai no ambiente da biblioteca universitária, da qual tem suma importância nas questões que envolvem o criar, transformar e disseminar o saber humano. E a gestão educacional é o ponto de partida primordial nas ações de

qualquer unidade ou instituição, ou seja, “a gestão transforma metas e objetivos educacionais em ações, dando concretude às políticas traçadas”. (BORDIGNON; GRACINDO, 2004, p.147).

A maior motivação para realização do estudo em curso reside, sobretudo, por uma questão pessoal, profissional e acadêmica, para compreender a dinâmica da avaliação do Ministério da Educação (MEC) nas bibliotecas, pela gestão exercida por diversos anos em biblioteca universitária, e acompanhando, por diversas vezes, visitas dos avaliadores do MEC. Imerso na observação participante, fez-se premente entender como a biblioteca universitária na maioria das vezes não estava preparada o suficiente, e acabara por não receber bons conceitos na visão dos avaliadores.

Este estudo focaliza na realização de uma análise, com o propósito de identificar se a biblioteca atende de forma satisfatória as exigências do MEC, no que se refere à avaliação de cursos de graduação da instituição com foco no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba.

A Biblioteca Central é um órgão suplementar, subordinado à Reitoria da UFPB, da qual faz parte do Sistema de Bibliotecas (SISTEMOTECA). Tendo em vista que as demais bibliotecas da Universidade estão vinculadas tecnicamente à Biblioteca Central, tem por missão primordial dar suporte informacional aos programas de ensino, pesquisa e extensão referentes aos cursos de graduação, e como objetivo o de disponibilizar a informação sistematizada, favorecendo o acesso de estudantes e comunidade em geral, docentes e pesquisadores, além dos funcionários técnico-administrativos em educação, quando do desenvolvimento de suas atividades acadêmicas e científicas.

O acervo da biblioteca é composto por diversos tipos de materiais em diferentes suportes de registro de informação, tais como: livros; folhetos; obras de referência – manuais, dicionários e enciclopédias; e materiais especiais ou multimeios. Os materiais são dispostos e organizados fisicamente nas estantes, de acordo com o código de Classificação Decimal Universal (CDU), associado ao número de *Cutter*, da notação do autor.

Caracterizando-se a Biblioteca como uma unidade que presta serviços de informação, dotada de organização, pessoal, produtos e estrutura para atender aos usuários, tem a avaliação como instrumento norteador nesse processo de ensino e aprendizagem, e juntamente com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES),

[...] tem se destacado pelo caráter intrínseco de promover um diagnóstico da situação da educação superior e de orientar melhorias no processo pedagógico e administrativo, caracterizado pelo conceito de avaliação com papel formativo e emancipatório pela oportunidade de induzir qualidade, respeitando a liberdade e a autonomia institucional na construção do plano de desenvolvimento institucional e projetos pedagógicos de cursos. (GRIBOSKI; FUNGHETTO, 2013, p.55).

Nesse processo de aprendizagem organizacional, “tanto as organizações aprendem com as pessoas, como as pessoas aprendem com o conhecimento institucionalizado nas organizações” (SILVA, 2009, p.97), devendo, por isso, ser estimulada a aprendizagem em equipe, o trabalhar em grupo, pela sua interação social.

Algumas proposições podem ser inferidas como respostas presumíveis e transitórias para o problema da pesquisa. Deste modo, podem-se elucidar o caminho norteador a ser seguido pelas seguintes questões:

Quais critérios são adotados como parâmetros para avaliação das bibliotecas universitárias junto ao MEC? Quais requisitos contribuem para a gestão organizacional, no que diz respeito à avaliação do MEC no Sistema de Bibliotecas da UFPB? Qual o impacto do projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) no tocante aos investimentos para cursos no âmbito da UFPB e do Sistema de Bibliotecas, mediante a avaliação do MEC? Como a avaliação do MEC, no que concerne ao Sistema de Bibliotecas, pode influenciar nos conceitos obtidos pelos cursos de graduação da UFPB?

Mediante tais questionamentos, espera-se com a aplicação da pesquisa, a possibilidade de se obter resultados inerentes ao Sistema de Bibliotecas da UFPB, para que posteriormente possam consubstanciar as tomadas de decisões, com intuito de suprimir ou dirimir prováveis deficiências encontradas no que concerne à gestão e avaliação de biblioteca universitária, e que de uma forma geral “[...] a política de avaliação proposta pelo SINAES pretende assegurar, no País, a qualidade acadêmica das instituições e a consolidação de um sistema de educação superior com alto valor científico e social. [...]”. (GRIBOSKI; FUNGHETTO, 2013, p.58).

Como hipótese inicial, pode-se inferir que o suposto aumento do volume de recursos advindos da União, por meio do REUNI, reflete diretamente na ampliação de investimentos para o Sistema de Bibliotecas da UFPB, no que diz respeito à

aquisição de livros e materiais, que impacta positivamente e que pode proporcionar uma melhora do seu desempenho dentro dos indicadores atingidos da avaliação do MEC, através do SINAES, que serve como parâmetro de qualidade, ao qual “[...] pode e deve expressar, os indicadores, os critérios e os resultados de fato avaliados nas diferentes dimensões, e percebidos nas instituições de ensino superior, aos olhos de todos, e desmitificar a opinião do senso comum [...]”. (GARRIDO et al, 2015, p.27).

Desta forma, essa hipótese pode enveredar, de certo modo, pelo caminho de que o REUNI criou condições, viabilizando e potencializando a melhoria da biblioteca dentro do arcabouço universitário no âmbito institucional.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar o desenvolvimento do Sistema de Bibliotecas no desempenho da avaliação institucional e de cursos na UFPB.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Comparar os relatórios de avaliação institucional e de cursos no âmbito da UFPB, no que se refere à biblioteca com a implantação do REUNI;
- b) Identificar se as ações implementadas nas Bibliotecas do Sistema atendem às exigências do MEC; e
- c) Identificar a evolução de verbas orçamentárias destinadas para a aquisição de acervos (bibliografias básica e complementar, equipamentos e infraestrutura física) do Sistema de Bibliotecas.

Por conseguinte, para melhor entendimento em relação à temática abordada, são apresentados em seguida, o referencial teórico, bem como a metodologia, os resultados e suas respectivas análises e as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para fundamentar o estudo, discute-se, teoricamente, sobre os temas, universidade e sociedade, educação superior, biblioteca universitária, gestão de bibliotecas, avaliação e avaliação de bibliotecas, reforma do Estado e políticas públicas.

2.1 REFORMA DO ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENSINO SUPERIOR

A reforma do Estado e as políticas públicas estão sendo priorizadas cada vez mais na agenda de debates que envolvem os interesses do poder público e os cidadãos, ou seja, torna-se um marco importante na consolidação de um Estado cada vez mais contemporâneo. A universidade também tem sua relevância nesse debate, justamente em decorrência de oferecer uma educação superior de qualidade. Deste modo, neste capítulo, foram analisados alguns pressupostos teóricos e conceituais, os percursos históricos relativos a essa temática, e a conexão com a realidade brasileira.

Vale destacar que propostas como a terceira via [Giddens] e a nova gestão pública [Bresser Pereira] vêm ganhando cada vez mais espaço. Duas linhas são fundamentais: em nível internacional, “O governo tem um papel essencial a desempenhar investindo nos recursos humanos e na infraestrutura necessária para o desenvolvimento de uma cultura empresarial.” (GIDDENS, 1999, p.109) a necessidade de ser renovar o Estado Social, em contraposição ao Estado mínimo, de viés neoliberal, isto é, tem o intuito de combater o neoliberalismo para melhorar o Estado social, e que tem a concepção direcionada para economia mista na qual “[...] busca [...] uma nova sinergia entre os setores público e privado, utilizando o dinamismo dos mercados mas tendo em mente o interesse público.” (GIDDENS, 1999, p.109); e, no Brasil, a necessidade de se romper com os traços patrimonialistas da gestão pública, onde “O governo pode e deve desempenhar um importante papel na renovação da cultura cívica.” (GIDDENS, 1999, p.89), e que o interesse coletivo incide na partilha das ações coletivas de forma recíproca.

Já em sua obra Reforma do Estado e administração pública gerencial, Bresser Pereira, classifica o Estado, sobretudo a administração pública em três formas – patrimonial, burocrática e gerencial, sendo a primeira relacionada aos

“princípios de um serviço público profissional e de um sistema administrativo impessoal, formal e racional”; a segunda voltada mais aos processos, a “uma administração que não visa ao lucro, mas à satisfação do interesse público”; e por fim, a gerencial estar associada aos resultados em prol do cidadão, ou seja, é uma “[...] estratégia para reduzir o custo e tornar mais eficiente a administração dos imensos serviços que cabiam ao Estado e como um instrumento de proteção do patrimônio público contra os interesses [...] da corrupção aberta. [...]” (PEREIRA, 2006, p.26-28).

Para Giddens (1999, p.79) “[...] A reforma do Estado e do governo deveria ser um princípio orientador básico da política da terceira via - um processo de aprofundamento e ampliação da democracia [...]”. O autor destaca ainda que o governo “[...] deve se ajustar às novas circunstâncias da era global; e de que a autoridade, inclusive a legitimidade do Estado, tem de ser ativamente renovada. [...]” (GIDDENS, 1999, p.82).

Da qual o autor propõe que Estado deve reagir estruturalmente à globalização; deveria expandir o papel da esfera pública, com maior transparência e abertura, além de salvaguardas contra corrupção; conservar ou recuperar legitimidade, Estados sem inimigos têm de elevar sua eficiência administrativa; necessidade de formas de democracia diferentes do processo ortodoxo de votação; Estados sem inimigos dependem mais do que antes, para sua legitimidade, da capacidade de administrar riscos; e a democratização da democracia não pode ser somente local ou nacional - o Estado deve ter uma perspectiva cosmopolita. (GIDDENS, 1999).

No entanto, para Cardoso (2006, p.16) a Reforma do Estado “deve sinalizar metas que sejam ajustados aos anseios da população, isto é, efetivamente capaz de atender as demandas da sociedade.” Sendo primordial a reorganização do Estado na intenção de se verificar o que é prioridade ou não, na otimização dos custos.

Por conseguinte, assim como o Estado deve assimilar aos anseios da sociedade, a sociedade deve saber interagir com o Estado, sempre de forma harmônica as premências da coletividade, por intermédio de canais de junção entre a sociedade e a democracia, ao qual o poder público viabilizará decisão mais apropriada. (CARDOSO, 2006).

Corroborando com os autores anteriores Bresser-Pereira (2010, p.123-124), enfatiza dois princípios básicos do Estado, onde:

[...] Primeiro, o Estado é o instrumento de ação coletiva por excelência da sociedade politicamente organizada; é através dele

que a sociedade realiza seus objetivos políticos. Assim, a nação e a sociedade civil são os agentes, constituem a variável independente, enquanto que o Estado é o instrumento. Segundo, a ação social através da qual a nação ou a sociedade civil reforma permanentemente o Estado é a política; é através desta permanente reforma e da permanente discussão das normas e dos valores que cidadãos e cidadãos mudam a sociedade e promovem o progresso. [...].

Diante do exposto, temos as políticas públicas como elemento chave no desenvolvimento da Reforma do Estado, como bem ressalva Maciel, Bordin e Costa (2014, p.23) que “[...] A política pública seria uma estratégia guiada pela racionalidade coletiva, pensada e planejada com a participação ativa tanto do Estado quanto da sociedade civil. [...]” Isso recai sobre a questão do papel do Estado na criação de políticas públicas que promovam a desigualdade e exclusão social.

Dessa forma, as políticas públicas de acordo com Maia (2014, p.63) “[...] devem ser constituir a partir dos interesses e propósitos dos cidadãos como estratégias afirmadoras do desenvolvimento e das capacidades humanas e institucionais para a sua implementação [...]”. Outrora sendo a sociedade e as organizações responsáveis pela construção e monitoramento das ações do Estado, resultante do processo democrático. Uma vez que, as

Políticas públicas são programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. Políticas públicas são “metas coletivas conscientes” e, como tais, um problema de direito público, em sentido lato (BUCCI, 2002. p.241).

Nesse aspecto “As políticas públicas devem ser vistas também como processo ou conjunto de processos que culmina na escolha racional e coletiva de prioridades, para a definição dos interesses públicos reconhecidos pelo direito [...]” (BUCCI, 2002, p. 264), legitimando o governo do seu ato administrativo exercido, perfazendo sua competência política.

Vale salientar que o conceito de Estado contratual, em que embasa os sistemas de avaliação, pressupõe que a avaliação está no centro da ideia de contrato de gestão, ao passo que, “[...] A avaliação só é legítima quando se reconhece que a organização não funciona baseada no modelo em pirâmide e da execução” (TROSA, c2001, p.70). Desse modo, é possível alcançar bons resultados,

a partir de um gerenciamento moldável, isto é, para se atingir o desempenho esperado, é necessário o compromisso mútuo da equipe, como parte da gestão e na prestação de contas das ações em prol da produtividade, em suma, a informação é imprescindível no processo de avaliação.

Essa nova abordagem da Reforma do Estado contratual é possível constatar na assertiva de que:

O novo Estado, que foge aos limites mercadológicos, passa pelo compromisso precípua com os cidadãos, aqueles para os quais as políticas públicas devem se destinar. A universidade não pode ter como objetivo principal a reprodução de sua burocracia. Ela deve, sim melhorar a qualidade de sua gestão adotando modernas ferramentas desenvolvidas no processo de reflexão sobre a modernização da gestão pública pode, na dose certa e na abordagem adequada, fortalecer o caráter público das IES, [...] (DANTAS, 2015, p.17).

As políticas públicas para a educação superior são importantes para as Instituições de Ensino Superior, ou mesmo a Universidade, tema da próxima seção do capítulo.

2.1.1 Universidade e sociedade

Face ao exposto tanto a Universidade como a Sociedade, estão estreitamente ligadas uma com a outra, ou seja, é dever da Universidade prestar serviço de forma concreta, com qualidade à Sociedade, assim como a Sociedade deve inserir-se na Universidade de forma mais atuante e participativa, e que para isso a Universidade esteja sempre de portas abertas e disposta a abraçar esse laço, com a maior transparência possível.

O papel da universidade deve consistir na construção do seu compromisso na resolução coletiva das questões sociais, nos mais diversos âmbitos, ou seja, a universidade tem o "[...] papel crucial na construção do lugar do país num mundo polarizado entre globalizações contraditórias." (SANTOS, 2011, p.57). Em detrimento, de uma universidade mais mercadológica, que visa os interesses próprios do capitalismo desenfreado. Não obstante "[...] a educação é dever do Estado, razão pela qual a sustentação da universidade é compromisso fundamental do poder público. [...]" (ASSOCIAÇÃO, 2003, p.30).

Nesse aspecto “[...] O conjunto da universidade tem que ter condições de discutir e elaborar democraticamente políticas de ensino, pesquisa e extensão. [...]” (ASSOCIAÇÃO, 2003, p.12). Corroborando com pensamento de Jezine e Serrano (2013, p.190) que propõe

a padronização unificada de qualidade das universidades brasileiras, ao apresentar quatro princípios fundamentais: ensino público, gratuito, democrático, laico e de qualidade; autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial; democratização interna e liberdade de organização; e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e carreira unificada para as IES.

No entanto, para Piotto (2007, p.5) a entrada na universidade significa o encontro “[...] marcado pela solidão e pelo desenraizamento, que significa um sentimento de não-pertencimento, no entanto, as intensidades e as formas de reagir a esses sentimentos foram diferentes.” Para isso, além de ser um espaço evidente pela caracterização e desigualdade social, a universidade também é “[...] um espaço da elite, tanto do ponto de vista intelectual, isto é, da preservação, produção e difusão do saber que domina o campo intelectual, político e cultural a cada momento, quanto do ponto de vista social [...]” (PINHEIRO, 2007 p.3). Isso de fato, caracteriza-se pela importância que a Universidade tem diante da Sociedade, de um espaço do diálogo, debate, troca de informações e disseminação do conhecimento, além da produção científica, fruto de pesquisas e experiências.

Dias Sobrinho (2011) destaca que a Universidade estar ligada a processos e relações decorrentes do seu invólucro habitual, e de caráter prioritariamente pedagógico, e que, por conseguinte, “[...] As instituições universitárias são, portanto, totalidades feitas de diferenciação e de convergências, pois a divisão de trabalho e a multiplicidade são articuladas e a multiplicidade funcional são articuladas umas com as outras. [...]” (DIAS SOBRINHO, 2011, p.16-17).

Para sobreviver, as universidades,

Têm de estar ao serviço de duas ideias centrais - sociedade de informação e economia baseada no conhecimento - e para isso têm de ser elas próprias transformadas por dentro, por via das tecnologias da informação e da comunicação e dos novos tipos de gestão e de relação entre trabalhadores de conhecimento e entre estes e os utilizadores ou consumidores (SANTOS, 2011, p.30).

Nesse contexto vale ressaltar, o valor das TICs e da sociedade da informação na inclusão digital e social, além do seu impacto direto nas relações sociais e

institucionais, perfazendo um arcabouço ao qual estar inserido o gerenciamento da informação e dos recursos tecnológicos. Convém ressaltar que o mesmo autor num contexto bastante genérico coloca a universidade como um bem público estreitamente ligado ao projeto de nação [...] (SANTOS, 2011).

De acordo com Teixeira (2010, p.33), a “Universidade não tem somente e exclusiva a função de difundir o conhecimento, ou de conservar as experiências humanas, ou de preparar práticos e profissionais.”

Trata-se de manter uma atmosfera de saber para se preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva. (TEIXEIRA, 2010, p. 33).

Concomitante a isso, o autor (TEIXEIRA, 2010, p.170-171) destaca algumas funções fundamentais para a universidade, que em muitas vezes deixa a desejar no papel das universidades brasileiras, que são:

[...] a da formação profissional. As universidades, de modo geral, salvo algumas exceções, têm como objetivo preparar profissionais para as carreiras de base intelectual, científica e técnica. [...].

[...] a do alargamento da mente humana, que o contato com o saber e a busca produzem nos que frequentam a universidade. É algo mais que cultura geral. É a iniciação do estudante na vida intelectual, o prolongamento de sua visão, [...].

[...] a de desenvolver o saber humano. A universidade não só cultiva o saber e o transmite, como pesquisa, descobre e aumenta o conhecimento humano [...].

[...] a universidade é a transmissora de uma cultura comum. Nisto é que a universidade brasileira mais falhou. Além de profissional, a universidade brasileira, relativamente desinteressada pelo Brasil, não logrou constituir-se a transmissora de uma cultura comum nacional. [...].

A universidade será assim um centro de saber, destinado a aumentar o conhecimento humano, um noviciado de cultura capaz de alargar a mente e amadurecer a imaginação dos jovens para a aventura do conhecimento, uma escola de formação de profissionais e o instrumento mais amplo e mais profundo de elaboração e transmissão da cultura comum brasileira. Estas são as ambições da universidade. [...].

No que concerne a formação de pessoas e construção de uma sociedade desenvolvida e mais justa em todos os seus aspectos a dinâmica da educação deve estar voltada primordialmente para formação do indivíduo, garantindo desta forma, a liberdade de opinião e expressão, o respeito ao indivíduo e o reconhecimento da

necessidade dos outros, atingindo desta forma os objetivos mais gerais que deve estar voltada para a educação brasileira. (OTRANTO, 2011).

Princípios estes já elencados pelo PDE do Ministério da Educação, que é construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; e reduzir desigualdades sociais e regionais se traduz na equalização das oportunidades de acesso à educação de qualidade (BRASIL, 2012).

Por sua vez, é necessária uma sociedade mais imparcial, e que os indivíduos cada vez mais, consolide essa sociedade mais justa e democrática. Isso implica diretamente no,

[...] desafio imposto à escola por esta nova sociedade é imenso; o que se lhe pede é que seja capaz de desenvolver nos estudantes competências para participar e interagir num mundo global, altamente competitivo que valoriza o ser-se flexível, criativo, capaz de encontrar soluções inovadoras para os problemas de amanhã, ou seja, a capacidade de compreendermos que a aprendizagem não é um processo estático mas algo que deve acontecer ao longo de toda a vida. (COUTINHO; LISBÔA, 2011, p.5).

As autoras sinalizam em seu artigo a existência de três sociedades – da informação, do conhecimento e da aprendizagem, que reverbera como o desafio da educação para o milênio. Nesse contexto, vale salientar, a responsabilidade que já tem de imediato as escolas, no que tange ao “[...] desenvolvimento dessa nova sociedade em que o conhecimento, a criatividade e a inovação são os valores acrescentados que fazem a diferença e determinam o sucesso numa economia globalizada e altamente competitiva.” (COUTINHO; LISBÔA, 2011, p.11).

Isso demonstra a necessidade das autoridades e atores políticos, de uma maior atenção e proximidade com questões relacionadas ao desenvolvimento da sociedade mais viável, utilizando-se do bom senso a fim de dirimir as desigualdades existentes. É pertinente dizer que de acordo com esse padrão Dourado e Oliveira (2009, p.202) coloca que a “[...] educação se articula a diferentes dimensões e espaços da vida social sendo, ela própria, elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas. [...] perpassada pelos limites e possibilidades da dinâmica pedagógica, econômica, social, cultural e política de uma dada sociedade.” O autor vai mais além, e coloca a qualidade como condição da política adotada, para atender a procedimentos primordiais dentro de uma sociedade pautada na

organização, resultante, portanto numa maior qualidade da educação “[...] em que a concepção de mundo, de sociedade e de educação evidencia e define os elementos para qualificar, avaliar e precisar a natureza, as propriedades e os atributos desejáveis de um processo educativo de qualidade social. [...]” (DOURADO; OLIVEIRA, 2009, p.202).

Com intuito de um maior aprofundamento em relação a temática Universidade, na próxima seção trataremos a respeito da Educação Superior.

2.1.2 Educação superior

No que concerne à reforma do Estado brasileiro, diversos fatores, decorrentes do capitalismo, visam fortalecer as compreensões liberais de Estado e sociedade, isto é, tem o intuito de transformar questões de ordem cultural e social, em demandas normativas e administrativas. Nesta organização, a educação possui um lugar estratégico, como: preparação de mão de obra para o mercado; produção dos meios necessários ao funcionamento da economia e dinamicidade do conhecimento. (JEZINE; SERRANO, 2013, p.187).

No que se refere à autonomia e regulação da educação superior, “a avaliação se constitui instrumento normativo e pedagógico indispensável a reconfiguração da educação superior, no contexto do neoliberalismo que regula as mudanças assinaladas pela minimização do Estado, [...]” (JEZINE; SERRANO, 2013, p.193).

O Brasil tem que ter o compromisso de democratizar a educação superior de modo a atender as aspirações da sociedade, garantindo a intermediação entre o público e o privado, minimizando desta forma, os efeitos do passado, no que diz respeito à exclusão de grupos sociais. Da qual enfatiza Caôn e Frizzo (2010, p.7) em que:

A temática educação superior passa por um processo de democratização, promovendo o acesso à educação para todos, não mais numa proposta exclusiva de formação de uma elite com seletividade extrema no ingresso à universidade. No entanto, esse processo tem deixado como herança da reforma do ensino superior da década de 1990 o meganegócio da educação, indicando a amplitude do interesse em jogo com reflexos na sociedade e nos próprios estudantes incluídos nesse sistema.

Outros autores também ressaltam a questão da educação superior que vem cada vez mais sendo transformada em mercadoria e macro negócio, deixando

muitas vezes a qualidade do ensino em segundo plano. “A transformação da educação superior numa mercadoria educacional é um objetivo de longo prazo e esse horizonte é essencial para compreender a intensificação da transnacionalização desse mercado atualmente em curso. [...]” (SANTOS, 2011, p.33). Isso é cada vez mais reflexo de uma sociedade voltada mais para o capitalismo educacional. Os sistemas de educação superior tendem sempre a evoluir, de instituições análogas e tradicionais, como as universidades, com parcela maior de públicas, para organizações multifacetadas, isto é, envolvem várias instituições em uma só, que vão desde as macrouniversidades subdivididas ao longo de um território, com filiais e franquias, chegando a diminutas instituições locais [...] (DIAS SOBRINHO, 2008a).

Uma das funções irrefutáveis da educação superior, “[...], é a formação de profissionais, ainda que essa função não possa ser absolutizada a ponto de restringir-se a isso a função principal das instituições educativas. [...]” (DIAS SOBRINHO, 2008a, p.71), ou seja, a educação superior tem o compromisso de formar profissionais efetivamente qualificados, para atender a demanda da sociedade nas mais diversas áreas.

Para além das respostas ao mercado, a principal função da educação superior é cumprir com qualidade, tanto do ponto de vista técnico-científico quanto ético-político, as principais determinações da população, isto é, o conjunto de incumbências que uma sociedade concreta lhe atribui com respeito à formação dos cidadãos-profissionais com as competências necessárias para o desenvolvimento humano integral e sustentável. [...] (DIAS SOBRINHO, 2008a, p.75-76).

Dada à relevância, é crescente cada vez mais a preocupação com questões relacionadas à cidadania, ética, direitos humanos, inclusão social, perfazendo desta forma o arcabouço do compromisso e responsabilidade social das organizações para com as pessoas, assim, tendo como escopo a educação superior carece de “[...] formar cidadãos com competências cívicas, morais e técnicas para o fortalecimento da democracia e de seus valores, tais como a justiça social, a solidariedade (entendida como responsabilidade coletiva) e o respeito às diferenças. [...]” (DIAS SOBRINHO, 2008a, p.76).

O mesmo autor em outra obra enfatiza que:

[...] a Educação Superior deve responder a desafios ou ao menos ajudar a solucionar problemas tão díspares e importantes, muitas vezes contraditórios, como os da produção da alta tecnologia,

formação de mão-de-obra de alto nível, treinamento para atendimento de demandas imediatas do mundo do trabalho, formação qualificada para ocupações de tipo novo, formação para a inovação, preservação e desenvolvimento da alta cultura, recuperação da cultura popular, educação continuada, formação para o empreendedorismo, promoção da cidadania e da consciência de nacionalidade, inserção no mundo globalizado e compreensão das transformações transnacionais, capacitação de professores de todos os níveis, formação de novos pesquisadores, ascensão social de grupos desfavorecidos, impulso à grande indústria, apoio a pequenos produtores, pesquisa de ponta, tecnologia de baixo custo e de aplicação direta na agricultura e nos serviços, desenvolvimento local, nacional e regional, atendimento às carências de saúde da população, sucesso individual e tantas outras exigências carregadas de urgências e, em todo caso, de difíceis respostas. (DIAS SOBRINHO, 2002, p.13-14).

O primordial para a educação superior não é o quantitativo dos indicativos, como a expansão de vagas ou de determinados cursos, o ideal é priorizar pela qualidade da educação, como condições de trabalho e infraestruturas adequadas. Para isso o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior foi institucionalizado, “[...] cuja finalidade essencial é a formação integral de cidadãos-profissionais e cuja referência central é a sociedade, prevalecendo o princípio de educação como bem e direito humano e social, dever do Estado, [...]”. (DIAS SOBRINHO, 2010, p.209).

Para que exista um avanço na educação superior, é necessário a existência de políticas públicas, e, por conseguinte, a Avaliação propriamente dita, assunto abordado na seção seguinte.

2.1.2.1 Avaliação de políticas públicas da educação superior

É fato que as políticas públicas voltadas para educação superior necessitam constantemente passar por avaliações regularmente. Deste modo, se faz necessário, inicialmente compreender a questão da competitividade na educação, para em seguida contextualizar e analisar as políticas públicas de avaliação inseridas no contexto do capitalismo, e que acaba convergindo na universidade.

A questão da competitividade na educação está cada vez mais evidente. Isso é possível constatar no texto Mundialização e reforma da educação: o que os planejadores devem saber, de Martin Carnoy (2002). No qual a segmentação está dividido em três tipos de reforma: a da competitividade, a de imperativos financeiros,

e a da equidade. Na competitividade apresenta-se muito essa questão da estratégia de descentralização, dos padrões educativos, da gestão racionalizada dos recursos destinados a educação e o aprimoramento da seleção de formação de professores.

O autor dá mais ênfase a reforma da competitividade e o caráter financeiro, ou seja, os Estados têm optado mais em fazer reformas e mobilizar os interesses competitivos, em consonância à questão financeira. Este fato reflete diretamente nos organismos multilaterais, com influência na definição das políticas. Portanto, existe toda uma mobilização neste contexto da mundialização, baseadas na competitividade com enfoque estratégico na descentralização, em conferir a municipalidade de toda centralidade em termos de encaminhamento e de como realmente isso acontece.

Outro ponto importante que marca essas duas reformas, tanto a baseada na competitividade quanto a de imperativo financeiro, é a ideia da lógica neoliberal, de que a competitividade vai gerar qualidade.

As ideias do autor expressam especialmente as referentes à competitividade e a dos imperativos financeiro, relação com a lógica de que a liberdade do mercado pressupõe a regulação a partir dos próprios resultados e investimentos que cada escola ou instituição de ensino faz. Com isso, gera uma responsabilização do ponto de vista das pessoas que estão na escola, uma estratégia de melhoria, gerando desta forma um retorno naquilo que foi investido.

Por sua vez, existe a lógica do próprio controle social, no qual a sociedade em si reconhece que determinadas instituições são de fato reconhecidas, pela qualidade na prestação dos serviços, e acaba por envolver pessoas, instituições e iniciativas. No que concerne à primeira categoria, a descentralização está voltada mais para a questão de uma maior autonomia dos municípios, estabelecendo um maior gerenciamento por parte das autoridades locais na decisão dos métodos e programas de ensino, assim como o acompanhamento e controle dos professores e gestores educacionais.

A segunda categoria está ligada aos padrões educativos estabelecidos pelo poder central, com foco a uniformizar, isto é, todas as escolas seguiriam o mesmo padrão. “Esses padrões educativos têm o interesse de fornecer às escolas e pais uma ideia clara dos resultados escolares esperados com a expectativa de que a elevação dos padrões de nível estimule a demanda dos pais e o desempenho dos

estabelecimentos.” (CARNOY, 2002, p.58). Essa questão tem haver na definição dos padrões educativos, desdobrando-se na existência dos processos de avaliação.

A terceira categoria envolve a gestão racionalizada dos recursos destinados à educação, e tem interesse na melhoria da gestão com reflexo na melhoria do aprendizado. “A finalidade consiste em obter uma elevada taxa de sucesso com recursos e efetivos praticamente equivalentes aos de estabelecimentos com baixo desempenho.” (CARNOY, 2002, p.59). Essa lógica tem ligação com a competitividade e que de certa forma ela tem vinculação com essa preocupação financeira.

Na quarta categoria, o autor enfatiza a questão do aprimoramento e formação do professor na perspectiva de transformação e transmissão do saber, na formação contínua, nas competências e interesse pela constante valorização. [...] importância às condições de trabalho, aos vencimentos e ao papel decisional dos professores na reforma da educação, em escala nacional e local [...]. (CARNOY, 2002, p.60). E por consequência, a redução dos gastos públicos, interfere diretamente na questão do professor. [...] a mundialização tem uma influência limitada sobre a “qualidade” dos futuros professores, principalmente em razão das pressões concomitantes exercidas pela comunidade financeira mundial para reduzir os gastos públicos com a educação. (CARNOY, 2002, p.60).

Por conseguinte, em relação às reformas fundadas nos imperativos financeiros, tem como estratégia, as transferências de financiamento de gastos públicos do nível superior para o nível inferior, isto é, deixa-se de investir num nível para investir no outro, como forma de estratégia, acarretando rebatimento e reflexo sobre a sociedade. “A conjuntura econômica de um país é responsável pela vinda de capitais estrangeiros e pela capacidade das empresas locais para acumular lucros.” (CARNOY, 2002, p.61). O autor traz elementos sobre a cultura econômica e elementos do papel do Fundo Monetário Internacional que “[...] desempenha um importante papel para fixar as condições do desenvolvimento econômico dos Estados.” (CARNOY, 2002, p.61). E que por sua vez, propõe a redução dos investimentos e recursos, e da redução dos gastos com a educação. A conscientização que ele destaca, é em relação aos custos, e que tem haver com a lógica de investir com recursos públicos de forma customizada para educação.

Já no que compete a avaliação de políticas públicas, Arretche (2007, p.29-30) faz uma reflexão mais detalhada sobre o assunto, ao qual explana que a:

[...] avaliação envolve necessariamente um julgamento, vale dizer, trata-se precipuamente de atribuir um valor, uma medida de aprovação ou desaprovação a uma política ou programa público particular, de analisá-la a partir de uma certa concepção de justiça (explícita ou implícita). Neste sentido, não existe possibilidade de que qualquer modalidade de avaliação ou análise de políticas públicas possa ser apenas instrumental, técnica ou neutra. Nesta perspectiva, qualquer linha de abordagem das políticas públicas supõe, de parte do analista, um conjunto de princípios cuja demonstração é, no limite, impossível, dado que corresponde a opções valorativas pessoais.

A autora nos remete também em seu texto a três conceitos de avaliação, assim descritas: avaliação de efetividade, “entende-se o exame da relação entre a implementação de um determinado programa e seus impactos e/ou resultados [...]” (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986 apud ARRETCHE, 2007, p.31-32). Isso diz respeito aos resultados descobertos, relacionados aos produtos oferecidos em uma política adotada sob análise. Já avaliação de eficácia, “entende-se a avaliação da relação entre os objetivos e instrumentos explícitos de um dado programa e seus resultados efetivos. (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986 apud ARRETCHE, 2007, p.34). Envolve aspectos que foram propostos e posteriormente os que foram alcançados, tornando-se de certo modo menos oneroso e mais exequível. Logo, avaliação de eficiência, “entende-se a avaliação da relação entre o esforço empregado na implementação de uma dada política e os resultados alcançados”. (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986 apud ARRETCHE, 2007, p.34). Isto é, apesar de concomitante a insuficiência de recursos públicos, a população terá uma maior cobertura no que concerne aos programas sociais.

Nesse sentido, esses três tipos de avaliação, discorridos anteriormente são apenas “um dos elementos – e possivelmente de muito menor importância – na decisão pela adoção, reformulação ou supressão de um programa público, dado que as razões do mercado eleitoral têm forte influência no processo decisório.” (ARRETCHE, 2007, p.36). Isso reverbera em questões de cunho democrático, como o controle das ações governamentais por meio de avaliações realizadas.

Portanto, a criação e fortalecimento de instituições e agências independentes capazes de produzir estudos confiáveis de avaliação de políticas públicas é crescentemente uma necessidade para o bom governo. Seja para a opinião pública e o eleitorado, a fim de que esses possam exercer um controle democrático sobre o uso de seus recursos; seja para o próprio governante, interessado em controlar agências estatais executoras de políticas, agências estas que tendem a ter autonomia em relação às diretrizes governamentais. (ARRETCHE, 2007, p.37).

Não obstante, Faria (2007, p.42), coloca que a “Avaliação e pesquisa apresentam muitas afinidades e podemos mencionar, entre outras, o conteúdo substantivo dos fenômenos estudados; as técnicas de coleta, organização e análise de dados; e a utilização dos resultados.”

Para Faria (2007, p.42), a avaliação se desdobra em pelo menos três dimensões, assim descritas:

Do ponto de vista metodológico, a avaliação é uma atividade que obtém, combina e compara dados de desempenho com um conjunto de metas escalonadas; do ponto de vista de sua finalidade, a avaliação responde a questões sobre eficácia/efetividade dos programas e, neste sentido, sua tarefa é julgar e informa; do ponto de vista de seu papel, a avaliação detecta eventuais falhas e afere os méritos dos programas durante sua elaboração. Neste sentido, sua tarefa é formativa, permitindo a correção ou confirmação de rumos.

Enfim, “[...] o objetivo precípua da avaliação dos programas sociais é aprimorar sua capacidade de oferecer adequada atenção aos cidadãos. [...] parte essencial da formulação e implementação dos programas sociais, contribuindo para seu aperfeiçoamento.” (FARIA, 2007, p.48-49).

Em contrapartida, Bauer (2010, p.233, grifo do autor) destaca que a avaliação de um programa social pode envolver diversas etapas, como: **análise da proposta** – verifica se o projeto é relevante, e condizente com o objetivo proposto; **implementação** – constata se o programa está sendo gerido de acordo com o concebido; **resultados** – examina se o plano atingiu as metas estipuladas; e por fim os **impactos** – relação entre resultado e efeito, durante e após a ação despendida.

Pode-se deduzir que na esfera educacional uma determinada política de avaliação “[...] representa a recriação do sistema de educação superior, com importantes determinações para outra racionalização da provisão educacional e para o controle das práticas institucionais relativamente às atividades educativas.” (GOMES, 2002, p.277).

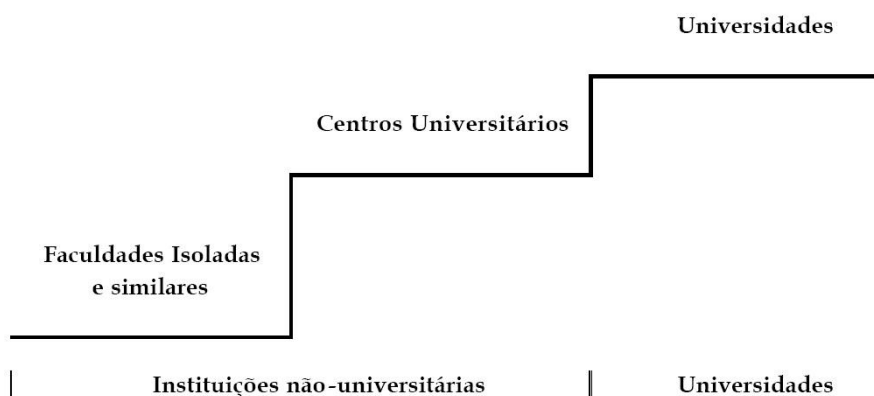
Já no que concerne à temática educação superior, temos que “[...] Os fins da educação com sentido público estão referidos à formação de indivíduos sociais, cuja construção pessoal integral se insere no plano mais amplo da construção da sociedade e, em termos universais, da dignificação da humanidade.” (DIAS SOBRINHO, 2013, p.110). Isso recai na questão do próprio indivíduo, no seu crescimento pessoal, bem como a sociedade, que acaba ganhando também, visto

que será incorporado ao sistema um maior número de pessoas capacitadas. Por sua vez, é necessário destacar o valor da democracia e igualdade social, favorecendo dessa forma um aumento da qualidade social na educação superior. No contexto das instituições e os sistemas de educação superior, o autor destaca que,

[...] estão se tornando crescentemente mais complexos e diversificados. A população estudantil de educação superior se compõe de indivíduos provenientes de grupos sociais muito diferenciados, incorporando crescentemente jovens de famílias de baixa renda e portadores de escasso capital cultural e familiar. Em consequência, suas trajetórias acadêmicas são constantemente ameaçadas por riscos de insucesso, de interrupção e de evasão. Esse novo cenário da educação superior impõe a necessidade de as instituições compreenderem os impactos que os novos contingentes de estudantes produzem no cotidiano universitário. Necessário que as instituições repensem seus novos papéis frente ao conjunto de demandas que a sociedade lhes determina cumprir. (DIAS SOBRINHO, 2013, p.117-118)

Não obstante, conforme na Figura 1 é possível observar os tipos de Instituições de Educação Superior (IES) públicas e privadas existentes no Brasil. Para isso o Estado está amparado em quatro pilares básicos para o controle e coordenação dessas instituições, assim descritos: “1) financiamento; 2) nomeação dos dirigentes das universidades [...]; 3) avaliação das IES; e 4) autorização de cursos e credenciamento e re-credenciamento das instituições.” (GOMES, 2003, p.852).

Figura 1 – Tipos de instituições de educação superior: A “Metáfora da Escada”



Fonte: Gomes, 2003, p.848.

Novos caminhos vêm sendo delineados para educação superior nos últimos anos, proposto por organismos internacionais, caso da UNESCO e OCDE, como a questão do financiamento e da internacionalização da educação superior, e que remonta em acordos e convênios entre instituições de ensino superior. (GOERGEN, 2010).

Goergen em sua publicação remonta a educação superior inserida em perspectivas e cenários diferentes – internacional, no Brasil e na perspectiva do Sistema e do Plano Nacional de Educação.

No cenário internacional Goergen (2010, p.902) ressalta a importância do desenvolvimento da sociedade globalizada, que envolve,

[...] às formas de evolução, produção e divulgação do conhecimento, impõem à educação superior um leque de novas preocupações relacionadas à qualidade, avaliação e acreditação; à pertinência econômica e social; aos processos de gestão e administração; ao aproveitamento das tecnologias de informação e comunicação; ao fortalecimento da cooperação internacional; ao exercício da autonomia universitária com responsabilidade social. Trata-se, na verdade, de uma nova cultura universitária: a cultura da gestão estratégica e eficaz, da pertinência social e democrática, da informática e comunicação, da pesquisa, ensino e extensão, da qualidade e avaliação, da transdisciplinaridade e abertura internacional, enfim, da formação cidadã crítica e cultural.

Sendo dessa forma, além de proporcionar um ambiente favorável ao desenvolvimento educacional e conscientização dos indivíduos, temos que mobilizar os gestores e os agentes responsáveis pela implementação das políticas públicas em prol de uma maior integração internacional entre os setores.

Já no que concerne a Educação superior no Brasil, Goergen (2010, p.903-904), temos o resgate histórico da década de 60 até a década de 80, ao qual,

A primeira medida tomada para incrementar o aporte da educação superior ao desenvolvimento da economia foi a ampliação de sua abrangência quantitativa. Efetivamente, a expansão que aconteceu principalmente nas décadas de 1960 e 1970 tornara-se muito mais lenta nas duas décadas posteriores. O número de instituições públicas ficou, neste período, praticamente inalterado, com exceção das instituições públicas estaduais que cresceram na década de 1980. Tal fato explica-se, primeiro, pela falta recursos públicos para investimento na área e, segundo, pelas pressões externas advindas das receitas do BM, do FMI e do BID, os três principais braços do neoliberalismo internacional. Com relação à escassez de recursos, pode-se dizer que ela foi real, sobretudo, no contexto da estagnação econômica registrada na chamada década perdida dos anos de 1980. Quanto à política neoliberal, agenciada pelas suas instituições internacionais, resta reconhecer que teve reflexos diretos e nefastos

sobre os serviços sociais públicos assegurados pelo Estado, entre eles a educação, a saúde e a seguridade.

A questão da educação superior como mercantilização é tema central nas discussões da área, isto é, reduzindo a atuação do Estado e aumentando o papel do mercado. Isso faz com que a educação superior pública se torne cada vez mais uma instituição apenas para oferecer serviços, sobretudo seguindo as regras do mercado. “A desestatização da educação superior publica segue, veladamente, o rastro traçado pela ideologia neoliberal da privatização do público.” (GOERGEN, 2010, p.906)

Paulatinamente a esse pensamento, Bertolin (2009, p.352), ressalta que para mercantilização da educação superior, resulta-se:

O estabelecimento de mecanismos de mercado como forma de regulação, a emergência do managerialismo (modelos gerenciais empresariais) em instituições estatais e o estabelecimento efetivo de quase-mercados e mercados competitivos, também são fenômenos significativos da recente tendência de mercantilização da educação superior.

É fundamental fazer essa reflexão a respeito da mercantilização da educação superior, se essa situação tem impacto direto na questão da qualidade do ensino-aprendizagem.

A respeito da educação superior na perspectiva do Sistema e do Plano Nacional de Educação: impasses e perspectivas Goergen (2010, p.910) enaltece que,

Um dos princípios constitucionais que regem o ensino público é o da gestão democrática das instituições. Na educação superior, tal princípio se articula com o da autonomia universitária, condição precípua da vida acadêmica. O tema da autonomia é hoje bastante controverso, em função de certa discrepância existente entre o texto da Constituição Federal, o qual determina que as universidades devem ter autonomia didático-científica, administrativa, gestão financeira e patrimonial [...].

Daí surge à necessidade permanente da ação do Estado, em reconhecer a educação superior gratuita e de qualidade como um bem público e um direito de todos. Outros autores também ressaltam a importância da qualidade na educação:

Nesse sentido, considera-se como balizadores importantes do conceito de qualidade da educação superior: seu caráter interpretativo e valorativo, ambos ligados às dimensões sociais, políticas e históricas; sua dimensão docente, na medida em que são consideradas as estratégias voltadas para o desenvolvimento do

processo de formação de alunos e professores, envolvendo empenho docente e discente nas tarefas acadêmicas, tendo em vista a relevância do que se aprende; seu caráter transformativo, levando em conta as demandas da sociedade; sua vinculação a decisões políticas, na medida em que o Estado participa da gestão educacional; sua dimensão micro, englobando a trajetória institucional em todas suas instâncias e o processo especificamente pedagógico ou formativo dos professores. (VIEBRANTZ; MOROSINI, 2009, p.278).

Por conseguinte, cada vez mais se acentua o entendimento a respeito da qualidade na educação, sendo papel importante na dinâmica das ações das políticas públicas e gestão educacional para o ensino superior. Nesse aspecto no próximo capítulo trataremos sobre a gestão educacional, primordial para o planejamento e avaliação do sistema educacional como um todo.

2.2 GESTÃO EDUCACIONAL

No que concerne à temática gestão educacional, se faz necessário inicialmente, e para um melhor entendimento do assunto, à estruturação do levantamento do referencial teórico sobre o tema, enfatizando os mais diversos aspectos político-administrativos, cujo qual tem o intuito de regular, estabelecer e facultar a ação social da educação.

Os termos gestão educacional e administração educacional na área, apesar de parecer semelhante, os termos tratam de assuntos diversos. Em seguida, abordaremos alguns desses aspectos relacionados às duas temáticas.

Cury (2002, p.165) destaca que gestão “É a geração de um novo modo de administrar uma realidade e é em si mesma, democrática, já que se traduz pela comunicação, pelo envolvimento coletivo e pelo diálogo”. No entanto, Lück (2006, p. 21) tem o entendimento um pouco diferente “Um processo de mobilização da competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos [...] educacionais”.

Para que haja o ponto de partida da gestão educacional é interessante que exista a padronização de um modelo, ou seja, a existência de um planejamento educacional, garantido desta forma um melhor gerenciamento e consequentemente a obtenção resultados expressivos.

Na contramão da gestão educacional, temos a administração educacional tratada por Paro (2010, p.25), como sendo a “Utilização racional de recursos para a realização de fins determinados” E que configura-se “como uma atividade exclusivamente humana, já que somente o homem é capaz de estabelecer livremente objetivos a serem cumpridos” (PARO, 2010, p.25).

Neste aspecto, o conhecimento é fator preponderante na realização da administração educacional na sociedade. Sendo que “[...] a Administração Escolar poderia revestir-se de um caráter transformador, na medida em que, indo contra os interesses de conservação social, contribuisse para a instrumentalização cultural das classes trabalhadoras.” (PARO, 2010, p.195).

Por sua vez, é necessário o fomento da racionalização das atividades administrativas a fim de dirimir problemas relacionados à cultura organizacional, isso é um papel fundamental na gestão educacional. Que por sua vez, [...] a gestão educacional também depende de circunstâncias políticas e envolve constante negociação e conflito. [...] (VIEIRA, 2007, p.61).

Vale ressaltar que a avaliação e o planejamento são funções irrefutáveis para gestão educacional, principalmente no que concerne as políticas públicas adotadas para esse fim. “A gestão educacional refere-se a um amplo espectro de iniciativas desenvolvidas pelas diferentes instâncias de governo, seja em termos de responsabilidades compartilhadas [...], ou de outras ações que desenvolvem em suas áreas específicas de atuação. [...]” (VIEIRA, 2007, p.63).

Ao qual de acordo com Castro (2008, p.393) aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais tem reflexo direto no processo de mudanças no que concerne a gestão educacional outrora adotada, em consonância as ações educativas implementadas.

Em seu artigo referente à gestão da educação na América Latina, Castro (2008, p.397) sinaliza algumas recomendações para o início do século XXI, a respeito da gestão educacional, como:

- a) implantação de um processo de gestão a serviço das aprendizagens e da participação;
- b) realização periódica de avaliações e investigações sobre os processos de descentralização e desconcentração educativas para determinar seus avanços e insuficiências;
- c) formulação de estratégias para que os centros educativos desenvolvam suas atividades com autonomia pedagógica necessária para favorecer o trabalho dos professores com os alunos;

- d) capacitação de equipes diretivas, tanto no nível de sistema como da escola; e
- e) estimulação da participação da família, dos organismos de Estado, de outros setores de governo e de toda a sociedade na educação.

Nesse sentido a participação da sociedade nesse processo de gestão educacional envolve preceitos democráticos dos direitos humanos. Isso corrobora com as atuais políticas adotadas para a educação superior ao qual “[...] assumem escopo mais abrangente, cuja efetivação tem propiciado mudanças importantes nesse nível de ensino, incluindo uma efetiva retomada da expansão de instituições, cursos e vagas nas instituições federais de ensino superior [...]” (DOURADO, 2011, p.59)

Não obstante a temática gestão vem ganhando cada vez mais amplitude principalmente no contexto educacional, envolvendo o estabelecimento de um modelo padrão nas questões relativas à área de educação, que:

Em linhas gerais, é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação e planejamento de seu trabalho. O conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos. (LÜCK, [199-], p.1).

Lück ([199-], p.3), faz esse contraponto entre a “gestão educacional”, usualmente utilizada para estabelecer a ação dos gestores, surgindo na sequência, em substituição a “administração educacional”, estreitamento ligado a “[...] um novo paradigma, que busca estabelecer na instituição uma orientação transformadora, a partir da dinamização de rede de relações que ocorrem, dialeticamente, no seu contexto interno e externo.”

Ressaltando ainda que a:

[...] gestão educacional, diferentemente do de administração educacional, abrange uma série de concepções não abarcadas pelo de administração. Pode-se citar, dentre outros aspectos: a democratização do processo de determinação dos destinos do estabelecimento de ensino e seu projeto político-pedagógico; a compreensão da questão dinâmica e conflitiva das relações interpessoais da organização, o entendimento dessa organização como uma entidade viva e dinâmica, demandando uma atuação especial de liderança; o entendimento de que a mudança dos processos pedagógicos envolve alterações nas relações sociais da organização; a compreensão de que o avanços das organizações se

assentam muito mais em seus processos sociais, sinergia e competência, do que sobre insumos ou recursos. (LÜCK, [199-], p.3).

Portanto, se faz necessário a participação ativa da sociedade para a tomada de decisão entre os diversos níveis e segmentos dos atores que fazem parte do sistema educacional, sobretudo com foco no planejamento participativo. Na seção seguinte, temos como temática a Avaliação institucional, e posteriormente Avaliação do ensino superior.

2.2.1 Avaliação institucional

A avaliação institucional é um elemento imprescindível na manutenção e organização de uma instituição, é plausível que antes de uma avaliação da educação superior todas as instituições passem inicialmente por uma avaliação institucional, onde Silva e Mendes (2012, p.328) destacam ser “[...] um processo que se desenvolve com base em normas legalmente estabelecidas e segundo elementos técnicos e metodológicos devidamente documentados.”

O mesmo autor ressalta a avaliação institucional “[...] pode ser usada para construir o sentido do que é estar na universidade uma vez que, através dela, se pode instituir uma “cultura acadêmica” na qual a avaliação seja encarada como prática de diálogo interpares, servindo de elemento aglutinador.” (SILVA; MENDES, 2012, p.334)

Concomitante a esse pensamento Baggi e Lopes (2011, p.358) destaca que a avaliação institucional “por participar ativamente da vida da instituição, é detentora de uma visão privilegiada da universidade e pode contribuir, sobremaneira, com os processos acadêmicos e administrativos, sendo um importante instrumento de correção de metas e objetivos. [...]”

E conforme o instrumento de avaliação externa, a Avaliação Institucional é definida como,

[...] um dos componentes do SINAES [...] e divide-se em duas modalidades: 1) a autoavaliação, coordenada pela CPA e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de autoavaliação elaborado pelo Inep e pela Conaes; 2) a avaliação externa, que tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior, expressos nos instrumentos de avaliação, e nos relatórios das autoavaliações. (BRASIL, 2014, p.33).

Desta forma, vale ressaltar que é preciso verificar o que deve ser mudado, bem como fortalecer e ampliar de forma sólida, visando uma melhor obtenção dos resultados e em consequência a qualidade do ensino da educação superior.

2.2.2 Avaliação do ensino superior

Antes de entender sobre a avaliação da educação superior, vamos reportar-se o que é a avaliação propriamente dita. “A avaliação se constitui no processo de medida, descrição, análise e interpretação dos resultados obtidos pela implementação de ações educacionais planejadas.” (LÜCK, 2013, p.74).

A mesma autora ressalta ainda que “Um programa de avaliação se constitui em um instrumento de gestão que permite conhecer de forma sistemática e objetiva a relevância, desempenho, rendimento e sucesso de programas na fase de seu desenvolvimento e ao seu final.” (LÜCK, 2013, p.75).

Através da avaliação é possível constatar sua “relevância, eficácia e impacto de um programa avaliado”, outrora no decurso das ações empregadas, isso de uma forma geral ou específica. (LÜCK, 2013, p.77).

Em suma a avaliação:

Identifica resultados parciais e finais obtidos pela realização de ações de um plano de ação; analisa por que os objetivos pretendidos são realizados ou deixam de sê-lo; identifica a relação entre custo ou esforço e benefício ou resultados; mede a contribuição de atividades e recursos para a realização de objetivos; traduz objetivos em indicadores de resultados e define metas; explora a realização de objetivos não pretendidos; e identifica lições e realizações obtidas, aponta destaques e oferece recomendações de melhoria. (LÜCK, 2013, p.82).

Por conseguinte, temos a avaliação da educação superior no Brasil, que na ótica estatal é vista como uma ferramenta imprescindível ao sistema, pois se obtém a coleta de informações, para embasamento e consequentemente para que assim sejam tomadas as decisões. “Nessa perspectiva, avaliação não se confunde com regulação e permite, a partir dos dados gerados por ela, corrigir falhas ou aperfeiçoar processos para o alcance dos objetivos traçados para a educação superior.” (OLIVEIRA et al, 2013, p.643).

Corroborando com pensamento dos autores anteriores Francisco et al (2015, p.547) aponta que:

A avaliação da educação superior, em seu contexto histórico, é marcada pelo continuísmo de políticas alinhadas com a regulação, a verificação da qualidade por intermédio de propostas metodológicas e a supervisão, como mecanismo de cerceamento da expansão, ou do posicionamento de segmentos, ou de modelos institucionais que não observam, na totalidade, as políticas públicas.

Contudo, observa-se que o processo de avaliação é uma técnica primordial para aferir a realidade, seja de um determinado curso ou de forma macro na instituição como um todo, sendo posteriormente o caminho norteador para proporcionar uma melhor qualidade da educação ofertada pelas IES.

Em linhas gerais a avaliação é um instrumento primordial na mensuração dos resultados que se pretende alcançar. A qual para Dias Sobrinho (2010, p.195) a avaliação é “ferramenta principal da organização e implementação das reformas educacionais [...] e tem a ver com as transformações [...] para a sociedade, em geral, do presente e do futuro.”

A avaliação é ponto norteador para a tomada de decisão em termos de gestão e do estabelecimento de políticas governamentais. E que por sua vez “[...] informar o mercado de trabalho a respeito da qualidade e do tipo de capacitação profissional que os cursos estavam oferecendo, bem como para indicar as IES que estariam mais ajustadas às exigências da economia.” (DIAS SOBRINHO, 2010, p.202).

Por conseguinte, de acordo com Dias Sobrinho (2010, p.221):

A avaliação deve ter também o papel de fortalecer estratégias e políticas coerentes com os grandes objetivos nacionais. Por isso, é importante que o sistema de avaliação ponha em foco de reflexão e análise os temas da pertinência e da relevância social dos conhecimentos e da formação, da democratização da educação e, portanto, da equidade, do acesso e da permanência, tendo como referência os valores primordiais e as prioridades da sociedade e das comunidades regionais. [...].

Isso é um ponto de vista, da qual a avaliação tem a função de centralidade nas reformas do Estado, o que reverbera em linhas gerais a questão da nova gestão pública, proposto por Trosa (c2001), que tem como arcabouço principal a questão das melhorias das praticas gerenciais com foco nos resultados, ou seja, “O governo fixa prioridades e os funcionários as põem em andamento. [...] O sistema tem a vantagem de uma clara distinção entre o poder de fazer escolhas da autoridade política e a execução delas pelos funcionários [...]” (TROSA, c2001, p.67-68). Desse

modo a avaliação é um instrumento de investigação “[...] de quanto às instituições e o próprio sistema são capazes de demonstrar objetivamente no que se refere às suas responsabilidades de bem usar os recursos de que dispõem e de como cumprem as demandas da sociedade, [...]”. (DIAS SOBRINHO, 2008a, p.79).

A avaliação tende a encontrar possíveis falhas nos procedimentos, para que posteriormente possa dirimir suas diferenças, e os atores políticos tem papel decisivo nessas questões, enfatizado por Dias Sobrinho (2008a, p.81), em que a avaliação “[...] É também, e nisso consiste sua força política, um processo de intervenção direta sobre as decisões, tanto nos níveis mais restritos e internos quanto em termos de políticas públicas e de sistema [...]”. E que de modo similar, o autor vai mais além, destacando que:

[...] a avaliação precisa levar em conta os papéis sociais que a educação deve cumprir não apenas para o desenvolvimento econômico, mas, muito mais amplamente, para o desenvolvimento humano sustentável, que, entre tantas outras coisas, significa processo jamais acabado de construção de conhecimentos científica e socialmente relevantes e de formação de sujeitos ética e tecnicamente competentes para participar nas estratégias de consolidação de sociedades justas e democráticas. Por tudo isso, é importante valorizar as políticas de pertinência social, de democratização do acesso e de permanência. (DIAS SOBRINHO, 2008a, p.87).

Neste contexto, é fato o acompanhamento da execução dos processos, a fim de encontrar os entraves e barreiras que inviabilizam sua implementação. A próxima seção trata mais sobre a Avaliação da educação superior, no caso o SINAES.

2.2.2.1 Sinaes

A avaliação, conforme o § 3º do Art. 1º, é o “[...] referencial básico para os processos de regulação e supervisão da Educação Superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade.” (BRASIL, 2006). E que de modo similar a Lei 10.861/04 que dispõe do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) tem por finalidades,

a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores

democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004).

O SINAES é, gerido pela concepção de que a educação superior,

constituiu direito social e dever do Estado, e a formação e a produção do conhecimento é relevante para o desenvolvimento conjunto da população e para o avanço da ciência. Os demais princípios dizem respeito ao fortalecimento dos valores éticos, visando melhorar compromissos institucionais, a dinâmica dos processos e das relações, o respeito à identidade e à diversidade institucional, a globalidade expressa na integração dos instrumentos de regulação e de avaliação em uso pelo Estado e nas IES, a busca de legitimidade técnica e de legitimidade ética e política. (WEBER, 2010, p.1259)

Tornando-se desta forma um instrumento, que visa inserir as IES em um contexto de inteligência competitiva. “Isso se confirma no momento em que o SINAES predispõe um olhar para a dinâmica externa da instituição, constituindo o ‘autoconhecimento institucional’.” (FRANCISCO et al, 2015, p.547).

Dias Sobrinho (2008b, p.820) complementa que o “SINAES estabelece a necessidade de articulação entre as diversas dimensões educativas e institucionais, diferentes metodologias, procedimentos, objetos e objetivos, instâncias da comunidade acadêmico-científica e do Estado, [...]”

Por conseguinte, é plausível inferir que com a utilização do SINAES é possível verificar a realidade de uma determinada instituição, sendo subsídio razoável na tomada de decisão no que se refere as políticas educacionais a serem adotadas.

De acordo com Ribeiro (2015, p.155) o “SINAES é fundamentado num conjunto de princípios, pressupostos e premissas, que lhes dão coerência nos procedimentos e na organização e operacionalização dos processos e procedimentos”:

- a) Educação é um direito social e dever do Estado;
- b) Valores sociais historicamente determinados;
- c) O Estado e a sociedade têm responsabilidade na Regulação e controle;
- d) A avaliação é Prática social com objetivos educativos;
- e) Respeito à identidade e diversidade institucionais em um sistema diversificado;
- f) O princípio da globalidade;
- g) O princípio da legitimidade; e
- h) O princípio da continuidade.

Polidori (2009, p.445) destaca o SINAES em três pilares, essenciais para reconhecer a pluralidade do sistema educacional superior do país, além de verificar os seus aspectos históricos e a conformidade da missão da instituição, assim descritos:

- 1) avaliação institucional;
- 2) avaliação de cursos; e
- 3) avaliação do desempenho dos estudantes.

“Esses pilares são atendidos pelos processos de avaliação *in loco* para os itens um e dois, e complementados pela organização e avaliação interna de cada IES. O pilar três é atendido pela realização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, o ENADE.” (POLIDORI, 2009, p.445)

Em suma,

A proposta do SINAES se baseia numa concepção global e integradora de avaliação e educação, estruturada a partir da integração entre diversos instrumentos e momentos de aplicação. Nessa perspectiva, nas diretrizes para avaliação já mencionada a Conaes salienta que a avaliação institucional visa a instituição de ensino superior como uma totalidade integrada, buscando identificar o grau de coerência que existe entre sua missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas. (PEIXOTO, 2011, p.15).

Portanto, o SINAES permite entender e verificar a situação que se encontra as IES do país, ou seja, é um ‘retrato’ de como estar nossas IES através das visitas *in loco*, realizadas pelos avaliadores do MEC, imprescindível a transparência dos dados e informações do processo de avaliação.

2.2.2.2 Projeto Reuni

O REUNI teve como principal objetivo, o de “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.” (BRASIL, 2007).

A sua implantação foi importante para o processo de expansão da UFPB em termos de dimensão acadêmica e científica, sobretudo no período entre 2008 e 2012. Nesse aspecto o REUNI realizou investimentos na ordem de R\$136 milhões em novas contratações de professores e servidores, aquisição de equipamentos e

materiais permanentes, novas construções, expansão e melhoria dos sistemas elétricos e de **bibliotecas**. Por conseguinte, após esse período de expansão e reestruturação, o objetivo atual do REUNI/UFPB é consolidar os investimentos realizados. Em 2013, o REUNI encaminhou as demandas de investimento dos Centros através da Universidade Participativa (UP) referentes à compra de equipamentos, reformas e novas construções. O REUNI também faz o monitoramento das obras em andamento na UFPB através do Sistema de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC). (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2015b, grifo nosso).

Na UFPB, existe a Coordenação do REUNI, que é um órgão de assessoramento direto da Reitoria e Coordena o Programa Universidade Participativa (UP), cuja qual utiliza recursos do Desenvolvimento de Ações Institucionais (DAI) para aquisição de equipamentos, construções e serviços prestados a comunidade. Dentre as atividades, incluem-se reuniões com a Reitora, Pró-Reitores, e membros do Conselho Técnico Administrativo (CTA), equipes técnicas, participação em eventos, dentro e fora da UFPB, em outras cidades e estados, e atendimento ao público. Vale ressaltar, que a Coordenação do REUNI/UP elabora programas de gestão, monitoramento dos processos de execução, diagnósticos situacionais e produção das análises de desempenho. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2015b).

Desse modo, ocorreram diversas mudanças nas bibliotecas universitárias, principalmente no aumento considerável do seu acervo bibliográfico, além do aumento da demanda de usuários – alunos, funcionários e professores. Isso recai num ponto importante, que são a quantidade de funcionários para atender a essa nova demanda, e o espaço físico existentes nas bibliotecas, para o acondicionamento do acervo. Outrora, um aspecto que deve ser levado em consideração é o aumento dos títulos e exemplares das bibliografias básicas e complementares em relação a quantitativo de alunos, em atender as exigências legais do MEC na avaliação de cursos. A bibliografia (básica e complementar) pode ser conceituada como sendo o,

Registro de documentos, livros, inventários, escritos, impressos ou quaisquer gravações que venham a servir como fonte para consulta, organizada pela identificação de cada uma das obras que constitui a bibliografia, por meio de elementos como o autor, o título, o local de edição, a editora e outros de caráter básico. (BRASIL, 2016, p.58).

A fim de se aprofundar melhor na temática, objeto e campo de estudo da dissertação, o próximo capítulo trata sobre Biblioteca universitária, levando em consideração, a gestão, o planejamento, as políticas adotadas e sua avaliação.

2.3 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

De acordo com Dias Sobrinho (2008a, p.87-88), a Biblioteca é um dos meios para a realização da finalidade essencial da educação, “que é a formação de sujeitos socialmente responsáveis, que, ao mesmo tempo, é desenvolvimento sustentável da sociedade e expansão das liberdades humanas”.

A Biblioteca Universitária é um ambiente de apoio aos objetivos da Instituição a que pertence, sendo de sua responsabilidade o suporte ao ensino, pesquisa e a extensão. Buscando sempre a melhoria de seus produtos e serviços em prol da satisfação do usuário. Na visão de Pizzorno (2003, p.30):

a biblioteca universitária é um órgão de extrema importância para que a Universidade possa funcionar como agente positivo das mudanças sociais necessárias, pois é a biblioteca que possibilita, por meio de seus documentos, o conhecimento da realidade e a discussão sobre a mesma.

Cunha (2000) considera que para a biblioteca, torna-se cada vez mais difícil prover acesso a totalidade da informação demandada por seus usuários. Destaca a importância da formação e organização do acervo informacional, considerando como obstáculos o custo dos documentos e a explosão bibliográfica que tornou quase impossível adquirir e encontrar espaço físico para atender a todos os itens de interesse dos possíveis usuários. Ressalta a importância do armazenamento digital que amplia as possibilidades de pontos de acesso a um determinado documento.

Para Raposo e Espírito Santo (2006, p.88-89):

a missão das instituições de ensino superior deve ultrapassar o contexto universitário. Assim, devem incluir em suas rotinas, programas e/ou atividades que possam dar aos seus usuários a devida competência informacional – *information literacy*, para resolver os seus problemas de informação em qualquer fase de suas vidas.

Deste modo, é indispensável uma avaliação muito mais ampla, que vai da otimização da aplicação dos recursos voltados para biblioteca, até a verificação e predisposição do corpo de profissionais da biblioteca em utilizar esses recursos de

forma mais coerente e adequada as necessidades, com vistas a uma melhor performance da unidade. Isso pode ser o elo, entre a qualidade dos produtos e serviços ofertados pela biblioteca, aliado a satisfação do usuário, proporcionando “[...] a diferença entre as expectativas em relação ao serviço e o desempenho observado” (LANCASTER, 1996, p.173).

Oliveira (2004) chama a atenção para a necessidade da biblioteca não perder de vista os interesses de seus usuários, e, em seu trabalho, apresenta uma metodologia para um sistema com a participação dos usuários quando da aquisição de itens, com base nas necessidades detectadas pelos próprios usuários.

Vale salientar que, [...] considerando que as universidades, sobretudo as federais, possuem espaço para esse fim, “destacando a necessidade de se garantir o acesso a laboratórios, **bibliotecas** e outros recursos que assegurem ao aluno-trabalhador o ensino de qualidade a que têm direito, [...]”. (AMARAL, 2008, p.267, grifo nosso).

Enfim, o usuário deve ser o ponto de partida de qualquer unidade de informação, devemos ter a atenção voltada pra ele, a fim de oferecer o melhor, disponibilizando a informação certa para o usuário certo, no intuito de satisfazer suas necessidades.

Em unidades de informação é presumível a adoção, na prática, de uma gestão pautada no coletivo, com a participação de todos os envolvidos, além de promover melhorias significativas na estrutura organizacional como um todo, contribui para uma ideal prestação dos serviços de informação da unidade.

Com o crescimento e disseminação da informação a que se fora produzida durante os séculos, permitiu o incremento das atividades de racionalização de sua utilidade e a valorização para aumento do seu acesso, como também aspectos que inclui o tratamento, armazenamento e difusão das informações registradas nos novos suportes de informações como: magnéticos, eletrônicos ou digitais.

De acordo com Vieira (2014, p.25), a finalidade primordial da biblioteca universitária é de:

[...] atender às necessidades informacionais básicas dos alunos de acordo com a bibliografia pedida pelos professores nas áreas em que mantêm seus cursos, além de manter um verdadeiro centro de documentação com assinaturas de periódicos, acervo atualizado constantemente, abrir canal eficiente de comunicação para a divulgação da informação entre os alunos e professores e outras unidades agregadas, ou que faça parte do grupo. As bibliotecas

universitárias podem ser centralizadas, ou seja, quando todo o seu acervo está organizado e sendo utilizado num único espaço e por uma única gestão; ou descentralizadas ou departamentais, que são as unidades que possuem acervo próprio em campus diferentes, ou no mesmo local, porém subdividido por áreas, [...]

Essa finalidade proposto por Vieira, vai de encontro aos propostos pelo SINAES, no que tange aos aspectos da qual a biblioteca universitária é avaliada pelo MEC. Corroborando com essa mesma linha, diversos autores como Miranda (2007, p.3); Cunha e Cavalcanti (2008, p.53), destaca que a biblioteca universitária, funciona como uma unidade de apoio informacional, “[...] dando suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão, com seus acervos quer centralizados ou descentralizados (bibliotecas setoriais). Seus objetivos provêm da finalidade da própria universidade.” Isso implica em atender as necessidades de informação dos usuários, que vai desde docentes a discentes, sempre voltado para aquisição de material informacional que esteja em consonância aos conteúdos programáticos das disciplinas e aos projetos político-pedagógico dos cursos, cujo cerne é objeto de avaliação do MEC, nos parâmetros do SINAES.

Dessa forma, torna-se imprescindível o papel do profissional bibliotecário no que tange a seleção e aquisição de livros e periódicos para uma biblioteca universitária, ou seja, estes profissionais precisam e devem estar sempre em parceria com os professores, pois estes são autoridades num determinado assunto ou conteúdo, o que facilitaria a seleção de forma sensata para aquisição dessas obras, tomando sempre como base os projetos político-pedagógico. “Os bibliotecários devem permanecer cientes das exigências do MEC para composição do acervo no que se refere à qualidade e à quantidade mínima de títulos e exemplares.” (MIRANDA, 2007, p.9). Vale salientar que quando da avaliação do MEC na biblioteca, os avaliadores, levam sempre em consideração o quantitativo de títulos tanto para bibliografia básica como para bibliografia complementar, além dos títulos dos periódicos científicos.

Vale frisar que a junção entre instituição e biblioteca universitária é uma via de mão dupla, e que envolve diversos aspectos inerentes a ambas, tais como “[...] o armazenamento dos documentos que apoiam, historiam e estimulam o saber; o acompanhamento dos rumos tomados pelo conhecimento; o estreitamento de laços com seu usuário; e a gestão de toda espécie de recursos que essas atividades envolvem.” (LEITÃO, 2005, p.27). Por conseguinte, é fato que a biblioteca não deve

se restringir apenas a consultas, estudos e pesquisas por parte dos usuários, “Uma biblioteca está aberta não apenas para emprestar livros para aqueles que não dispõem de recursos para adquiri-los, mas para abrir ao infinito as possibilidades de acesso à informação.” (MILANESI, 1993, p.65).

Conforme Cruz, Mendes e Weitzel (2004, p.12), a biblioteca universitária torna-se em suma, o prolongamento de uma biblioteca escolar, que perfaz o caminho que vai desde a educação infantil e básica até a educação universitária ou superior, isto é, “Integra-se à instituição de ensino superior, complementando, também, os conhecimentos ministrados no currículo do curso, mas já oferecendo recursos para facilitar a pesquisa científica, visto que o estudante universitário é o embrião do especialista.” Nesse sentido a biblioteca universitária acaba sendo de grande relevância ao ambiente acadêmico/universitário, perfazendo a necessidade de um acervo sempre atualizado e de profissionais capacitados e especializados para gerir tal unidade de informação.

Alguns aspectos devem ser levados em consideração quando da dificuldade na aquisição de obras para compor o acervo bibliográfico, ocasionando coleções com poucos exemplares, ou livros não atualizados. Essa situação, outrora acaba ocorrendo mais em universidades públicas do que em privadas, sobretudo pelo controle do MEC nestas instituições, que tem maior preocupação constante na manutenção do seu acervo. Geralmente esse quadro é característico de universidades públicas, pois nas instituições privadas em virtude do controle do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da exigência da clientela, reverte a uma realidade menos deficitária, onde a preocupação com a manutenção e preservação de uma coleção que satisfaça a demanda é uma meta constante. (MIRANDA, 2007).

A biblioteca universitária em linhas gerais é reflexo do que pode ser entendido como aquela unidade que precisa e necessita da atualização constantemente da produção do conhecimento dentro de uma instituição de ensino. Por isso a necessidade da universidade empregar recursos e verbas na aquisição do acervo bibliográfico, isto é, a biblioteca acaba sendo por diversas vezes o espelho da universidade, que por sua vez deve primar pela qualidade e excelência na modernização da biblioteca. (MILANESI, 1993).

Portanto, é fato que em algumas vezes não se considera a participação do profissional bibliotecário nas decisões, sobretudo relacionadas a implantação e ao planejamento da unidade de informação.

2.3.1 Políticas para as bibliotecas universitárias

A política destinada a bibliotecas universitárias é ponto de partida primordial na criação, existência e manutenção de qualquer unidade de informação. A política voltada para biblioteca diz respeito à “[...] formulação formal ou informal, ligada ao atendimento da missão da biblioteca, bem como os critérios de avaliação.” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.285).

O mesmo autor retrata que a política de desenvolvimento de coleções, envolve o “conjunto de critérios, consubstanciados num documento, que tem por objetivo assegurar o crescimento racional e equilibrado de uma determinada coleção ou acervo.” Esta por sua vez, envolve todos os processos e fluxos de trabalho de uma biblioteca – que vai desde a seleção até o armazenamento das obras ou materiais informacionais. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.285).

As políticas de bibliotecas estão sempre focadas a orientar a tomada de decisão, servindo como guia nas ações a serem implementadas pelo gestor.

2.3.2 Gestão de bibliotecas

Um dos pontos fundamentais numa biblioteca universitária é a sua gestão ou mesmo sua administração. E que segundo Sousa (2008, p.19), a gestão/administração da biblioteca está relacionada “[...] à direção, supervisão e coordenação das atividades administrativas e técnicas, desenvolvidas em todos os setores, incluindo os recursos humanos. É o fazer funcionar.”

Vale enfatizar que,

[...] o papel das unidades informacionais/bibliotecas está diretamente ligado às maiores fontes de riquezas atuais, ou seja, ao conhecimento, que deve ser administrado por profissional que tenha subsídios técnicos e informacionais, e que possibilite sua organização física, e formas de encontrá-la, em meios híbridos com extrema eficiência e com eficácia, principalmente no momento de sua recuperação. (VIEIRA, 2014, p.231-232).

O gestor, profissional bibliotecário, deve ter o domínio de algumas habilidades e atitudes para exercer as funções gerenciais com mais segurança, isto é, envolve a “[...] capacidade analítica, de julgamento, decisão, liderança e de enfrentar riscos e incertezas na busca de soluções.” (VIEIRA, 2014, p.235).

O mesmo autor complementa que as decisões para gestão de bibliotecas são postos de duas formas: gestão clássica e gestão participativa, a primeira envolve o bibliotecário – responsável pelo planejamento, direção, organização, controle e avaliação das funções na biblioteca; a segunda envolve a equipe – responsável por sua administração, e podem ser convocados em algum momento para participar da tomada de decisão. (VIEIRA, 2014).

Alguns dos fatores essenciais na gestão de bibliotecas/unidades informacionais são:

Verbas: as verbas são públicas (federal, estadual ou municipal) ou privadas, normalmente, no caso das privadas, as verbas são determinadas com base em projetos de curta, média e longa duração, sem a necessidade de buscar captação externa, ao contrário das públicas, que não raro, buscam a captação externa de verbas [...];

Recursos humanos: contratação e formação de pessoal especializado; definição de cargos e funções de acordo com o estudo das necessidades; quantidade de funcionários: bibliotecários, técnicos, assistentes e auxiliares de biblioteca [...];

Recursos materiais: acervos, mobiliário, local, etc;

Políticas de funcionamento: horários de funcionamento; normas internas e externas; serviços prestados, cursos e ações culturais prestadas; manual de funcionamento, etc;

Público: direcionamento do acervo e serviços para o tipo de público frequentador (universitários, pesquisadores, etc.). (VIEIRA, 2014, p.239).

Na gestão de bibliotecas, é importante que o gestor tenha uma equipe multidisciplinar, empenhada e engajada com os objetivos da unidade. Onde, conforme Ferreira e Oliveira (1989, p.17), “Administração é a realização de determinadas atividades com e por meio de pessoas, em grupos formalmente organizados, tendo em vista um objetivo comum.” Esses aspectos são fundamentais para que ocorra a organização da biblioteca como um todo.

De acordo com Brown (1981 apud FERREIRA; OLIVEIRA, 1989, p.20), existem quatro pilares indispensáveis no que tange a informação na administração de bibliotecas:

a) Apoiar o processo decisório: a informação sobre um determinado tópico reduz o grau de incerteza no momento de tomar uma decisão sobre uma questão;

b) Situar o administrador na sua ambiência: o administrador não pode ignorar as influências do ambiente externo e as oportunidades que surgem para a biblioteca, sob pena de administrar uma instituição absolutamente dissociada da realidade. As informações da ambiência são fundamentais na definição dos objetivos e papel da biblioteca na organização;

- c) Avaliar a situação histórica: informações sobre o presente, passado e projeções para o futuro permitem ao administrador identificar os pontos fracos e fortes da atuação da biblioteca, bem como antecipar dificuldades e oportunidades; e
- d) Avaliar e acompanhar atividades: informação fundamental para comparar o desempenho proposto para uma determinada atividade e aquele realmente atingido. A informação obtida permite mensurar o objetivo originalmente proposto pela biblioteca.

Outra visão, abordada por Cunha e Cavalcanti (2008, p.6) trata a administração bibliotecária, como um “Conjunto de tarefas relacionadas com a supervisão das atividades e funções inerentes a uma biblioteca.” Envolve também, questões de caráter motivacional do grupo, a conquista de recursos financeiros e a apreciação dos resultados com vistas ao aperfeiçoamento dos serviços e produtos da biblioteca.

Por conseguinte, vimos que a gestão é em suma “[...] um processo cíclico, cujas funções são intimamente relacionadas em interação dinâmica, em que o planejamento precede todas as demais funções. [...]” (ALMEIDA, 2005, p.1).

E na gestão de bibliotecas, um ponto fundamental é o seu planejamento, fator determinante no desenvolvimento da melhora das condições e da qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela biblioteca, sendo imprescindível a tomada de decisão mais viável a unidade. Outrora, o planejamento bibliotecário ou de bibliotecas, objeto de estudo de forma mais aprofundada no próximo capítulo.

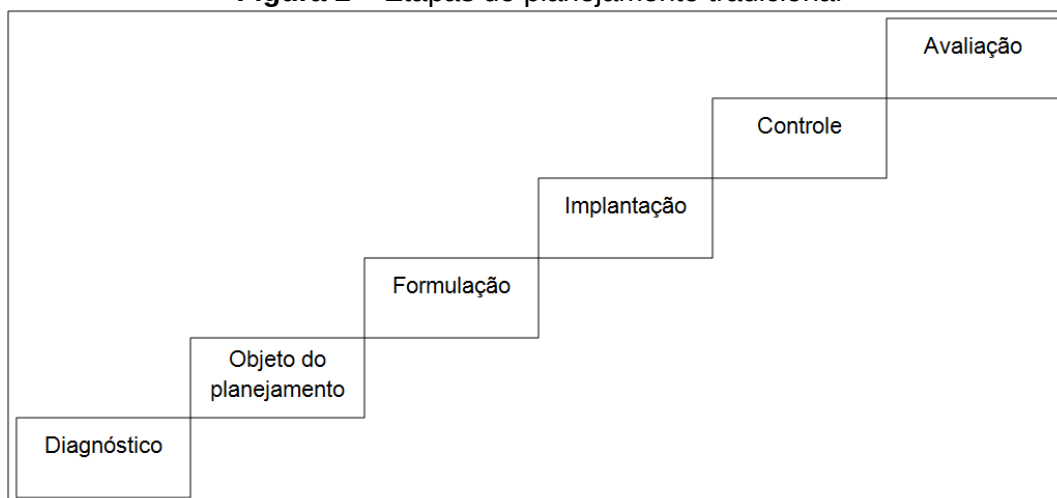
2.3.2.1 Planejamento de bibliotecas

Nos dias atuais, o planejamento é essencial em qualquer empresa ou órgão governamental. Numa unidade de informação, ou em uma biblioteca universitária isso não é diferente, é imprescindível a existência do planejamento. Podemos perceber isso quando Vieira (2014, p.238) enfatiza que o planejamento “[...] deve ser feito para se conhecer e melhorar a utilização dos pontos fortes; eliminar ou adequar às situações dos pontos fracos; usufruir das oportunidades externas; e evitar ou neutralizar as ameaças externas.” É possível a elaboração de um diagnóstico, com as informações pertinentes a biblioteca, a fim de implementar um planejamento mais adequado para a mesma, ou seja, o planejamento é a “função que estabelece as metas e os métodos para atingi-las, assim como os recursos necessários para que o planejamento seja implementado.” (FERREIRA; OLIVEIRA, 1989, p.17).

Por conseguinte, é no planejamento que se define [o quê], [quando], [onde] e [como] é possível alcançar as metas, além disso, o planejamento tem como base suposições e prognósticos, o que devem ser levados em conta, seus prazos – a curto, a médio e a longo. De acordo com Maciel e Mendonça (2006, p.18), para o planejamento, são necessários algumas tomadas de decisão, dentre elas, podemos citar:

- a) indicação do responsável pelo processo de seleção, que pode ser o gerente da biblioteca ou do setor específico de seleção, ou ainda, uma comissão formada por bibliotecários e usuários da biblioteca;
- b) indicação do tipo de material que irá compor o acervo, independente do seu suporte físico;
- c) definição dos assuntos que irão fazer parte da coleção;
- d) estabelecimento dos critérios e prioridades que nortearão todo o processo, envolvendo decisões sobre os de seleção, aquisição por compra, doação e permuta, e também, para o desbastamento da coleção, indicando o que deve ser transferido para depósitos especiais ou mesmo serem descartados;
- e) estabelecimento de diretrizes para a avaliação das coleções (livros, periódicos, materiais especiais, publicações eletrônicas etc.), inclusive com indicação da periodicidade com que deverá ser realizada;
- f) indicação do número de exemplares por título, principalmente para as coleções de uso corrente (bibliografias básicas em bibliotecas universitárias, [...]);
- g) estabelecimento de diretrizes para preservação e conservação do acervo, incluindo informações sobre condições ambientais ideais para cada tipo de documento considerando-se o seu suporte físico;
- h) indicação de alternativas para obtenção de recursos e definição de critérios para a alocação dos recursos obtidos;
- i) indicação de prazos para revisão das políticas adotadas.

Todo o processo que envolve o planejamento deve se basear por um caminho, e dever ser verificado, principalmente “[...] os recursos disponíveis e os necessários, implicando na compreensão da dinâmica das mudanças oriundas do mercado, bem como da sensibilidade para identificação e canalização destas mudanças de forma positiva para a Unidade de Informação.” (BARBALHO; BERAQUET, 1995, p.18).

Figura 2 – Etapas do planejamento tradicional

Fonte: Barbalho e Beraquet, 1995, p.19.

Na figura 2 é possível verificar que o planejamento perfaz seis etapas, e se trata de um processo constante, que vai desde o diagnóstico até a avaliação, “O planejamento não é um acontecimento, mas um processo contínuo, permanente e dinâmico, que fixa objetivos, define linhas de ação, detalha as etapas para atingi-los e prevê os recursos necessários à consecução desses objetivos. [...]” (ALMEIDA, 2005, p.2). Portanto, é imprescindível que o planejamento seja colocado em prática em qualquer unidade de informação, sobretudo com intuito de alcançar as metas, primando pelos processos de trabalho, competências e as atribuições dos membros da equipe.

2.3.2.2 Avaliação de bibliotecas

A avaliação é uma etapa relevante seja qual for o ambiente a ser avaliado, isto é, um órgão, uma entidade, ou mesmo uma unidade de informação. O processo de avaliação sempre é recebido por gestores com certo receio, visto que, em muitos casos uma avaliação insuficiente ou insatisfatória pode acarretar justamente a desconfiança, outrora por falta de gestão ou competência para assumir aquele cargo ou setor, deixando transparecer a ineficiência ou inoperância da sua administração. “A avaliação é, portanto, necessária à revisão de objetivos e metas, ao direcionamento ou redirecionamento da execução de ações, atividades ou programas, à tomada de decisão, tanto operacional quanto estratégica, [...]” (ALMEIDA, 2005, p.13).

Como a biblioteca universitária é alvo de avaliação por parte do Ministério da Educação, que leva em consideração diversos aspectos no processo de avaliação, onde de acordo com Cunha e Cavalcanti (2008, p.41) a avaliação da coleção de uma biblioteca envolve a “Mensuração quantitativa e qualitativa do grau de qualidade do acervo, dos serviços e programas de uma biblioteca [...] em relação ao nível de atendimento das necessidades dos usuários.”

Para Lancaster (2004, p.8) avaliação tem como finalidade:

[...] estabelecer uma espécie de ‘escala’ para mostrar em que nível de desempenho o serviço está funcionando no momento. [...] comparar o desempenho de várias bibliotecas ou serviços. [...] justificar sua existência. [...] identificar as possíveis causas de malogro ou ineficiência do serviço, visando a elevar o nível de desempenho no futuro.

Identificar alternativas de aprimorar seu desempenho é uma possibilidade que visa dirimir os pontos fracos ou possíveis deficiências de qualquer unidade de informação que passa constantemente por processos de avaliação. “A avaliação é um componente importante da administração, pois é através dela que podemos corrigir ou manter estratégias com a finalidade de atingir objetivos pré-determinados. [...]” (MACIEL; MENDONÇA, 2006, p.23).

Uma alternativa proposto por Ramos (1999b, p.47), e que tem o intuito de colaborar com o processo de avaliação é:

O estabelecimento de padrões para bibliotecas universitárias poderia ser uma ferramenta valiosa de avaliação, auxiliando no planejamento global e/ou de unidade de informação, e colaborando para o fornecimento de serviços de alta qualidade em diferentes áreas. Podem ser incluídos itens relacionados às funções na biblioteca, como administração, instalação, orçamento, pessoal, acervo, serviços e produtos.

O mesmo autor aponta que “Neste contexto, os padrões qualitativos devem guiar a formulação de medidas e indicadores, estabelecendo assim um novo rumo a ser tomado pelas bibliotecas com relação a planejamento, desempenho e produtividade.” (RAMOS, 1999b, p.52).

Portanto, de fato, é necessário que as bibliotecas passem pelos processos de avaliação com a finalidade de se estabelecer o que está muito bom, o que é suficiente/regular, e o que pode melhorar.

2.4 BIBLIOTECA CENTRAL E O SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFPB

A Biblioteca Central da UFPB tem como missão, dar suporte informacional aos programas de ensino, pesquisa e extensão da UFPB. Sua criação teve início em 1961 no Regimento da UFPB, contudo, só a partir de 11 de agosto de 1967 que surgiram os primeiros passos para sua criação efetiva. Na época, a UFPB deu um passo decisivo para a implantação da biblioteca Central Universitária, estabelecendo como obras prioritárias a construção do prédio, desde a primeira etapa de edificação do campus de João Pessoa (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, c2011).

A primeira proposta de Estruturação da Biblioteca Central foi elaborada pelo renomado Professor universitário e Bibliotecário Edson Nery da Fonseca, o projeto foi intitulado como "Teoria da Biblioteca Central". A construção foi iniciada, mas não foi concluída. Foi instalada provisoriamente numa pequena sala do Instituto de Matemática, passando para a Biblioteca da Escola de Engenharia; posteriormente foi transferida para o prédio da antiga faculdade de educação e por fim para um edifício anexo ao da reitoria.

No final de 1976 teve início todo o processo de estruturação e implantação da Biblioteca Central, a partir da junção do acervo das treze Bibliotecas Setoriais. Partindo então para a contratação de Bibliotecários, atualização do acervo de livros e periódicos, elaboração e aprovação do regulamento do Sistema de Bibliotecas, criação de novos serviços, automação dos técnicos, entre outros, culminando com a construção do prédio definitivo da Biblioteca Central com uma área construída de 8.500m².

Em 1980 o regulamento do Sistema de Bibliotecas foi aprovado pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). A Biblioteca Central é formada pela Diretoria, Vice-Diretoria, Secretaria Administrativa, Setor de Contabilidade e por 3 (três) Divisões, que subdividem-se em 13 (treze) Seções. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, c2011).

No que concerne a Biblioteca Central e o Sistema de Bibliotecas em relação ao PDI atual (2014-2018) consta-se apenas informações a respeito da projeção do quantitativo de livros a serem adquiridos por Centro de Ensino, bem como a projeção da estimativa orçamentária para aquisição dos livros, que vai ficar em torno de mais de 6 milhões de reais até o final de 2018. No entanto, esse planejamento que ficou limitado apenas à compra dos livros, outrora, é interessante que se faça

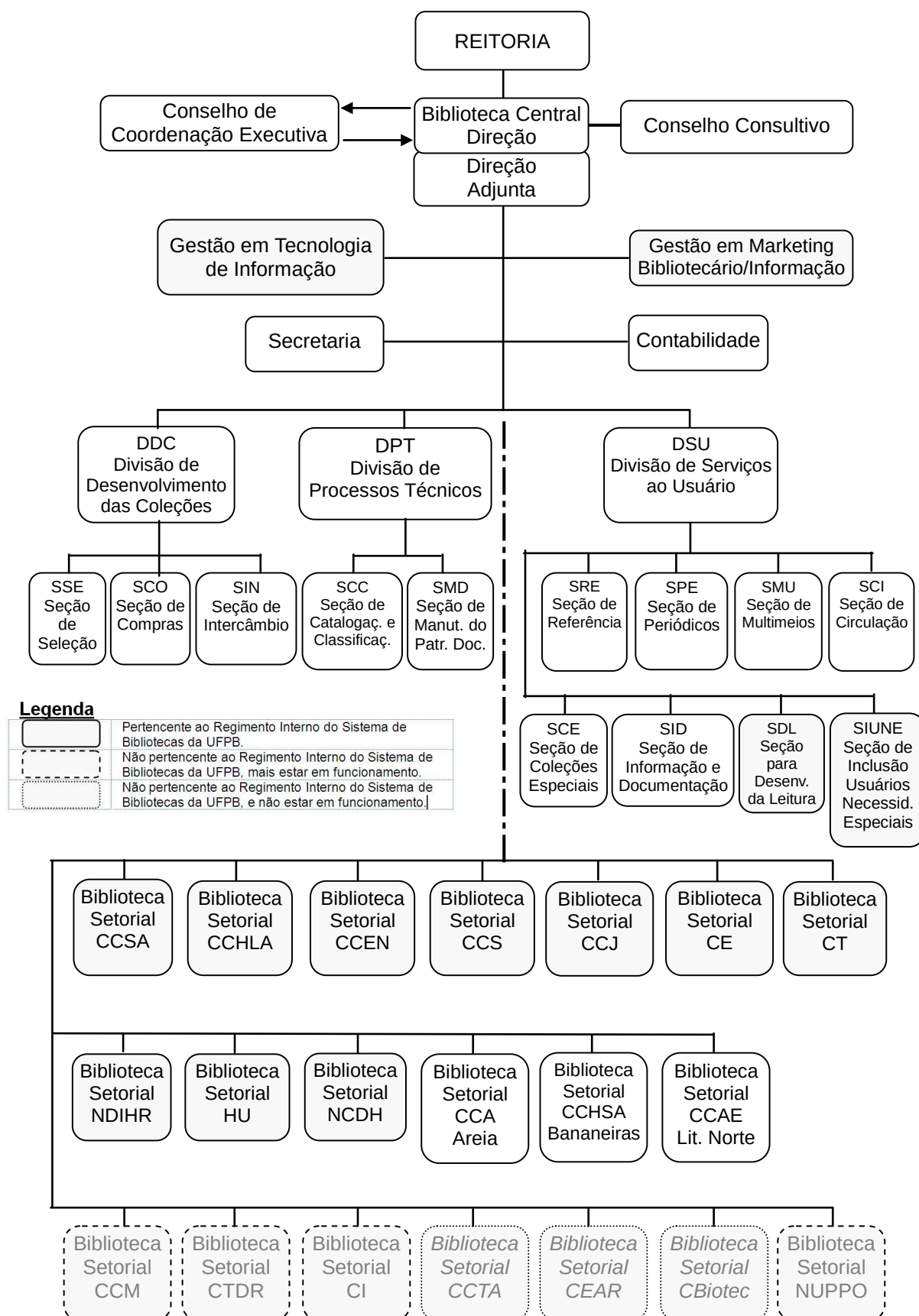
um planejamento também no que concerne, por exemplo, a quantidade de estantes que esse acervo vai abranger e o pessoal técnico que irá realizar o processamento desses livros. Pois desta forma, teríamos muitos livros para poucas estantes, espaço e poucos funcionários. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2014).

O acervo documental do Sistema de Bibliotecas é atualizado e expandido de acordo com as necessidades específicas de cada curso. Os centros de ensino são responsáveis pelo envio à Biblioteca Central da demanda bibliográfica de cada departamento. Após a aquisição efetiva do material bibliográfico, a Biblioteca Central, através da Divisão de Desenvolvimento das Coleções (DDC), encarregada de realizar a remessa para as Bibliotecas Setoriais dos Centros de Ensino. As aquisições são feitas através de compras por licitação na modalidade pregão eletrônico, bem como por meio de doações que são criteriosamente selecionadas por uma comissão de avaliação na Seção de Intercâmbio que integra a Divisão de Desenvolvimento das Coleções. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2014).

Na estrutura organizacional da Biblioteca Central, os serviços oferecidos aos usuários externos aparecem agrupados na Divisão de Serviços ao Usuário que é composta das seguintes seções: Circulação, Referência, Serviço de Informação e Documentação, Periódicos, Coleções Especiais e Multimeios. Outras duas divisões fazem parte do organograma: a Divisão do Desenvolvimento das Coleções e a Divisão de Processo Técnico, que são direcionadas ao público interno. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2014). Dentre os serviços oferecidos pelas bibliotecas, temos: Empréstimo domiciliar de livros; Renovação de livros *on-line* (SIGAA); Alertas via *e-mail*; Salas de estudo em grupo e individual; Sistema de *internet wi-fi*; Elaboração de ficha catalográfica; Orientação das normas de documentação (ABNT); Comutação bibliográfica; Visitas dirigidas; Orientação e treinamento das bases de dados assinadas pela UFPB, a exemplo da *Ebrary* e Portal de Periódicos da CAPES.

Logo a seguir, temos na Figura 3, uma proposta para o Organograma do Sistemoteca, pois no Regimento Interno do Sistema de Bibliotecas da UFPB atual, não estão contempladas algumas bibliotecas setoriais que estão funcionando e outras que deveriam funcionar e não estão funcionando.

Figura 3 – Proposta de Organograma do Sistemoteca UFPB.



Fonte: Adaptado de Sousa Filho, 2013.

A Biblioteca sempre passa pela avaliação do MEC no que se refere aos cursos de graduação, e deste modo é imprescindível uma atenção mais que especial na construção e viabilização do Planejamento Estratégico para o Sistema de Bibliotecas. Enfim, é necessário um planejamento de bibliotecas ou planejamento bibliotecário sólido em que envolva todo o Sistema de Bibliotecas, principalmente com a participação mais efetiva das bibliotecas setoriais dos Centros e as do interior, outrora, muitas vezes esquecidas e fora dos padrões necessários ao seu funcionamento pleno. Em que é imprescindível à atuação de forma mais integrada do gestor do Sistema de Bibliotecas – ator principal, e que detém o poder para a tomada de decisões e formulação do planejamento estratégico da Unidade.

Portanto, é interessante maior envolvimento do Órgão com os setores, para uma melhor definição do planejamento, por exemplo, no plano de trabalho, tanto do setor como daqueles que fazem parte dos setores, através das metas, processos de trabalhos, competências e atribuições de cada um.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Cada área do conhecimento contém métodos e técnicas específicos para realizar suas investigações e legitimar a atuação dos atores envolvidos no processo de investigação científica, podendo contribuir para avaliar a informação coletada pelo tipo de literatura científica utilizada, ilustrar aspectos da produção, dirigir o leitor para outras fontes de informação sobre assuntos e autores, além de contribuir para o reconhecimento de um cientista entre os pares, dentre outras possibilidades.

3.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Para realização desta pesquisa de natureza aplicada, o caminho percorrido para que os objetivos estabelecidos sejam alcançados, é a adoção da pesquisa exploratória e descritiva, quantitativa e qualitativa, do ponto de vista da forma de abordagem do problema. Richardson (2008, p.70) define a abordagem quantitativa como aquela que “[...] É frequentemente aplicado nos estudos descritivos, naqueles que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis, bem como nos que investigam a relação de causalidade entre fenômenos”. Por conseguinte, o autor define “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. [...]” (RICHARDSON, 2008, p.79).

De modo similar, Prodanov e Freitas (2013, p.128) tratam a abordagem quantitativa como aquela que “Requer o uso de recursos e técnicas de estatística, procurando traduzir em números os conhecimentos gerados pelo pesquisador”. Difere da abordagem qualitativa, onde “O ambiente natural é fonte direta para coleta de dados, interpretação de fenômenos e atribuição de significados”. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.128)

A classificação da pesquisa quanto ao seu objetivo ou nível é a pesquisa exploratória, que tem como ênfase, segundo Gil (2006, p.41) “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descobertas de intuições.” A pesquisa em questão se encaixa nesta classificação porque novas interpretações e situações ocasionam, neste estudo, a busca de ideias que se mudam e que se descobrem. Igualmente é o

que ocorre com a pesquisa descritiva, adotada nesta pesquisa, para onde “[...] os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados [...]. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador” (ANDRADE, 2006, p.124). Concomitante a esse conceito, Prodanov e Freitas (2013, p.127) colocam que a pesquisa descritiva, “Expõe as características de uma determinada população ou fenômeno, demandando técnicas padronizadas de coleta de dados.”

3.2 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos adotados, utiliza-se as técnicas de coleta de informações e de análise dos dados.

3.2.1 Técnicas de coleta de informações

Para a realização da pesquisa foi necessário o levantamento de dados de diversas fontes, independente de qual seja o método utilizado, coletados de forma bibliográfica e documental, direta e indireta.

Segundo Marconi e Lakatos (2006), a característica da pesquisa documental “é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Paralelamente a isso, Prodanov e Freitas (2013, p.128) caracteriza esse tipo de pesquisa como a que “Utiliza materiais que não receberam tratamento analítico”.

Para o alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa, foram escolhidas tanto a pesquisa documental como a pesquisa bibliográfica, como instrumento para a coleta de dados. “A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas [...] até meios de comunicações orais” (MARCONI; LAKATOS, 2006, p. 71), isto é, a pesquisa bibliográfica é “Concebida a partir de materiais já publicados.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.128).

No que concerne à fonte da pesquisa documental, pode-se mencionar que as informações foram obtidas através da página da Comissão Permanente de Avaliação (CPA), além das informações prestadas por gestores e funcionários da Coordenação para Melhoria do Ensino (CPME) da UFPB, que se dispuseram em fornecer os

relatórios em arquivos digitais via *e-mail*, arquivos estes que por sua vez, foram obtidos através da base de dados do e-MEC (emec.mec.gov.br).

Quadro 1 – Cursos que migraram entre os Centros de Ensino.

Centro de origem	Cursos	Centro atual
CCAE	Hotelaria →	CCTA
CCAE	Gastronomia →	CTDR
CTDR	Tecnologia em Gestão Pública →	CCSA
CT	Engenharia Elétrica →	CEAR
CT	Ciência da Computação →	CI
CCHLA	Artes visuais → Comunicação social (jornalismo, relações públicas e radialismo) → Música → Teatro → Turismo →	CCTA

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Vale frisar que no decorrer dos últimos anos ocorreram diversas mudanças dos cursos entre os Centros de Ensino, isto é, alguns cursos surgiram inicialmente em um determinado Centro, e posteriormente acabou sendo remanejado para outro. E casos de Centros novos que surgiram, e que acabaram absorvendo cursos de Centros mais antigos, ou seja, o que ocorreu foi o desmembramento dos Centros, a exemplo dos cursos de hotelaria, gestão pública, gastronomia, comunicação social, entre outros.

3.2.2 Técnicas de análise dos dados

No que concerne a essa técnica, foi escolhida a hermenêutica, como método de abordagem, e que tem relação com o método compreensivo, ao qual Weber (1995, p.314) aborda essa temática, destacando que:

[...] o "entender" de determinadas conexões deve ser controlado, na medida do possível, com os métodos usuais da imputação causal, antes que uma interpretação, mesmo que muito evidente, se transforme numa "explicação compreensiva" válida. O grau máximo de evidência, indubitavelmente, encontramos na "interpretação racional com relação a fins".

Não obstante, o referido autor coloca que

Trata-se, portanto, de um estado de coisas referente ao qual, em cada caso, devem ser descobertas as pré-condições históricas concretas, ou pré-condições sociológicas típicas, de tal maneira que se torne compreensível; também por essa via pode ser explicada,

através da categoria de "causação adequada provida de sentido", a proporção de identidade, o afastamento ou contradição de decurso empírico referente ao tipo regular. A coincidência com o "tipo regular" é a conexão causal "mais compreensível" porque é a "mais adequada provida de sentido". [...] é o fato de que dentro de um contexto de argumentos sobre questões lógicas, que são bem determinadas e subjetivamente providas de sentido (isto é, dentro de uma problemática), ocorre a um pensador uma idéia que se aproxima do tipo regular (correto) da "solução". (WEBER, 1995, p.318).

Face ao exposto, o método de abordagem hermenêutica é proposto também por autores contemporâneos, caso de Nadja Hermann (2002, p.10), que enfatiza que “[...] A hermenêutica expôs essa abertura em toda a sua radicalidade, apontando a história e a linguagem como elementos estruturados de nosso acesso ao mundo e de nosso aprendizado”.

E que, por conseguinte, tem a pretensão de entender o sentido dos acontecimentos, ou seja, “[...] A hermenêutica reivindica dizer o mundo a partir da sua finitude e historicidade, de onde decorre seu caráter interpretativo. Tem como preocupação central pensar e o conhecer para a vida prática, [...]” (HERMANN, 2002, p.15).

Nesse sentido, destaca-se que

[...] a hermenêutica ressurgiu modernamente no contexto da luta contra a pretensão de haver um único caminho de acesso à verdade. No ambiente cientificista da modernidade, se estabeleceu o predomínio do positivismo, que se apóia em dados objetivos como procedimento válido para produzir conhecimento. [...] (HERMANN, 2002, p.15).

Diante disso, permite-se inferir que “[...] a palavra "hermenêutica" enfatiza o aspecto discursivo da compreensão, daquilo que explica, que se torna claro, mais do que aquilo que se expressa. Explicar é uma forma de interpretar. [...] O método define o próprio objeto a ser conhecido.” (HERMANN, 2002, p.23).

Torna, assim, evidente que “[...] Trata-se de situar a compreensão num universo mais amplo, reconhecendo que esse processo não é apenas lógico, mas também histórico. Abrir novas possibilidades de reflexão é basicamente o desafio de uma abordagem hermenêutica.” (HERMANN, 2002, p.29).

É pertinente ainda dizer-se que:

A hermenêutica, na medida em que reconhece uma dimensão criadora da compreensão, amplia o sentido da educação para além da prevalência da normatividade técnico-científica, cuja origem se

encontra na racionalidade moderno-instrumental. [...]. (HERMANN, 2002, p.83)

Enfim, a hermenêutica está relacionada ao método compreensivo à medida que apresenta preceitos que permitam identificar a integralidade da relação do indivíduo com a sociedade.

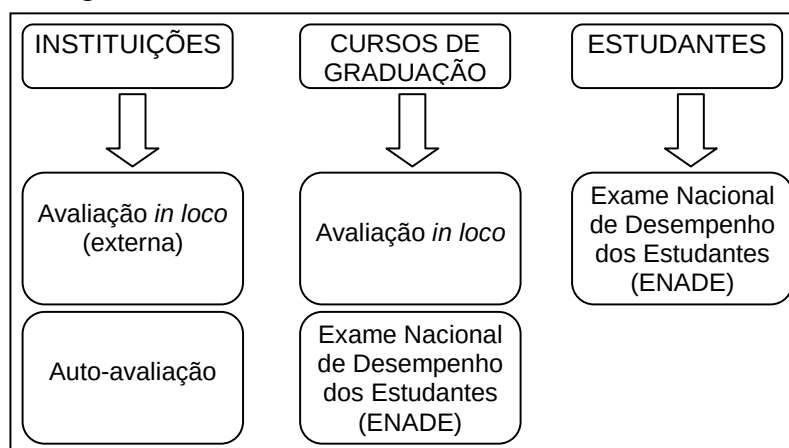
3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA

O instrumento a ser utilizado é a análise direta aos relatórios de avaliações, utilizadas pelo MEC nas avaliações institucionais e de cursos. Nesses relatórios existem os indicadores, e desta forma, apenas os que dizem respeito à Biblioteca foram escolhidos para análise. De acordo com Ferreira, Cassiolato e Gonzalez (2009, p.24), os indicadores, que servem na maioria dos casos como parâmetros, apresentam-se tanto na forma qualitativa como quantitativa, isto é, no formato misto, da qual é “[...], dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado”.

O Sistema de Bibliotecas da UFPB foi escolhido a partir de uma inquietação, somada ao interesse em perceber de que forma o REUNI – implantando no ano de 2008 na instituição, teve impacto na constituição, evolução e crescimento do acervo bibliográfico, por meio de aquisição desse material informacional em detrimento da avaliação de cursos de graduação e seus respectivos desempenhos, no que concerne aos indicadores da Biblioteca. O Sistema de Bibliotecas tem como finalidade atender as necessidades de informação de estudantes, professores e pesquisadores.

O universo da pesquisa “é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum [...]”. A amostra, por sua vez, “é uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo [...]” (MARCONI; LAKATOS, 2006, p. 41).

A população da pesquisa diz respeito aos cursos de graduação da UFPB que foram avaliados pelo MEC através do SINAES, tanto na própria avaliação de curso, bem como na avaliação institucional.

Figura 4 – Dimensões do SINAES.

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

A amostra foi de apenas uma parcela dessa população, com a escolha de 68 (sessenta e oito) cursos, de um total de 130 (cento e trinta) cursos, cuja representatividade é de 52,30% (cinquenta e dois inteiros e trinta centésimos por cento), e que abrange 14 (quatorze) Centros de Ensino, para Avaliação de Cursos, que tem como data limite o ano de 2016. Já para a Avaliação Institucional, que tem como data limite o ano de 2006, temos 16 (dezesesseis) cursos, de um total de 63 (sessenta e três) referente ao ano de 2006, perfazendo uma representatividade de 25,39% (vinte e cinco inteiros e trinta e nove centésimos por cento), compreendendo 7 (sete) Centros de Ensino. Vale salientar que a quantidade de cursos avaliados, diz respeito à quantidade de relatórios analisados, e envolveu um período que vai de 2002 até 2016, perfazendo a data limite em um intervalo de 14 (quatorze) anos num total. A escolha foi, sobretudo, levando em consideração a combinação de cursos mais antigos, outrora consolidados há muito tempo na instituição, e cursos mais recentes, bem como, sua abrangência e diversificação das áreas, uma vez que existem cursos de Campi diferentes. A seguir, no Quadro 2, é possível verificar de forma sintetizada a abrangência do quantitativo de cursos/relatórios em que foram realizadas as análises.

Quadro 2 – Abrangência do quantitativo de cursos/relatórios analisados.

Avaliação institucional		Avaliação de cursos	
Data limite: 2002 – 2006		Data limite: 2007 – 2016	
Centros de ensino: 7		Centros de ensino: 14	
Cursos: 16 (corresponde a 25,39% do total de cursos do período)		Cursos: 68 (corresponde a 52,30% do total de cursos do período)	Ato regulatório
			Reconhecimento: 59
			Renovação de reconhecimento: 7
			Autorização: 2

Fonte: Dados da pesquisa, 2002-2016.

Foi analisado tanto o relatório de avaliação institucional, como o de avaliação de cursos, de várias graduações da UFPB, entre os anos de 2002 e 2016, e que fazem parte do ciclo avaliativo do SINAES/MEC, perfazendo, desta forma, um recorte temporal e amostral. Apesar de o SINAES ter sido criado em 2004, apenas em 2007 aconteceu a criação do sistema e-MEC, para os fluxos dos processos de regulação e avaliação. Os relatórios e suas respectivas avaliações podem ser encontrados no site do e-MEC (emec.mec.gov.br), no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e no site da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) da UFPB e em arquivos digitais na Coordenação para Melhoria do Ensino (CPME) da UFPB.

Para análise dos relatórios foram considerados os seguintes itens, conforme o Quadro 3 abaixo, para verificação dos aspectos relacionados aos eixos e dimensões de infraestrutura física e infraestrutura, respectivamente, dos indicadores relacionados à Biblioteca.

Quadro 3 – Instrumentos de avaliação do SINAES analisados.

Instrumento de Avaliação Institucional Externa	Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação - presencial e a distância
Indicadores 5.9, 5.10, 5.11	Indicadores 3.6, 3.7, 3.8
Biblioteca: infraestrutura física. Quando a infraestrutura física atende de às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnicos administrativos e plano de expansão física.	Bibliografia básica. Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de X a menos de Y vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
Biblioteca: serviços e informatização. Quando os serviços da biblioteca atendem	Bibliografia complementar. Quando o acervo da bibliografia complementar possui,

às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via <i>internet</i> (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.	pelo menos, X títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.
Biblioteca: plano de atualização do acervo. Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) implantado atende às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.	Periódicos especializados. Quando há assinatura com acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a X e menor que Y títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos.

Fonte: Brasil, 2014; 2016a.

O instrumento de avaliação institucional externa utilizado na pesquisa como referência foi o de agosto de 2014, e tem como propósito subsidiar os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação da organização acadêmica (presencial). No eixo 5 (cinco) relacionado à infraestrutura física, foram averiguadas as condições em que as Instituições de Educação Superior (IES) apresentam o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Esse instrumento está em consonância com inciso VII do Art. 3º do SINAES.

Quadro 4 – Critérios adotados pelos avaliadores do MEC para análise dos respectivos indicadores dos eixos/dimensões.

Conceito	Instrumento de Avaliação Institucional Externa	Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação - presencial e a distância
	Descrição	
1	Quando o indicador avaliado configura um conceito NÃO EXISTE(M)/ NÃO HÁ, NÃO ESTÃO RELACIONADAS.	Quando os critérios de análise do indicador avaliado configuram um conceito NÃO ATENDE.
2	Quando o indicador avaliado configura um conceito INSUFICIENTE.	Quando os critérios de análise do indicador avaliado configuram um conceito INSUFICIENTE.
3	Quando o indicador avaliado configura um conceito SUFICIENTE.	Quando os critérios de análise do indicador avaliado configuram um conceito SUFICIENTE.
4	Quando o indicador avaliado configura um conceito MUITO BOM/MUITO BEM.	Quando os critérios de análise do indicador avaliado configuram um conceito MUITO BOM/MUITO BEM.
5	Quando o indicador avaliado configura um conceito EXCELENTE.	Quando os critérios de análise do indicador avaliado configuram um conceito EXCELENTE.

Fonte: Brasil, 2014; 2016a.

Já o instrumento de avaliação de cursos de graduação que foi utilizado na pesquisa como referência, foi o de abril de 2016. E em sua dimensão 3 (três) relacionado a infraestrutura, leva em consideração o Projeto Pedagógico do Curso, Diretrizes Curriculares Nacionais, quando houver, Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, quando couber, Formulário Eletrônico preenchido pela IES no e-MEC e Documentação Comprobatória.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo apresentam-se os dados resultantes da coleta de dados realizada, quando da análise dos relatórios de avaliação institucional e de cursos da UFPB, no tocante aos indicadores específicos da Biblioteca. A análise dos dados é um estágio fundamental para a validação da pesquisa realizada, isto é, vem cumprir a função de responder ao problema de pesquisa.

4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Para a análise dos relatórios, assim como para a organização dos dados e informações utilizou-se tabelas, gráficos e quadros. Nas tabelas, empregou-se o método quantitativo, recurso que congrega técnicas estatísticas tanto na coleta quanto no tratamento dos dados, isto é, os dados foram calculados por meio da técnica da média, com base nos conceitos obtidos nas Avaliações do MEC. As bibliotecas universitárias “[...] têm desenvolvido projetos de expansão e qualificação de seus acervos como forma de dar resposta às diferentes necessidades decorrentes da criação de cursos de graduação em novas áreas de conhecimento, [...]” (SOARES, 2002, p.173).

Nos gráficos, aplicou-se o método qualitativo, em que a sistematização das informações foi realizada através da leitura individual de cada relatório, da qual foi possível extrair e identificar questões pertinentes à pesquisa, sendo analisadas a partir da criação de categorias e de parâmetros dispostos nas observações realizadas pelos avaliadores e contidas nos relatórios.

Para a tabulação dos dados das tabelas e gráficos foi utilizada a ferramenta da planilha do *Microsoft Office Excel*, tanto para a tabela com a análise dos dados quantitativos dos conceitos atribuídos, quanto para os gráficos com análise qualitativa, das observações feitas nos relatórios, destacando os cursos e ordenados por Centro de Ensino, individualmente.

Em Anexo, foram dispostos todos os quadros contendo as observações referentes ao indicador da Biblioteca dos avaliadores do MEC e que estão nos relatórios de avaliação. “Do mesmo modo, nas avaliações regulares empreendidas pelo MEC, a situação das bibliotecas é objeto de acurada atenção por parte dos avaliadores” (SOARES, 2002, p.173).

Assim sendo, para a Avaliação Institucional¹, no que tange aos aspectos da Biblioteca foram analisados os relatórios de 16 (dezesesseis) cursos de 7 (sete) Centros de Ensino da UFPB, conforme a Tabela 1, principalmente no que diz respeito aos Conceitos da infraestrutura física, serviços e informatização e o plano de atualização do acervo.

Tabela 1 – Conceitos da avaliação institucional das Bibliotecas da UFPB.

Centros	Relatórios/cursos		Indicadores/Conceitos			Média geral dos conceitos por Centro
			Espaço físico	Serviços	Acervo	
CCA	Agronomia	→	1	5	3	3
	Zootecnia		3	5	3	
	→	Média	2	5	3	
CCHSA	Adm. de agroindústrias	→	3	3	3	2
	Adm. de cooperativas		1	3	3	
	→	Média	2	3	3	
CCEN	Estatística	→	3	4	1	2
	→	Média	3	4	1	
			3	5	3	
CCHLA	Ciências sociais		3	5	5	3
	Comunic. social – radialismo (2003)	→	5	5	3	
	Comunic. social – radialismo (2005)		3	3	1	
CCM	Serviço social	→	3	4	3	3
	→	Média	5	3	3	
	Medicina	→	5	3	3	
CCS	→	Média	3	5	5	3
	Educ. física		1	3	2	
	Enfermagem	→	5	5	4	
CT	Farmácia		3	5	3	5
	Nutrição	→	3	5	2	
	Odontologia	→	3	4	3	
	Eng. de produção	→	5	5	5	5
	→	Média	5	5	5	
			5	5	5	

Fonte: Relatórios de Avaliação Institucional¹, UFPB, 2002-2006.

No geral, a maior parte das médias ficaram no conceito suficiente ou regular, o que faz transparecer a necessidade de correção de alguns erros e de rever atitudes pontuais.

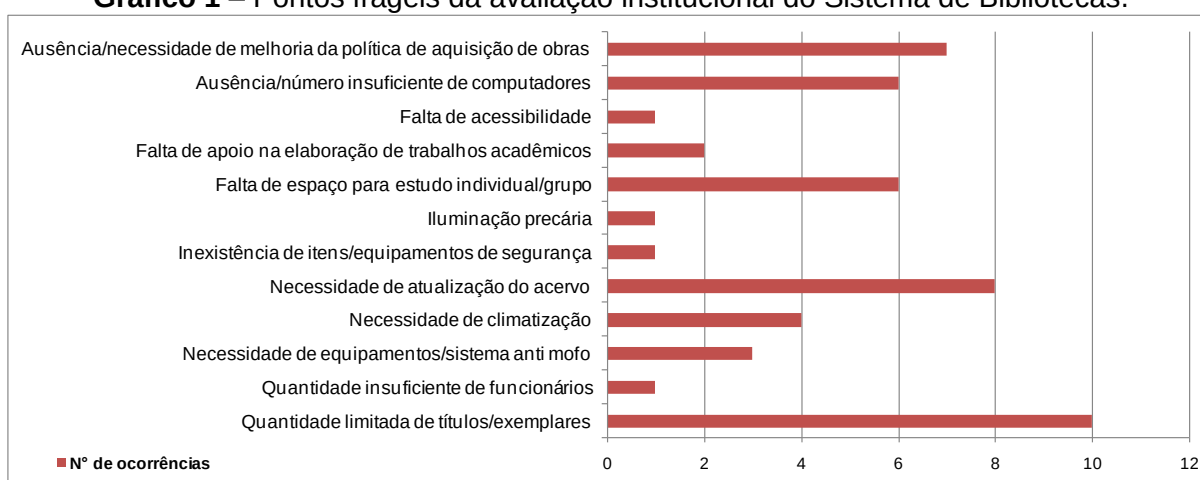
Desse modo, tanto nos Gráficos 1 e 2, foi possível constatar os pontos frágeis e que precisam ser melhorados, bem como os pontos fortes do Sistema de Bibliotecas para a Avaliação Institucional. Isso reverbera a seguinte questão, onde

¹ Relatórios de Avaliação de Cursos (Condições de Ensino), anterior a Plataforma e-MEC, análogo ao Instrumento de Avaliação Institucional atual e que foi utilizado na pesquisa no que concerne aos Indicadores da Biblioteca.

conforme Coêlho (2003, p.130) ainda que a avaliação institucional “[...] chegue a alguns indicadores de desempenho e a um sistema de dados sobre a instituição, centralize as informações e coloque-as à disposição de todos, esses elementos não falam por si mesmo, mas precisam ser pensados, questionados e interpretados. [...]”

Dos pontos frágeis, conforme o Gráfico 1, é possível destacar a ausência/necessidade de melhoria da política de aquisição de obras, a necessidade de atualização do acervo e a quantidade limitada de títulos/exemplares, com um número de incidências acima de 6 (seis).

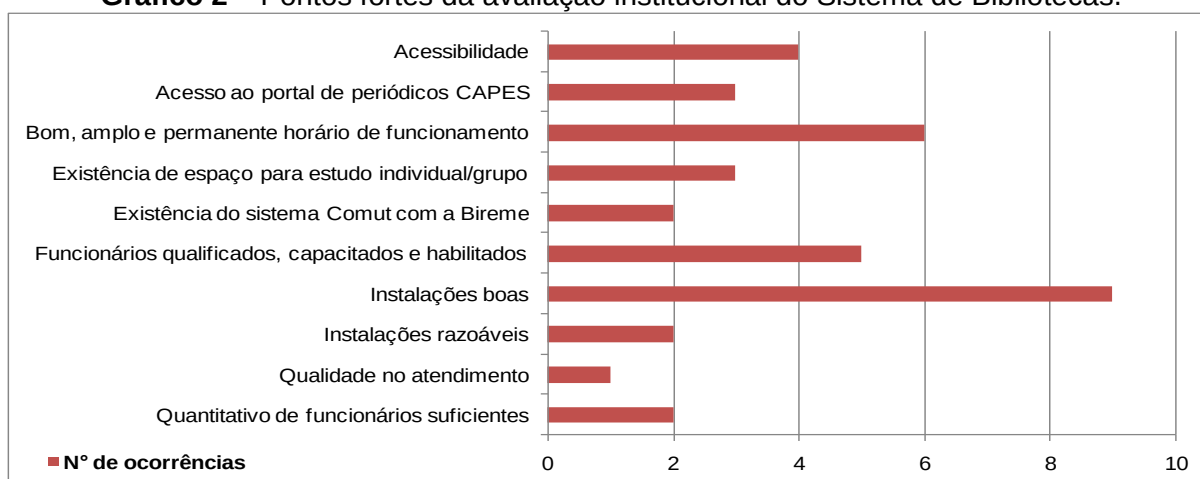
Gráfico 1 – Pontos frágeis da avaliação institucional do Sistema de Bibliotecas.



Fonte: Dados da pesquisa - Relatórios de Avaliação Institucional, UFPB, 2002-2006.

Já, os pontos fortes observados, de acordo com o Gráfico 2, foram as boas instalações físicas e o bom, amplo e permanente horário de funcionamento das bibliotecas de uma forma geral.

Gráfico 2 – Pontos fortes da avaliação institucional do Sistema de Bibliotecas.



Fonte: Dados da pesquisa - Relatórios de Avaliação Institucional, UFPB, 2002-2006.

Por conseguinte, para a Avaliação de Cursos no que tange aos aspectos da Biblioteca, temos nesse primeiro momento a análise dos relatórios da Biblioteca do Centro de Ciências Agrárias (CCA), que fica localizada no Campus II, no município de Areia.

Assim, foram feitas as análises de 5 (cinco) cursos, através dos Conceitos da Bibliografia básica, Bibliografia complementar e Periódicos especializados, conforme especificado na Tabela 2.

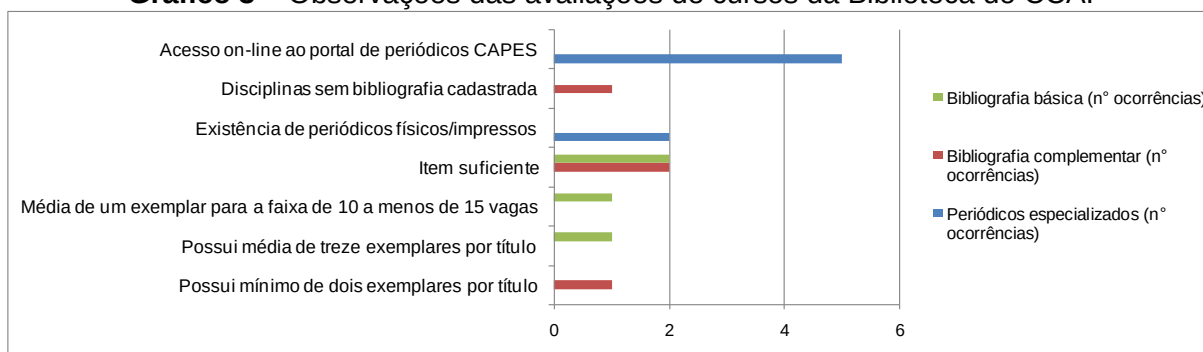
Tabela 2 – Conceitos da avaliação de cursos da Biblioteca do CCA.

Centro	Relatórios/cursos		Indicadores/Conceitos			Média geral dos conceitos por Centro
			Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados	
CCA	Ciências biológicas (bacharelado)	→	3	3	5	3,6
	Ciências biológicas (licenciatura)		3	3	5	
	Medicina veterinária		4	3	5	
	Química (bacharelado)		4	1	5	
	Química (licenciatura)		3	3	5	
	→ Média		3,4	2,6	5,0	

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

De acordo com a Tabela 2, foi possível verificar um déficit acentuado no que diz respeito à Bibliografia complementar, divergindo da análise de Periódicos especializados, que obteve o conceito máximo. No entanto, na média geral a Biblioteca do CCA obteve o melhor conceito dentre todas do Sistema de Bibliotecas. Isso corrobora com análise feita no Gráfico 3, que tem como destaque o acesso ao portal de periódicos da CAPES e a existência de periódicos impressos.

O Portal de periódicos oferece acesso aos textos completos de artigos [...] de revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e as bases de dados com referências e resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Inclui também indicações de importantes fontes de informação com acesso gratuito na *Internet*. Professores, pesquisadores, alunos e funcionários de [...] instituições de ensino superior e de pesquisa em todo o País têm acesso imediato à produção científica mundial atualizada através deste serviço oferecido pela CAPES. (SOARES, 2002, p.173).

Gráfico 3 – Observações das avaliações de cursos da Biblioteca do CCA.

Fonte: Dados da pesquisa - Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

Para além de questões relacionadas à Bibliografia básica, Bibliografia complementar e Periódicos especializados, os avaliadores (vide ANEXO B), apresentaram outras informações relacionadas à Biblioteca, como condições físicas apropriadas, boa ventilação, existência de aparelho de ar condicionado, boa acústica, conforto térmico, iluminação apropriada e condições de conservação boas. Além de ambientes informatizados, com acesso a computadores com *internet* para consulta do acervo, “Sem dúvida, a avaliação, mas não qualquer avaliação, é imprescindível à existência mesma da universidade e do trabalho aí desenvolvido, à elevação e ao aperfeiçoamento de sua qualidade [...]” (COELHO, 2003, p.134).

Desta maneira, a segunda análise para a Avaliação de Cursos, no que tange aos aspectos da Biblioteca, foram nos relatórios da Biblioteca do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCA), que fica localizada no Campus IV, nos municípios de Rio Tinto e Mamanguape. Foram feitas as análises de 12 (doze) relatórios, através dos Conceitos da Bibliografia básica, Bibliografia complementar e Periódicos especializados (Tabela 3).

Tabela 3 – Conceitos da avaliação de cursos da Biblioteca do CCAE.

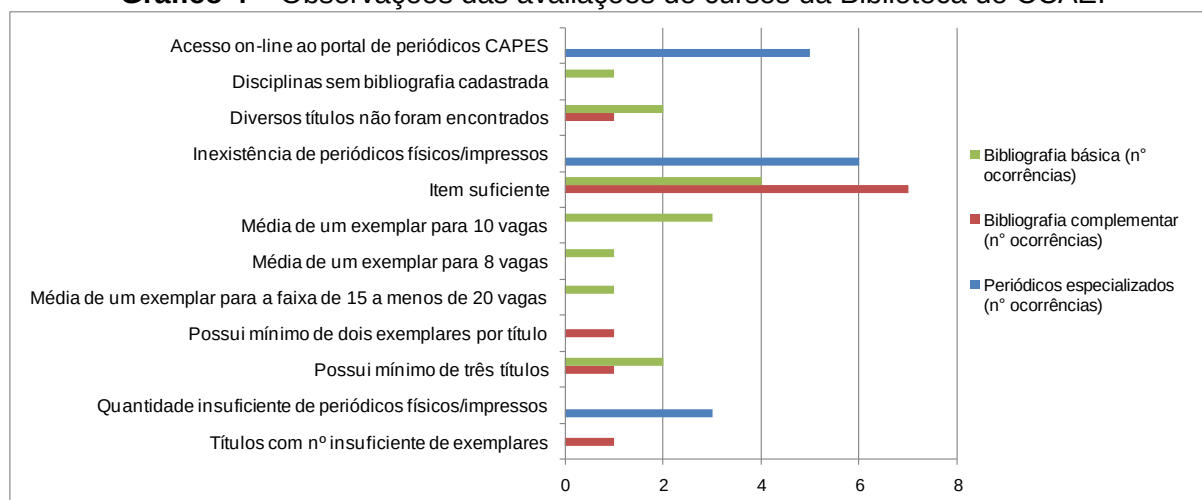
Centro	Relatórios/cursos		Indicadores/Conceitos			Média geral dos conceitos por Centro
			Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados	
CCA	Antropologia social	→	3	2	2	2,9
	Antropologia visual		3	3	2	
	Ciências contábeis		3	2	2	

	Ciências da computação		2	3	3
	Design		3	3	3
	Ecologia		3	4	5
	Hotelaria		3	3	3
	Letras (língua portuguesa)		2	3	5
	Matemática		4	4	5
	Pedagogia		3	3	1
	Secretariado executivo		3	3	2
	Sistemas de informação		3	3	2
	→ Média		2,9	3,0	2,9

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

De acordo com a Tabela 3, foi possível verificar uma equiparação entre os Conceitos, sendo necessária uma atenção a mais em todos os aspectos relacionados à Biblioteca. Ratifica, portanto, a análise realizada no Gráfico 4, que destaca os indicadores de uma forma geral como suficientes, isto é, se enquadram nas médias obtidas com o conceito 3,0.

Gráfico 4 – Observações das avaliações de cursos da Biblioteca do CCAE.



Fonte: Dados da pesquisa - Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

Para além de questões relacionadas à Bibliografia básica, Bibliografia complementar e Periódicos especializados, os avaliadores (vide ANEXO C), apresentaram outras informações relacionadas à Biblioteca, como a sua informatização, com terminais para consulta do acervo, com sistema de busca e com acesso à *internet*. E as instalações físicas boas e que se perfilam adequadas quanto aos ambientes, e suficientes para estudos em grupo, tendo uma reduzida área para

estudo individual. Desta forma, e de acordo com Dias Sobrinho (2003, p.109) “[...] a avaliação se materializa como instrumento de controle sobre os indivíduos, as instituições e o sistema e opera, como se fossem valores primordiais, a eficiência, o lucro, a produtividade, a competitividade, a operacionalidade, a racionalidade instrumental.”

A terceira análise para a Avaliação de Cursos, no que tange aos aspectos da Biblioteca, foram os relatórios da Biblioteca do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA), que fica localizada no Campus III, no município de Bananeiras. Foram feitas as análises de 4 (quatro) cursos, através dos Conceitos da Bibliografia básica, Bibliografia complementar e Periódicos especializados (Tabela 4).

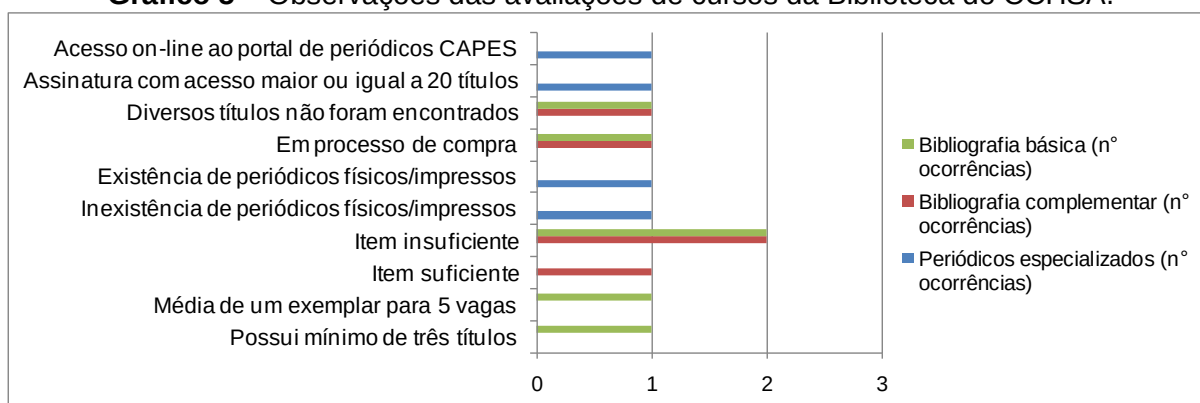
Tabela 4 – Conceitos da avaliação de cursos da Biblioteca do CCHSA.

Centro	Relatórios/cursos		Indicadores/Conceitos			Média geral dos conceitos por Centro
			Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados	
CCHSA	Agroecologia	→	3	3	2	2,3
	Agroindústria		4	4	2	
	Ciências agrárias		1	1	5	
	Pedagogia		1	1	1	
	→ Média		2,2	2,2	2,5	

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

Em conformidade com a Tabela 4, foi possível verificar uma deficiência considerável em todos os aspectos relacionados à Biblioteca, especialmente no que concerne à Bibliografia básica e complementar, com alguns cursos obtendo conceito 1,0, sendo necessária, nesse sentido, uma atenção urgente e pontual para esses cursos.

Isso é demonstrado com análise feita no Gráfico 5, que destaca que tanto a Bibliografia básica como a complementar estão insuficientes e que diversos títulos não foram encontrados. “[...] A avaliação deve buscar expandir sua função essencialmente educativa, formativa, pedagógica, proativa e construtiva.” (DIAS SOBRINHO, 2003, p.109-110).

Gráfico 5 – Observações das avaliações de cursos da Biblioteca do CCHSA.

Fonte: Dados da pesquisa - Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

Para além de questões relacionadas à Bibliografia básica, Bibliografia complementar e Periódicos especializados, os avaliadores (vide ANEXO D), apresentaram outras informações relacionadas à Biblioteca, tais como a existência de um sistema informatizado, visando atender a consulta *on-line* do acervo com acesso a terminais de computadores de uso local. Além de dispor de acervo multimídia e acervo de monografias, com espaço físico suficiente e acessibilidade adequada, “A avaliação deve indagar com rigor os significados dos produtos universitários sob o ponto de vista da qualidade científica e da relevância social, isto é, sob a ótica do bem público.” (DIAS SOBRINHO, 2003, p.110).

Logo, a análise seguinte para a Avaliação de Cursos, no que tange aos aspectos da Biblioteca, foram os relatórios da Biblioteca do Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), que fica localizada no Campus I, na capital paraibana. Foi feita a análise de apenas 1 (um) curso, através dos Conceitos da Bibliografia básica, Bibliografia complementar e Periódicos especializados (Tabela 5).

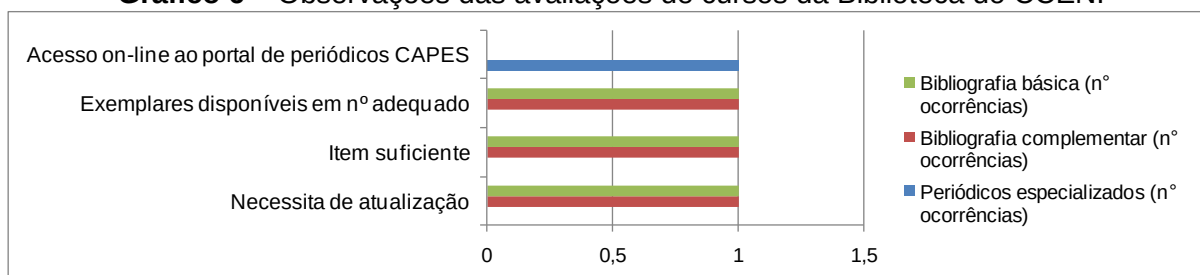
Tabela 5 – Conceitos da avaliação de cursos da Biblioteca do CCEN.

Centro	Relatórios/cursos		Indicadores/Conceitos			Média geral dos conceitos por Centro
			Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados	
CCEN	Estatística	→	3	3	5	3,6
	→	Média	3,0	3,0	5,0	

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

Com relação à Tabela 5, a Bibliografia básica e complementar se manteve como suficiente e com número adequado de exemplares. E com base na análise realizada no Gráfico 6, que tem o conceito 5,0 para os periódicos especializados, teve como destaque acesso ao portal de periódicos da CAPES.

Gráfico 6 – Observações das avaliações de cursos da Biblioteca do CCEN.



Fonte: Dados da pesquisa - Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

Para além de questões relacionadas à Bibliografia básica, Bibliografia complementar e Periódicos especializados, os avaliadores (vide ANEXO E), apresentaram outras informações relacionadas à Biblioteca, frisando que o espaço físico da biblioteca é suficiente; todavia, não apresenta ou há uma reduzida área para estudo individual ou em grupo.

[...] Só faz sentido a avaliação orientada para a melhoria da educação, da mesma forma que, eticamente, uma instituição educacional tem de estar comprometida com o desenvolvimento da sociedade, de acordo com os princípios que dão fundamento e sentido à melhoria e à expansão da existência humana. [...] avaliar uma universidade é, antes e acima de tudo, verificar se o conjunto de suas atividades, de seus serviços e produtos é relevante para a melhoria da vida material e espiritual da sociedade. (DIAS SOBRINHO, 2003, p.111)

Desse modo, a próxima análise para a Avaliação de Cursos, no que tange aos aspectos da Biblioteca, foram os relatórios da Biblioteca do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), que fica localizada no Campus I, na capital paraibana. Foram feitas as análises de 12 (doze) relatórios, através dos Conceitos da Bibliografia básica, Bibliografia complementar e Periódicos especializados (Tabela 6).

Tabela 6 – Conceitos da avaliação de cursos da Biblioteca do CCHLA.

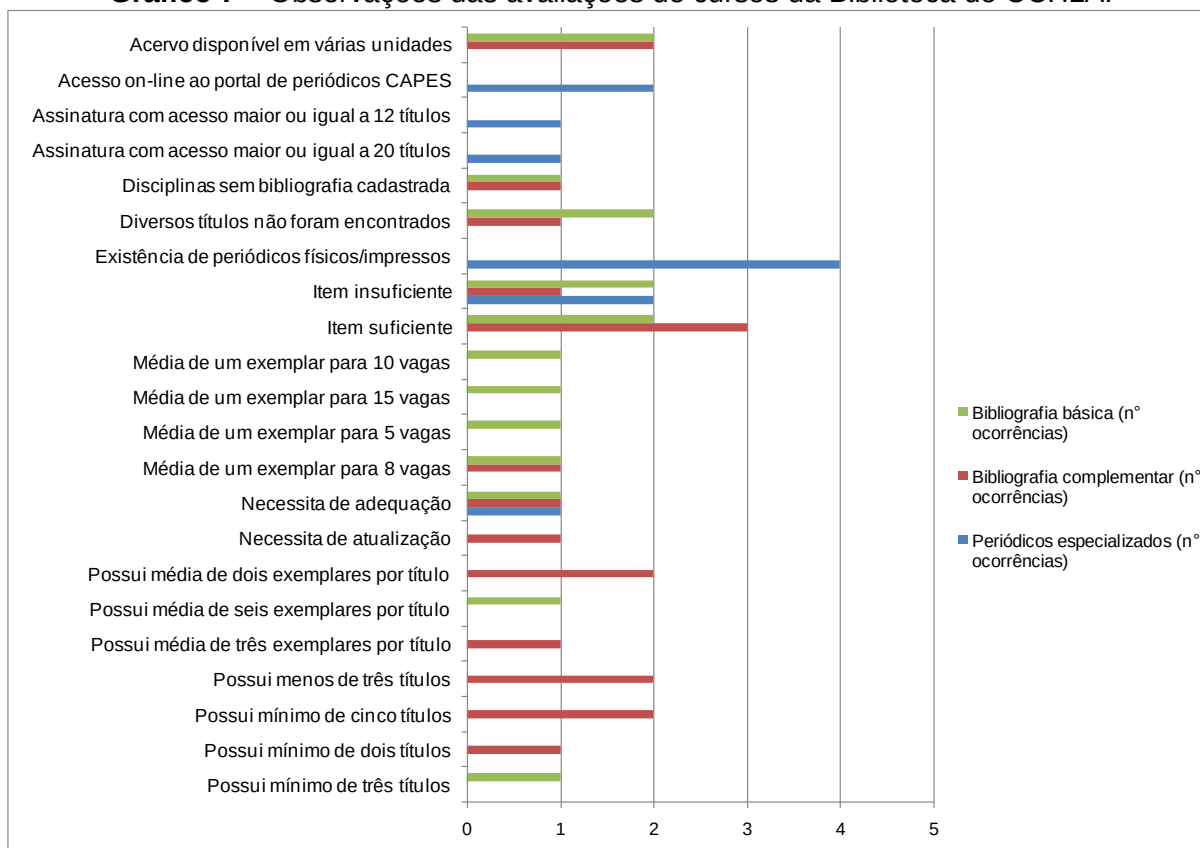
Centro	Relatórios/cursos		Indicadores/Conceitos			Média geral dos conceitos por Centro
			Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados	
CCHLA	Ciências sociais	→	2	2	2	3,1
	Comunicação em mídias digitais		1	1	5	
	História		3	3	3	
	História (Movimentos Sociais do Campo)		3	4	5	
	Letras (clássica)		3	3	3	
	Letras (espanhol)		2	1	2	
	Línguas Estrang. Aplic. às Negoc. Internac.		2	3	5	
	Música (educação musical)		5	4	3	
	Música (instrumento - canto)		5	4	3	
	Teatro (bacharelado)		3	3	3	
	Teatro (licenciatura)		3	3	5	
	Tradução		3	3	5	
	→	Média	2,9	2,8	3,6	

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

Em consonância a Tabela 6, foi possível verificar pela sua média uma deficiência em todos os aspectos relacionados à Biblioteca, notadamente no que concerne à Bibliografia básica e complementar, onde há de convir que nesse Centro de Ensino observou-se que alguns cursos obtiveram conceitos 1,0 e 2,0, enquanto outros obtiveram conceitos 4,0 e 5,0, demonstrando um desequilíbrio na questão de prioridades para com as bibliografias de alguns cursos, e fazendo-se necessário uma atenção aos cursos que obtiveram esses conceitos baixos. Isso fica evidenciado com análise realizada no Gráfico 7, que destaca que tanto a Bibliografia básica como a complementar estão insuficientes e para alguns cursos estão suficientes, e que diversos títulos não foram encontrados, possuindo um número bastante reduzido ou com poucos exemplares por título. Cabe destacar a existência de periódicos físicos e impressos. Nesse sentido, “[...] A avaliação deve considerar

criticamente se a educação superior está colaborando para a construção de uma sociedade tecnologicamente desenvolvida, mais rica em conhecimentos e cultura, mais solidária e justa.” (DIAS SOBRINHO, 2003, p.112).

Gráfico 7 – Observações das avaliações de cursos da Biblioteca do CCHLA.



Fonte: Dados da pesquisa - Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

Para além de questões relacionadas à Bibliografia básica, Bibliografia complementar e Periódicos especializados, os avaliadores (vide ANEXO F), apresentaram outras informações relacionadas à Biblioteca, que no momento da visita *in loco*, em alguns cursos, a biblioteca encontrava-se em construção e acabamento do seu espaço físico em prédio novo. Assinatura da biblioteca digital de livros eletrônicos através da *Ebrary*. Acervo informatizado e com sistema interligado entre o Sistema de Bibliotecas. Existência de aquisição de livros em fase de tombamento. A biblioteca dispõe do sistema Comut.

[...] a avaliação é necessária para se avançar na qualidade do trabalho acadêmico, para que as escolas superiores e sobretudo as universidades contribuam para criar e realizar novos direitos da sociedade e das pessoas e, no caso das universidades públicas, para dar mais visibilidade e legitimidade aos recursos aplicados e aos trabalhos desenvolvidos. Jamais, porém, será um meio de

economizar recursos em educação, como às vezes se imagina. Ao mostrar o que deve ser corrigido, modificado e incentivado, a avaliação certamente exigirá mais incentivos para que as deficiências sejam superadas e os recursos humanos e materiais sejam mais bem aproveitados em benefício da sociedade. (COÊLHO, 2003, p.134)

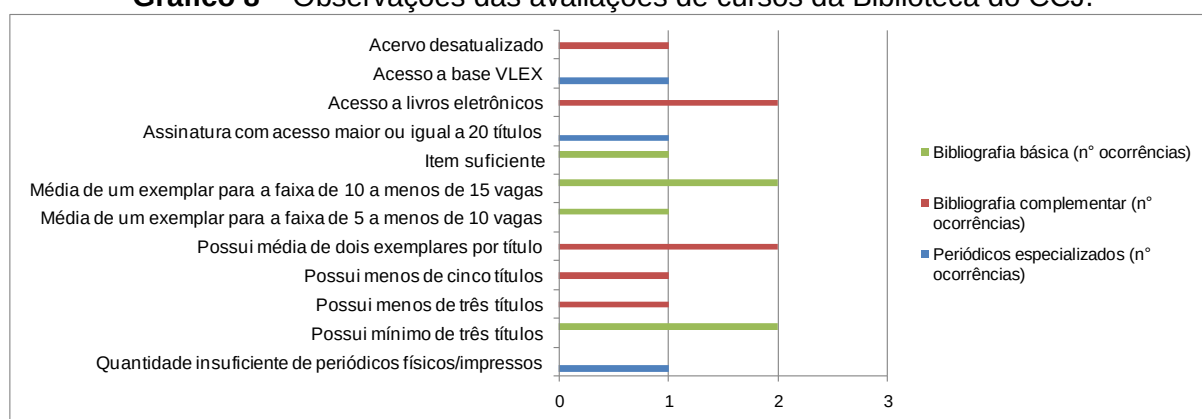
Em seguida, temos a análise para a Avaliação de Cursos, no que tange aos aspectos da Biblioteca, dos relatórios da Biblioteca do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), que fica localizada no Campus I, nos municípios de João Pessoa e Santa Rita. Foram feitas as análises de 3 (três) relatórios, através dos Conceitos da Bibliografia básica, Bibliografia complementar e Periódicos especializados (Tabela 7).

Tabela 7 – Conceitos da avaliação de cursos da Biblioteca do CCJ.

Centro	Relatórios/cursos		Indicadores/Conceitos			Média geral dos conceitos por Centro
			Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados	
CCJ	Direito - João Pessoa	→	4	5	5	3,1
	Direito - Santa Rita		2	2	1	
	(autorização)					
	Direito - Santa Rita	→	3	3	3	
	(reconhecim.)					
	→	Média	3,0	3,3	3,0	

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

Na Tabela 7, foi possível constatar que a biblioteca encontra-se relativamente acima do conceito suficiente. Cabe destacar que em uma de suas avaliações teve o processo de autorização do curso em Santa Rita, sua necessidade maior recai sobre a bibliografia básica, visto que a área jurídica passa por essa questão de atualizar constantemente o seu acervo. No Gráfico 8, a análise demonstra essa questão da necessidade do aumento do número de exemplares por título (livros), outrora o curso de Direito ser um dos mais procurados da instituição e que tem um grande número de alunos no curso.

Gráfico 8 – Observações das avaliações de cursos da Biblioteca do CCJ.

Fonte: Dados da pesquisa - Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

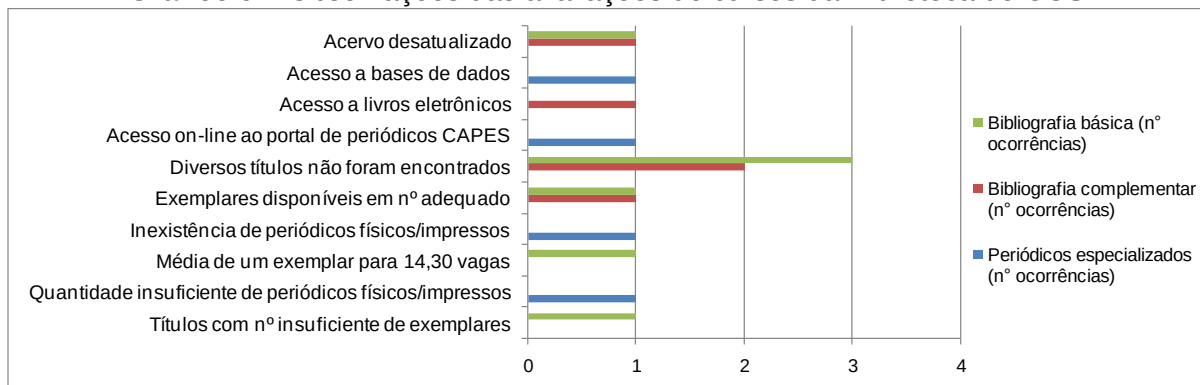
Por conseguinte, a próxima análise para a Avaliação de Cursos, no que tange aos aspectos da Biblioteca, foram os relatórios da Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde (CCS), que fica localizada no Campus I, na capital paraibana. Foram feitas as análises de 4 (quatro) cursos, através dos Conceitos da Bibliografia básica, Bibliografia complementar e Periódicos especializados (Tabela 8).

Tabela 8 – Conceitos da avaliação de cursos da Biblioteca do CCS.

Centro	Relatórios/cursos		Indicadores/Conceitos			Média geral dos conceitos por Centro
			Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados	
CCS	Educação física	→	3	3	4	2,7
	Fisioterapia		2	2	2	
	Fonoaudiologia		1	2	5	
	Terapia ocupacional		3	3	3	
	→					
	Média		2,2	2,5	3,5	

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

De acordo com a Tabela 8, foi possível constatar uma deficiência considerável em todos os aspectos relacionados à Biblioteca, sobretudo no que se refere à Bibliografia básica e complementar, com conceito geral próximo a 2,2, sendo necessária uma atenção imediata para esses cursos. Isso é demonstrado com análise feita no Gráfico 9, que destaca tanto a Bibliografia básica como a complementar, em que diversos títulos não foram encontrados, isto é, existe a deficiência de livros e consequentemente de exemplares, visto que não existe vários títulos recomendados nas bibliografias dos cursos, ao qual a área de saúde possui um dos maiores quantitativos de alunos por curso.

Gráfico 9 – Observações das avaliações de cursos da Biblioteca do CCS.

Fonte: Dados da pesquisa - Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

Para além de questões relacionadas à Bibliografia básica, Bibliografia complementar e Periódicos especializados, os avaliadores (vide ANEXO H), apresentaram outras informações relacionadas à Biblioteca, em que o acervo é de acesso livre, e que existe o sistema SIGAA utilizado na informatização da instituição, onde através dele é possível fazer a pesquisa dos títulos existentes na área. O espaço físico da biblioteca foi considerado reduzido para atender a demanda do Centro.

[...] a avaliação educativa tem como finalidade primordial ajudar a instituição a ser melhor, desempenhar com mais qualificação a sua função formativa, ou seja, consolidar a função social essencial, antes de ser para o mercado e para a administração central, a informação produzida nos processos avaliativos deve ter valor para a sociedade. (DIAS SOBRINHO, 2003, p.112).

Na sequência, a próxima análise para a Avaliação de Cursos no que tange aos aspectos da Biblioteca, foram os relatórios da Biblioteca do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), que fica localizada no Campus I, na capital paraibana. Foram realizadas as análises de 4 (quatro) cursos, através dos Conceitos da Bibliografia básica, Bibliografia complementar e Periódicos especializados (Tabela 9).

Tabela 9 – Conceitos da avaliação de cursos da Biblioteca do CCSA.

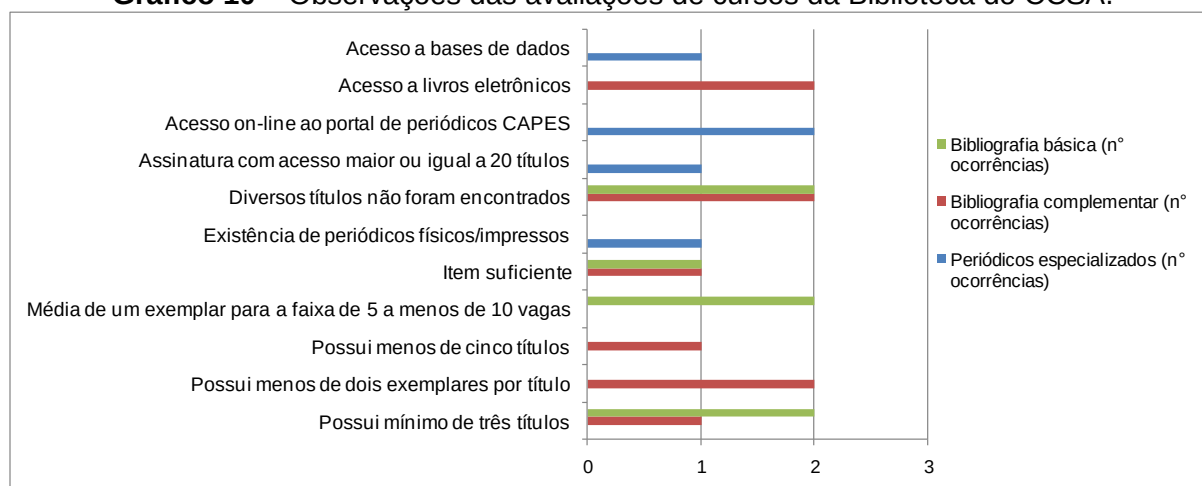
Centro	Relatórios/cursos		Indicadores/Conceitos			Média geral dos conceitos por Centro
			Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados	
CCSA	Arquivologia	→	3	2	4	3,5
	Biblioteconomia		4	3	4	

	Ciências atuariais		3	3	5	
	Relações internacionais		4	3	5	
	→	Média	3,5	2,7	4,5	

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

Em concordância com a Tabela 9, foi possível constatar de uma forma geral que a biblioteca obteve um dos melhores conceitos, tendo como deficiência pontual a bibliografia complementar. Ratificando com a análise feita no Gráfico 10, que ressalta que diversos títulos não foram encontrados e que apesar da existência de acesso a livros eletrônicos, existe um quantitativo reduzido de exemplares por título.

Gráfico 10 – Observações das avaliações de cursos da Biblioteca do CCSA.



Fonte: Dados da pesquisa - Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

Para além de questões relacionadas à Bibliografia básica, Bibliografia complementar e Periódicos especializados, os avaliadores (vide ANEXO I), apresentaram outras informações relacionadas à Biblioteca, como a disponibilidade de utilização da rede *wi-fi* e sistema informatizado. Espaço físico bem distribuído com áreas para pesquisa via *internet*, para administração da biblioteca e para o acervo. Além do acesso para consulta interna aos livros, extensivo a toda comunidade externa, consulta *on-line* ao acervo, catálogo contendo os títulos de periódicos e listagem para consulta as monografias.

Assim, entendemos que o conceito de qualidade não se aplica apenas às instituições, ele perpassa os processos e os atores que, de alguma forma, participam do dia-a-dia das universidades, seja como docentes, discentes, administradores ou técnicos, como também a relação que se estabelece com a sociedade, o que a torna parte do processo. (SILVA, 2010, p.198).

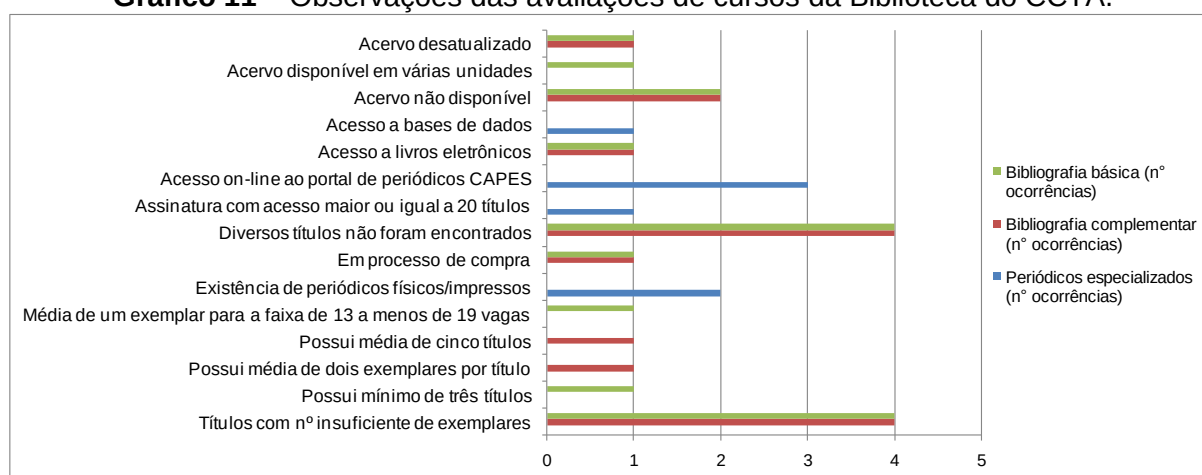
Dando continuidade, a análise para a Avaliação de Cursos, no que tange aos aspectos da Biblioteca, foram os relatórios da Biblioteca do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA), que fica localizada no Campus I, na capital paraibana. Foram realizadas as análises de 6 (seis) cursos, através dos Conceitos da Bibliografia básica, Bibliografia complementar e Periódicos especializados (Tabela 10).

Tabela 10 – Conceitos da avaliação de cursos da Biblioteca do CCTA.

Centro	Relatórios/cursos		Indicadores/Conceitos			Média geral dos conceitos por Centro
			Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados	
CCTA	Artes visuais	→	5	4	3	2,8
	Hotelaria		3	4	5	
	Jornalismo		1	1	5	
	Música (licenciatura)		1	1	5	
	Música popular		1	1	5	
	Regência de bandas e fanfarras		1	1	5	
	→	Média	2,0	2,0	4,6	

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

Não obstante, na Tabela 10, foi possível constatar uma deficiência relativamente alta, sobretudo no que se refere à Bibliografia básica e complementar, com conceito geral próximo a 2,0, e com grande parte dos cursos obtendo o conceito mínimo, sendo necessária uma atenção imediata para esses cursos que apresentaram esse déficit. Fica evidente na análise feita ao Gráfico 11, que destaca que tanto na Bibliografia básica como a complementar diversos títulos não foram encontrados, ou ainda, que o acervo não estava disponível, ocorrendo principalmente em virtude da inexistência do espaço físico da Biblioteca setorial do Centro, além do que os títulos que foram localizados possuíam número insuficiente de exemplares.

Gráfico 11 – Observações das avaliações de cursos da Biblioteca do CCTA.

Fonte: Dados da pesquisa - Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

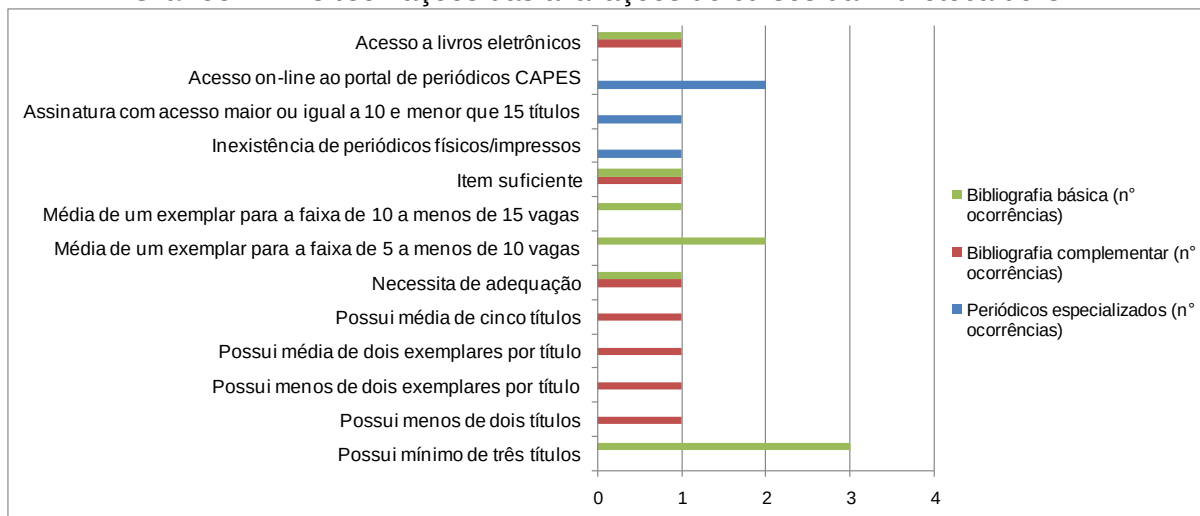
Sendo assim, a análise seguinte para a Avaliação de Cursos, no que tange aos aspectos da Biblioteca, ocorreu nos relatórios da Biblioteca do Centro de Educação (CE), que fica localizada no Campus I, na capital paraibana. Foram realizadas as análises de 5 (cinco) cursos, através dos Conceitos da Bibliografia básica, Bibliografia complementar e Periódicos especializados (Tabela 11).

Tabela 11 – Conceitos da avaliação de cursos da Biblioteca do CE.

Centro	Relatórios/cursos		Indicadores/Conceitos			Média geral dos conceitos por Centro
			Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados	
CE	Ciências das religiões (bacharelado)	→	3	5	5	3,1
	Ciências das religiões (licenciatura)		4	4	4	
	Pedagogia		2	2	3	
	Pedagogia do campo		3	2	3	
	Psicopedagogia		3	3	1	
	→ Média		3,0	3,2	3,2	

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

Na Tabela 11, os conceitos apontam certa regularidade entre os cursos, perfazendo um conceito suficiente, onde os cursos se alternam com conceitos maiores em um determinado indicador e menor em outro. Deixando transparecer que pela análise do Gráfico 12, há uma necessidade de aumentar paulatinamente o quantitativo de títulos e do número de exemplares para alguns cursos do Centro.

Gráfico 12 – Observações das avaliações de cursos da Biblioteca do CE.

Fonte: Dados da pesquisa - Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

Para além de questões relacionadas à Bibliografia básica, Bibliografia complementar e Periódicos especializados, os avaliadores (vide ANEXO K), apresentaram outras informações relacionadas à Biblioteca, que conta com computadores para uso através da utilização do sistema SIGAA, com o módulo Biblioteca interligado entre si, permitindo a consulta ao acervo de todo Sistema de Bibliotecas. Possui livros com acesso portal de pesquisa da *Ebrary*, e banco de teses e dissertações disponíveis aos discentes no acervo da Biblioteca Central, na modalidade física e *on-line*. A biblioteca do Centro carece de melhorias na ventilação, luminosidade, da qual o espaço é bastante reduzido, com poucas mesas para estudos em grupo e inexistência do espaço para estudo individual, além da ausência de instalações sanitárias dentro do espaço da biblioteca.

Em síntese, a excelência ou qualidade da educação se dá em três níveis, a saber: individual, promovendo mudanças profundas nas pessoas, possibilitando uma educação e desenvolvimento profissional ao longo das suas vidas [...]; no nível organizacional, em que as instituições educativas geram e gerenciam conhecimento [...] e em nível social – está fadada ao fracasso uma instituição educativa, particularmente de ensino superior, que desconsidere a totalidade integrada pela qualidade, pertinência, equidade e autonomia universitária. Assim, uma formação de excelência é aquela que luta contra as desigualdades econômicas e sociais. (SILVA, 2010, p.199).

Na sequência, a próxima análise para a Avaliação de Cursos, no que tange aos aspectos da Biblioteca, foram os relatórios da Biblioteca do Centro de Energias

Alternativas e Renováveis (CEAR), que fica localizada no Campus I, na capital paraibana. Foram realizadas as análises de 2 (dois) cursos, através dos Conceitos da Bibliografia básica, Bibliografia complementar e Periódicos especializados (Tabela 12).

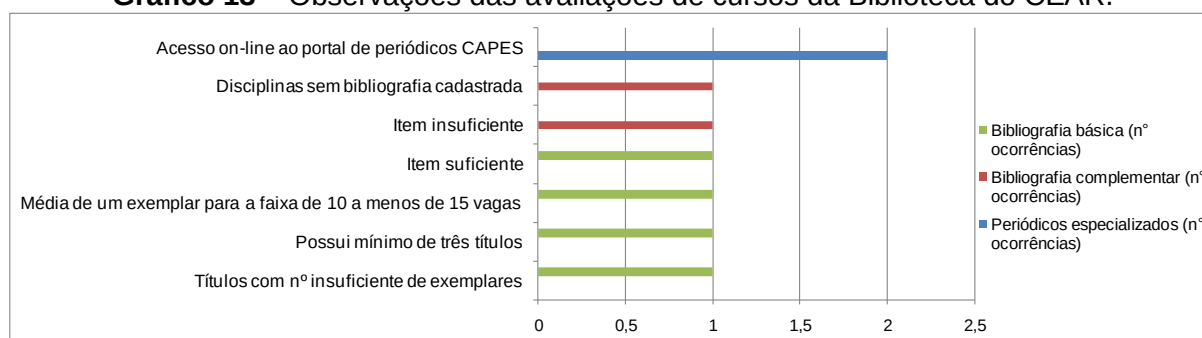
Tabela 12 – Conceitos da avaliação de cursos da Biblioteca do CEAR.

Centro	Relatórios/cursos		Indicadores/Conceitos			Média geral dos conceitos por Centro
			Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados	
CEAR	Engenharia de energias renováveis	→	3	2	5	3,3
	Engenharia elétrica		2	3	5	
	→		2,5	2,5	5,0	
	Média					

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

Conforme a Tabela 12, o destaque ficou para o conceito de periódicos especializados, com conceito máximo, em virtude principalmente do acesso *on-line* ao portal de periódicos da CAPES. Vale ressaltar que o espaço físico que será destinado a Biblioteca do Centro continua em processo de construção. O Gráfico 13 ressalta a necessidade premente de alguns ajustes pontuais na aquisição de mais livros e exemplares.

Gráfico 13 – Observações das avaliações de cursos da Biblioteca do CEAR.



Fonte: Dados da pesquisa - Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

Por conseguinte, a análise para a Avaliação de Cursos, no que tange aos aspectos da Biblioteca, ocorreu nos relatórios da Biblioteca do Centro de Informática (CI), que fica localizada no Campus I, na capital paraibana, especificamente localizado no bairro de Mangabeira. Foram realizadas as análises de 2 (dois) cursos,

através dos Conceitos da Bibliografia básica, Bibliografia complementar e Periódicos especializados (Tabela 13).

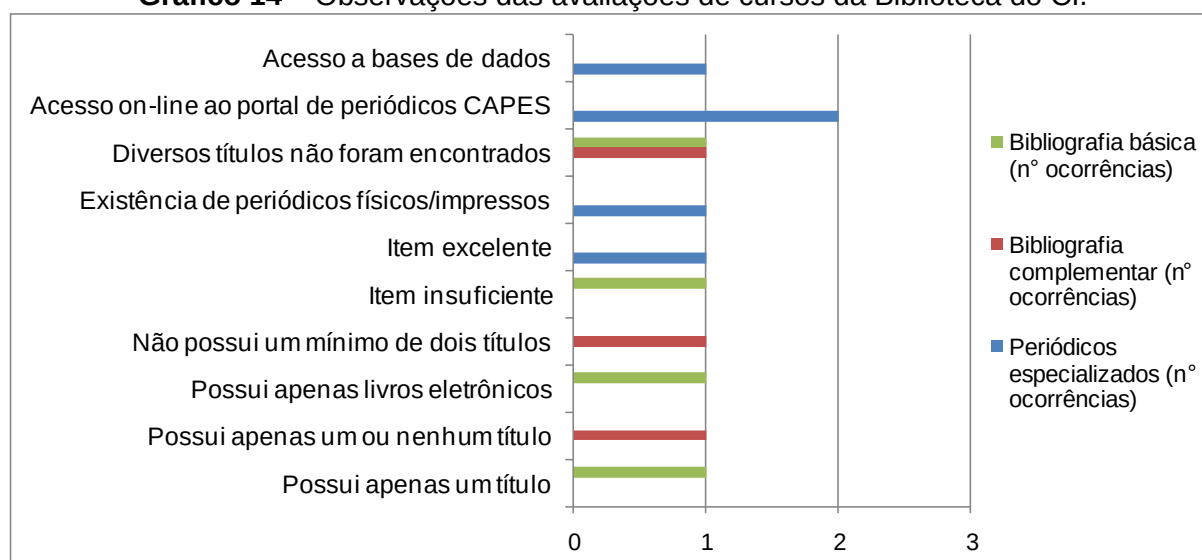
Tabela 13 – Conceitos da avaliação de cursos da Biblioteca do CI.

Centro	Relatórios/cursos		Indicadores/Conceitos			Média geral dos conceitos por Centro
			Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados	
CI	Engenharia de computação	→	1	1	5	2,3
	Matemática computacional	→	1	1	5	
	Média		1,0	1,0	5,0	

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

Através da Tabela 13, foi possível detectar uma deficiência alta, sobretudo no que se refere à Bibliografia básica e complementar, ambas com conceito mínimo, sendo necessária uma atenção urgente e imediata para esses cursos que apresentaram esse déficit. No Gráfico 14, observou-se que diversos títulos, tanto na Bibliografia básica como da complementar, não foram encontrados, ou que possuíam apenas um título da bibliografia sugerida.

Gráfico 14 – Observações das avaliações de cursos da Biblioteca do CI.



Fonte: Dados da pesquisa - Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

Para além de questões relacionadas à Bibliografia básica, Bibliografia complementar e Periódicos especializados, os avaliadores (vide ANEXO M), apresentaram outras informações relacionadas à Biblioteca, como o acervo

informatizado e com acesso aos portais de pesquisa da *Ebrary* e Minha Biblioteca, que pode ser acessada através do portal do aluno.

[...] Quantidade e qualidade são dimensões inseparáveis de uma mesma realidade. Portanto, enfatizar uma delas é uma opção metodológica que se justifica em face de escolha de objetivos. Assim se queremos conhecer objetivamente o estado de uma determinada realidade, precisamos construir numerosos indicadores quantitativos, lembrando sempre que a dimensão qualitativa aí também se apresenta, pois todas as atividades humanas são orientadas por critérios sociais e escolhas pessoais ou intersubjetivas. [...] (DIAS SOBRINHO, 1997, p.83).

Logo, a análise seguinte para a Avaliação de Cursos, no que tange aos aspectos da Biblioteca, foram dos relatórios da Biblioteca do Centro de Tecnologia (CT), que fica localizada no Campus I, na capital paraibana. Foram realizadas as análises de 4 (quatro) cursos, através dos Conceitos da Bibliografia básica, Bibliografia complementar e Periódicos especializados (Tabela 14).

Tabela 14 – Conceitos da avaliação de cursos da Biblioteca do CT.

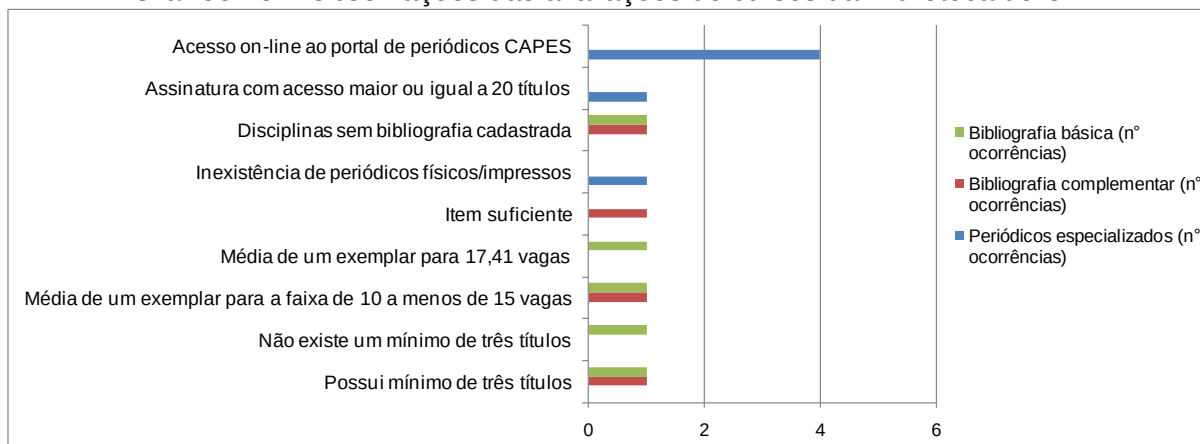
Centro	Relatórios/cursos		Indicadores/Conceitos			Média geral dos conceitos por Centro
			Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados	
CT	Engenharia ambiental	→	2	3	5	3,5
	Engenharia de materiais		3	3	5	
	Engenharia de produção		1	1	5	
	Engenharia química		3	3	5	
	→	Média	2,2	2,5	5,0	

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

Na Tabela 14, foi possível verificar um dos melhores conceitos na média geral, especialmente em decorrência do conceito de periódicos especializados, que fez com que tivesse o aumento do conceito geral. Entretanto, alguns cursos obtiveram conceito mínimo, tanto nas bibliografias básica e complementar, e que necessitam de atenção maior a fim de dirimir essa carência livros. Corroborando com a análise realizada ao Gráfico 15, que no ato da visita *in loco* dos avaliadores, as disciplinas não tinham a bibliografia cadastrada no e-MEC, e que, além disso, as disciplinas não tinham um mínimo de três títulos disponíveis, e como consequência

disso, o conceito tanto da bibliografia básica como a complementar estava entre insuficiente e suficiente.

Gráfico 15 – Observações das avaliações de cursos da Biblioteca do CT.



Fonte: Dados da pesquisa - Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

Para além de questões relacionadas à Bibliografia básica, Bibliografia complementar e Periódicos especializados, os avaliadores (vide ANEXO N), apresentaram outras informações relacionadas à Biblioteca, como o sistema informatizado, possibilitando a renovação do empréstimo de forma remota via *internet*. Possui um número reduzido e insuficiente de terminais de computadores para consulta ao acervo, e não há cabine para estudo individual e coletivo, comprometendo o desenvolvimento das atividades acadêmicas dos alunos e pesquisadores.

Pensamos aqui na avaliação como parte constitutiva dos processos formativos da instituição. Por isso, ela é necessariamente contínua, interativa, proativa e global. Sendo contínua ou permanente, não se esgota em momentos ou aspectos determinados. Cada avaliação fragmentada e episódica adquire uma significação nova na medida em que se insere intencionalmente num tempo total, que é o tempo da educação. [...]. (DIAS SOBRINHO, 1997, p.84).

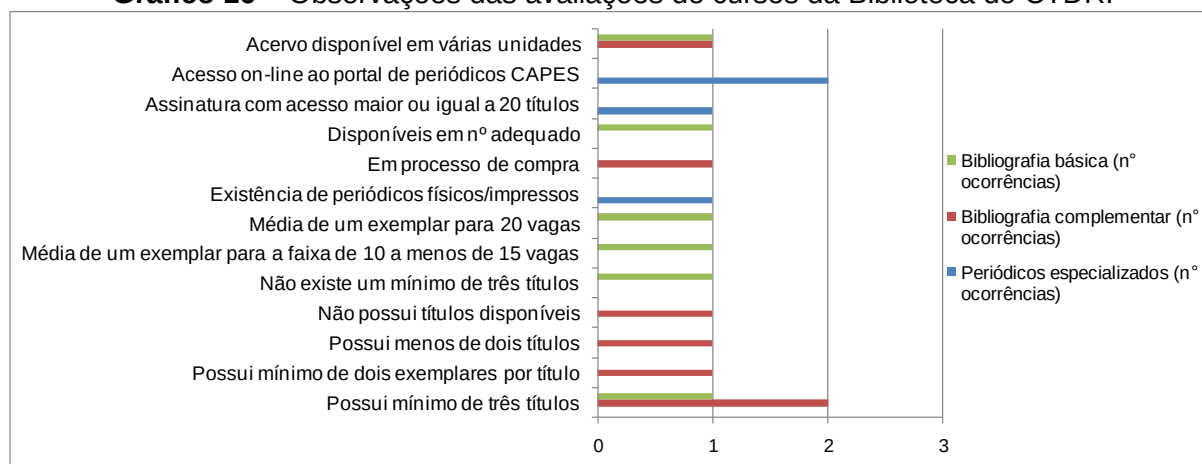
Desta forma, essa última análise para a Avaliação de Cursos, no que tange aos aspectos da Biblioteca, foram os dos relatórios da Biblioteca do Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR) - Unidade Lynaldo Cavalcanti, que fica localizada no Campus I, na capital paraibana, especificamente estabelecido no bairro de Mangabeira. Foram realizadas as análises de 4 (quatro) cursos, através dos Conceitos da Bibliografia básica, Bibliografia complementar e Periódicos especializados (Tabela 15).

Tabela 15 – Conceitos da avaliação de cursos da Biblioteca do CTDR.

Centro	Relatórios/cursos		Indicadores/Conceitos			Média geral dos conceitos por Centro
			Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados	
CTDR	Gastronomia	→	3	3	2	3,0
	Gestão pública		3	3	5	
	Tecnologia de alimentos		1	1	5	
	Tecnologia em produção		3	3	5	
	sucroalcooleira					
	→	Média	2,5	2,5	4,2	

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

Em consonância a Tabela 15, foi possível verificar que alguns cursos se sobressaíram em comparação a outros. No entanto, a bibliografia geral e complementar ficaram abaixo do conceito suficiente. Isso fica evidenciado com análise realizada no Gráfico 16, que destaca que tanto a Bibliografia básica como a complementar não possui alguns títulos disponíveis ou que estão com número reduzido, assim como que no momento da visita *in loco* alguns cursos estavam em processo de aquisição de novos livros, o que pode ter acarretado numa diminuição do conceito. “[...] Os elementos objetivos e quantitativos adquirem uma significação de cultura, de conjunto articulado, constituem uma forma concreta e integradora, tornam real a sua qualidade. [...]” (DIAS SOBRINHO, 1997, p.87).

Gráfico 16 – Observações das avaliações de cursos da Biblioteca do CTDR.

Fonte: Dados da pesquisa - Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

Para além de questões relacionadas à Bibliografia básica, Bibliografia complementar e Periódicos especializados, os avaliadores (vide ANEXO O), apresentaram outras informações relacionadas à Biblioteca, como o sistema informatizado, possibilitando a renovação do empréstimo de forma remota via *internet*. A biblioteca possui ainda regulamento próprio e atividades de orientação à consulta.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Para análise da avaliação institucional de 2002 a 2006, vale salientar, inicialmente, que nesse período existiam bibliotecas setoriais e departamentais (individualizadas). Questões como, por exemplo, espaço físico da biblioteca pode ser um divisor, porque a partir disso foi possível observar que cursos de um mesmo Centro tinham avaliações divergentes em relação ao seu espaço físico (conceitos variando entre 1 e 5). Então na percepção do avaliador no momento, ele pode entender que o espaço é reduzido, como também entende que é excelente.

Tabela 16 – Conceito geral da avaliação institucional referente ao indicador Biblioteca do Sistemoteca.

Unidade	Relatórios/cursos		Indicadores/Conceitos			Média geral dos conceitos por Centro
			Espaço físico	Serviços	Acervo	
Sistemoteca	→	Média	3,0	4,0	3,0	3,3

Fonte: Relatórios de Avaliação Institucional, UFPB, 2002-2006.

Conforme a Tabela 16, o melhor conceito obtido pela biblioteca foi na parte de Serviços, que envolve diretamente o corpo técnico e recursos humanos da biblioteca, bem como atendimento ao público.

[...] Indicadores de desempenho implicam num marco de referência, como um padrão, um objetivo, uma avaliação ou uma comparação [...] têm a propriedade de, quando indicarem uma diferença em uma direção, isto significar que a situação é melhor, enquanto que se a diferença for na direção oposta, significar que a situação é menos favorável. [...]. (SCHWARTZMAN, 1997, p.151).

Para avaliação de cursos de 2007 a 2016, temos uma questão peculiar, que envolve os periódicos especializados, onde observou-se que em um mesmo Centro, apresentaram avaliações a respeito de periódicos impressos e do portal da CAPES,

ou seja, não tinham periódicos impressos suficientes, nem assinaturas. No entanto com o portal de periódicos da CAPES foi possível elevar um pouco mais o conceito, onde se subentende que alguns avaliadores aceitavam e outros não a questão da existência ou não de periódicos físicos/impressos. Para um bom conceito na parte de periódicos, vale muito a percepção de como se dá essa abordagem pelo bibliotecário.

Tabela 17 – Conceito geral da avaliação de cursos referente ao indicador Biblioteca do Sistemoteca.

Unidade	Relatórios/cursos		Indicadores/Conceitos			Média geral dos conceitos por Centro
			Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados	
Sistemoteca	→	Média	2,6	2,5	4,0	3,0

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

De acordo com a Tabela 17, indicadores imprescindíveis como a Bibliografia básica e complementar, e que sem desmerecer a outros indicadores como serviços e infraestrutura física, são sem dúvida um dos mais, se não o mais importante dos indicadores, apresentam carência e que têm ainda muito a avançar.

É preciso entender que não pode-se ficar restrito apenas aos resultados no momento da avaliação do MEC, sendo (positiva ou não), mas que existe um processo contínuo, no qual deve-se sempre visar à excelência no atendimento, na prestação dos serviços e produtos, ou seja, a busca por um padrão de qualidade. “Avaliar significa verificar o progresso realmente alcançado pela Instituição, no que tange à Qualidade dos serviços prestados, em função dos clientes internos e externos a quem lhe compete servir.” (RAMOS, 1999a, p.87).

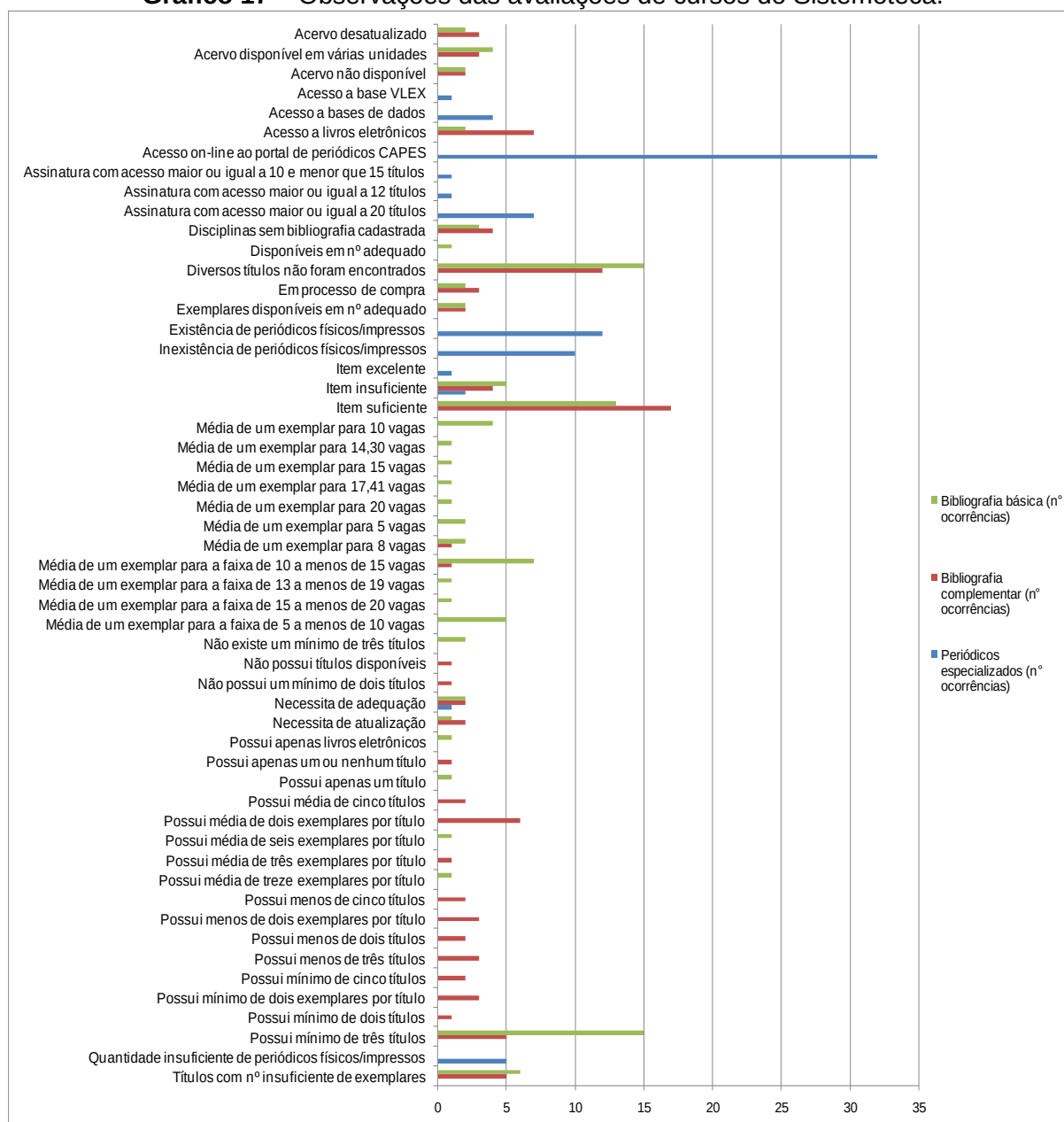
É imprescindível oferecer a comunidade universitária um quantitativo e diversidade de títulos e exemplares a fim de suprir as necessidades dos alunos e pesquisadores, no que se refere ao conteúdo programático das disciplinas (bibliografia básica e complementar). Porque não só alunos, como pesquisadores e outros diversos profissionais precisam de livros, sejam para consulta ou para empréstimo, para estudar para uma prova, fazer um trabalho acadêmico, ou para utilização na preparação de apresentação/seminário, isto é, a ausência ou a quantidade reduzida de livros e exemplares podem acarretar a desmotivação por parte de alguns usuários, justamente porque vai a Biblioteca e não encontram os

livros de interesse, seja porque tem poucos livros e já estão emprestados, ou que realmente não exista o livro de interesse, ou que por algum motivo, aparece disponível no sistema e não se encontra no espaço da Biblioteca, acaba que de certo modo, isso pode afastar esses usuários na busca por informação de seu interesse, podendo até comprometer ou não o que se pretende realizar na sua pesquisa ou investigação.

No Gráfico 17, temos a compilação de todos os relatórios de avaliação de cursos referentes ao indicador Biblioteca do Sistema de Bibliotecas da UFPB. Através das observações/considerações/justificativas inferidas pelos avaliadores do MEC, foram sistematizados e criados as categorias como parâmetros desses indicadores. Observa-se o amplo destaque para questão do acesso ao portal de periódicos da CAPES.

O uso do Portal é livre e gratuito. O acesso é feito a partir de qualquer terminal ligado à *Internet* através das instituições participantes. Todos os programas de pós-graduação, de pesquisa e de graduação do País ganham em qualidade, produtividade e competitividade com a utilização do Portal que está em permanente desenvolvimento (www.periodicos.capes.gov.br). (SOARES, 2002, p.174).

Vale salientar que o portal de periódicos CAPES teve um papel fundamental no aumento considerável da média geral do indicador Biblioteca na avaliação do MEC na UFPB; no entanto, a existência do Portal por si só não resolve os problemas como um todo do Sistema de Bibliotecas, salvo a Biblioteca Central, que conta com um setor específico do Portal, as bibliotecas setoriais podem passar por dificuldades operacionais, como, por exemplo, a falta de computadores para acesso ao Portal e o treinamento mais específico por parte dos funcionários para com a utilização e funcionalidade do Portal, ou seja, poderíamos ter um conceito muito mais próximo do insuficiente que suficiente se esse item do indicador de Periódicos especializados não tivesse tido o destaque que obteve.

Gráfico 17 – Observações das avaliações de cursos do Sistemoteca.

Fonte: Dados da pesquisa - Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

A seguir, na Tabela 18, é possível perceber alguns Indicadores de qualidade de uma forma geral da instituição UFPB, em suas últimas avaliações, tomando, assim, como parâmetro no comparativo com as avaliações da Biblioteca.

Tabela 18 – Indicadores de qualidade da UFPB.

Unidade	Indicadores de Qualidade	Conceito	Ano de referência
UFPB	Conceito Institucional (CI)	4,0	2013
	Índice Geral de Cursos (IGC) – faixa	4,0	2014
	Índice Geral de Cursos (IGC) – contínuo	3,381	2014
	Conceito Preliminar de Curso (CPC) – faixa	4,0	2014

Conceito Preliminar de Curso (CPC) – contínuo	2,920	2014
Conceito de Curso (CC) – resultante da avaliação <i>in loco</i>	---	---
Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) – faixa	3,0	2014
Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) – contínuo	2,512	2014

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Educação Superior, Indicadores (<http://portal.inep.gov.br/educacao-superior/indicadores>).

Alguns conceitos da UFPB como um todo estão com 4,0, acima de alguns conceitos encontrados na Biblioteca, implicando que tem o conceito abaixo do conceito institucional de uma forma geral. Segundo Schwartzman (1997, p.152), dentre os produtos existentes das universidades, temos a questão da "[...] satisfação de necessidades culturais do usuário do sistema educacional, que poderíamos denominar de consumo de ensino superior [...]", isto é, podemos inferir como sendo a demanda desses usuários para com os produtos disponíveis na universidade.

Na Tabela 19, tem-se discriminados os recursos investidos de 2004 até 2014 para as Bibliotecas da UFPB. É possível observar um aumento nos investimentos a partir do advento do REUNI. No entanto, não estão inseridas nessa tabela as compras e aquisições de livros ou equipamentos realizados pela Fundação José Américo, da qual tinha o contrato com a UFPB. Esses dados foram obtidos através do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) da Biblioteca Central no mês de dezembro de 2015, através do setor de contabilidade pelo código SIAFI 153070.

Tabela 19 – Recursos orçamentários do Sistema de Bibliotecas e Biblioteca Central.

Ano	Aquisição do acervo bibliográfico (R\$)	Valores corrigidos ² – Aquisição do acervo bibliográfico (R\$)	Aquisição de equipamentos, mobiliário – material permanente (R\$)	Valores corrigidos ² – Aquisição de equipamentos, mobiliário – material permanente (R\$)
2004	---	---	3.000,00	6.031,96
2005	---	---	10.162,00	19.209,79
2006	---	---	33.936,00	62.290,01
2007	---	---	17.771,90	31.365,64
2008	---	---	6.420,60	10.636,56
2009	886.082,46	1.410.186,15	47.378,00	75.401,33

² Calculadora do cidadão, Banco Central do Brasil, Correção pelo IPCA-E (IBGE) – a partir de 01/1992. Data base: 12/2004-2014 a 12/2016. (<http://www.bcb.gov.br/calculadora/calculadoracidadao.asp>).

2010	617.227,46	931.390,37	44.673,40	67.411,74
2011	928.538,13	1.313.254,13	419.405,71	593.175,73
2012	383.352,21	513.240,10	17.773,02	23.794,90
2013	1.082.537,72	1.370.065,26	21.394,92	27.077,52
2014	1.432.315,70	1.703.407,66	9.508,55	11.308,22
Sub-total	5.330.053,08	7.241.543,67	631.424,10	927.703,40
Total	R\$ 5.961.477,18			
Total²	R\$ 8.169.247,07			

Fonte: SIAFI - Biblioteca Central, 2015.

Nesses valores, estão contidos gastos com recursos próprios e recursos do tesouro, da União. Para atualização dos valores, por conta da inflação do período, foi utilizada a Calculadora do cidadão, disponível no site do Banco Central do Brasil. O índice utilizado foi o Índice de Preços ao Consumidor Amplo-Especial (IPCA-E), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é calculado desde 1980. É possível observar que com os valores corrigidos, e se comparar o que foi gasto em 2009 e em 2014 para compra de livro, não houve tanta diferença assim, as quais podem inferir que os investimentos não tinham um aumento gradativo, e sim proporcional.

Por conseguinte, no Quadro 5 foi realizado um levantamento em todas as Bibliotecas da UFPB, no mês de setembro de 2016, com intuito de verificar o seu horário de funcionamento, se possui um sistema antifurto e as condições gerais de funcionamento da unidade. Dessa forma, observou-se que não estão em funcionamento as bibliotecas de três Centros de Ensino da UFPB: CCTA, CEAR e CBIotec.

Quadro 5 – Levantamento das Bibliotecas do Sistema.

Bibliotecas	Horário de Funcionamento	Possui sistema antifurto	Condições de funcionamento do prédio e instalações da biblioteca
Central	De segunda a sexta de 7:30 às 22:00 e aos sábados 7:30 às 12:30	Em implantação	-----
CCA/ Areia	De segunda a sexta de 7:00 às 22:00	Não possui	-----
CCAE/ Litoral Norte	De segunda a sexta de 8:00 às 22:00	Em processo de aquisição	-----
CCHSA/ Bananeiras	De segunda a sexta de 7:30 às 21:30	Não possui	-----
CCEN	De segunda a sexta de 7:30 às 21:30	Não possui	-----
CCHLA	De segunda a sexta de 8:00	Em	-----

	às 21:30	implantação	
CCJ	Em João Pessoa - De segunda a sexta de 7:00 às 21:30; Em Santa Rita - De segunda a sexta de 7:30 às 21:30	Em implantação	-----
CCS	De segunda a sexta de 7:30 às 19:00	Não possui	-----
CCSA	De segunda a sexta de 7:30 às 21:00	Em processo de aquisição	-----
CE	De segunda a sexta de 7:00 às 21:00	Não possui	Há previsão de ampliação, no espaço já existente
CT	De segunda a sexta de 7:30 às 21:00	Não possui	-----
CTDR	De segunda a sexta de 8:00 às 21:00	Não possui	-----
CI	De segunda a sexta de 8:00 às 17:00	Não possui	-----
CCM	De segunda a sexta de 07:00 às 19:00	Possui	-----
CCTA	-----	-----	Não estar em funcionamento. No entanto, já existe o espaço para posteriormente ser utilizado
CEAR	-----	-----	Não estar em funcionamento. O prédio ainda estar em construção
CBIOTEC	-----	-----	Não estar em funcionamento. O prédio ainda estar em construção
DH	De segunda a sexta de 8:00 às 12:00.	Não possui	-----
HU	De segunda a sexta de 7:30 às 18:00	Não possui	-----
NDIRH	De segunda a sexta de 14:00 às 18:00.	Não possui	-----
NUPPO	De segunda a sexta de 8:00 às 17:00	Não possui	-----

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Em diversas bibliotecas não existem o sistema antifurto, apenas uma possui o sistema antifurto funcionando, e em outras estão em processo de aquisição e implantação, o que compromete de certa forma a questão da segurança patrimonial das unidades, e conseqüentemente é passível do extravio de livros.

Diante do exposto, esses dados e informações têm como propósito corroborar para o avanço e melhoria das bibliotecas do Sistema, ou seja, é

[...] uma concepção de avaliação voltada para a efetividade científica e social da instituição, é orientada por uma lógica de transformação; visa à construção da qualidade e da excelência não excludentes,

mediante a identificação dos acertos e das dificuldades, com a finalidade de melhoria institucional e construção de uma universidade comprometida com o desenvolvimento científico e social; nesta perspectiva, a avaliação está baseada em critérios que devem combinar mérito e relevância científica e acadêmica com relevância e efetividade social. Estes fatores não são contraditórios, ao contrário são tratados como fatores complementares e compatíveis entre si. (BELLONI, 2000, p.52).

Por fim, e a partir desse cenário, no próximo capítulo das considerações finais há indicações necessárias voltadas para as Bibliotecas da instituição, visando sempre à melhoria, na identificação das fragilidades a serem devidamente corrigidas e na consolidação dos pontos fortes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisa o desenvolvimento do Sistema de Bibliotecas ao decorrer dos anos no desempenho da avaliação institucional e de cursos na UFPB. No sentido de atingir os objetivos propostos, dispôs-se do aporte histórico das avaliações relacionadas à Biblioteca, bem como a compilação de forma pontual do diagnóstico das avaliações dessas bibliotecas. A temática é pertinente, uma vez que está ligada à área de atuação do pesquisador, como profissional da informação, partindo-se do contexto da avaliação de biblioteca universitária, além de estar inserida do ponto de vista dessa dissertação de mestrado, observando, logicamente essas questões que englobam a instituição e a relevância que de fato pode enriquecer a pesquisa.

É imprescindível que as unidades de informação se utilizem dessas observações e considerações acerca das dimensões e eixos da parte de infraestrutura física, relacionados ao indicador Biblioteca, a fim de auxiliar os gestores, permitindo, desta forma, melhorar os serviços prestados pelo Sistema de Bibliotecas, com vistas à satisfação do público e ampliação do acervo (variedade e quantidade de livros).

É necessário que as instituições de educação superior se utilizem de sistemas de avaliação dentro de um arcabouço construtivo, possibilitando a obtenção de informações para a tomada de decisão, fornecendo suporte aos gestores, permitindo melhorar os serviços prestados em todos os seus aspectos, nas bibliotecas, além de identificar o que está funcionando adequadamente e o que deve ser aprimorado.

Vale ressaltar a importância de se avaliar todo e qualquer processo que envolva principalmente o investimento de recursos, ou seja, passar pelo cerne da avaliação a ser realizada é sempre salutar, e bastante valioso, para o fim de identificar as fragilidades existentes, e serem posteriormente dirimidas, com intuito de prover medidas que poderiam ser adotadas para melhoria da biblioteca, e consequentemente da Universidade.

Dessa maneira, o SINAES é centrado em parâmetros, em números, e em grande parte a avaliação dar-se-á de forma numérica, ou seja, é nessa avaliação que se atribui um conceito. A instituição recebe um conceito em função da análise quantificada de todos os aspectos que a envolve.

A partir do momento que são identificadas as reais necessidades das bibliotecas, são prementes as mudanças de paradigmas no modelo de gestão, de forma a melhorar e aperfeiçoar os serviços e produtos providos pela biblioteca. Desse modo, conforme os resultados, os conceitos médios obtidos pelas Bibliotecas foram: Espaço físico (3,0), Serviços (4,0), Acervo (3,0), Bibliografia básica (2,6), Bibliografia complementar (2,5) e Periódicos especializados (4,0), ou seja, em média a Biblioteca teve um conceito regular ou suficiente; entretanto, alguns desses indicadores relacionados à biblioteca deixam a desejar e que de certo modo ficaram conceitos insuficientes ou fracos ao conceito referencial mínimo de qualidade e excelência. “[...] a qualidade não é um porto de destino e sim uma caminhada que precisa ser continuamente recomeçada.” ou seja, é o “[...] esforço de melhoria contínua” (RAMOS, 1999a, p.139). Visto que esta autora vai mais além, onde “[...] novos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, contribuem para que a Qualidade seja permanentemente ampliada” (RAMOS, 1999a, p.146), tendo impacto direto na questão da avaliação, objetivando sempre a melhoria. Sobretudo ao comparar-se, por exemplo, ao Conceito Geral da UFPB, que está em (4,0) ou Bom, podemos indagar sobre essa posição da Biblioteca que se encontra com o seu parâmetro abaixo da expectativa institucional.

De uma forma geral, na avaliação da Universidade em relação à questão da biblioteca, é possível identificar sistematicamente dois problemas centrais, que nos levaram a constatar na pesquisa, a partir dos dados, que o primeiro aponta o caso dos serviços e as instalações que são melhores, e o segundo refere-se ao acervo (títulos e exemplares), que necessita de mais atenção e melhorias.

Embora esse problema seja sistemático, há de se constatar o que poderia ser feito na solução dessa problemática que envolve as demandas dos cursos em conjunto com as bibliotecas para a aquisição dessas demandas, que comumente possam chegar a um tramite estabelecido.

Fato é que paulatinamente não existe uma preocupação e atenção dos coordenadores dos cursos no que concerne à solicitação para aquisição de material bibliográfico de forma frequente, isto é, têm que ser uma constante as solicitações dos professores para aquisição das bibliografias de forma sistemática e eficiente. Diante disso, talvez não seja nem a falta de recursos para aquisição de livros para biblioteca, mas a falta de uma logística que permita a atualização constante do seu acervo.

A pesquisa mostrou a existência de pontos fortes e outros que precisam ser melhorados. Alguns dos pontos fortes detectados foram os acessos *on-line* ao Portal de Periódicos da CAPES e o acesso a bases de dados e a livros eletrônico-digitais.

Não obstante, outros aspectos favoráveis foram relacionados aos serviços prestados e oferecidos nas bibliotecas pelos funcionários em se dispor a atender o público de forma adequada, com um bom, amplo e permanente horário de funcionamento das bibliotecas.

Os pontos frágeis encontrados recaem, de certo modo, na falta de planejamento, organização e gestão, cuja a qual algumas Bibliotecas ainda sequer tinham sido construídas ou que estavam em construção; em outros casos, em algumas visitas realizadas pelos avaliadores do MEC, foram detectados a inexistência ou uma quantidade insuficiente de títulos da bibliografia básica e complementar decorrente de um processo de aquisição de livros muitas vezes ‘atropelado’, que ainda estava em andamento ou que não obteve o sucesso quando do processo de licitação, para compra das demandas dos cursos. Em muitos casos os avaliadores sequer fizeram distinção entre a bibliografia básica e complementar, ou seja, verificou-se que nos Planos de Ensino de alguns cursos, tanto a bibliografia básica quanto a complementar sugerida, não constavam cadastradas no Portal do e-MEC e no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), e em outros casos, não se fazia a separação entre elas – bibliografia básica e complementar.

Vale destacar que foi válido o empenho e dedicação por parte dos gestores das bibliotecas nos últimos anos, com avanço considerável para melhoria do Sistema de Bibliotecas, sobretudo a partir da implantação do REUNI, “Ambos processos têm resultado numa significativa melhoria na oferta de livros, periódicos e acesso à *Internet*, tanto para os alunos de graduação como para os da pós-graduação” (SOARES, 2002, p.173). No entanto, tem-se muito a evoluir, principalmente no tocante a aquisição de mais títulos (livros) e seus respectivos quantitativos (exemplares).

É possível inferir algumas sugestões com o objetivo de melhorar o atendimento, prestação dos serviços e no oferecimento dos produtos, tanto no âmbito tecnológico, institucional e funcional, abrangendo a infraestrutura, informatização e composição do acervo do Sistema de Bibliotecas, tais como: disponibilização de mais computadores para pesquisa acadêmica e ampliação da *internet* via *wi-fi* para as bibliotecas do sistema; adquirir e consequentemente ampliar

o acervo bibliográfico das bibliotecas que fazem parte do Sistema, com intuito de atualizar e renovar as coleções, sobretudo nas áreas em que as obras se atualizam rapidamente, a exemplo da área de Direito e de alguns cursos de saúde, adequando e atendendo desta forma a demanda dessas graduações com aquisição de livros; manutenção do Portal de Periódicos da CAPES, além de envidar esforços na assinatura de periódicos de algumas áreas mais específicas e que por algum motivo não estão contempladas no portal da CAPES.

Essas medidas visam beneficiar o Sistema de bibliotecas como um todo, com a implantação de um sistema eletrônico antifurto em todo acervo, a fim de dirimir questões relacionadas ao problema de extravio e furto de livros; no que concerne a acessibilidade, é imprescindível os ajustes necessários nas bibliotecas para a inclusão dos usuários, proporcionando, desta forma, conforto ao público com necessidades especiais; através de recursos de comunicação e informação, é indispensável à elaboração de um Plano de Gerenciamento de Melhorias, com base nos critérios adotados no SINAES, visando o avanço e desenvolvimento dos índices relacionados à biblioteca para com a avaliação institucional e de cursos; implantação de uma política mais efetiva para o Sistema de bibliotecas, no que diz respeito à aquisição da bibliografia, com a descentralização para compra dos livros, com prioridade para o Centro de Ensino (Unidade Gestora), evitando, desta forma, a suspensão em demasiado da bibliografia que se pretende adquirir, estando o bibliotecário e responsável pela biblioteca setorial, usando de sua competência e habilidade, e por está mais próximo, em caso de precisão para mediação se o fizer necessário, e perfazendo desta forma, um maior percentual de sucesso quando da entrega do material requisitado; necessidade permanente e periódica de realizar a renovação e modernização dos equipamentos, principalmente os de informática (computadores, impressoras, *scanners*), favorecendo a uma melhor performance por parte dos funcionários que operam essas máquinas, onde vale mencionar que em alguns casos existem a falta ou tem uma quantidade insuficiente do mobiliário (estantes, armários, mesas, cadeiras, balcões, entre outros); ampliação do espaço físico e climatização de algumas bibliotecas do sistema, e a melhoria do acervo, que em alguns casos necessita de uma atenção maior, sobretudo na observância de uma política de desenvolvimento de coleções factível.

Para além dessas, outras propostas podem ser acrescentadas, como: a implantação de estratégias necessárias na elaboração de um modelo padrão de

gestão organizacional para o Sistema de Bibliotecas, quando da visita dos avaliadores do MEC, mediante o contexto gerencial; atualização e elaboração de normas, roteiros, manuais de procedimentos e políticas setoriais no estabelecimento do seu uso; aperfeiçoar e melhorar a comunicação interna e externa, com a participação e integração dos recursos humanos, com vistas à redução dos ruídos ou falhas nesse processo; adotar estratégias e ações de marketing, visando à melhoria da sua imagem, dando mais visibilidade à biblioteca, conectando, desta forma, os usuários aos serviços e produtos que a biblioteca tem a disponibilizar; e uma programação de treinamentos para orientação e conscientização dos usuários, tendo em vista, apresentar a importância da biblioteca, dos direitos e deveres, bem como no cuidado e manuseio com os livros.

Vale ressaltar que o acesso à informação e ao conhecimento remete à cidadania, que transforma uma sociedade, e que concede oportunidades iguais para todos. Deste modo, a biblioteca possui um papel de grande valia e proeminência nesse processo de ensino/aprendizagem, pois ela tem a função de multiplicar o desenvolvimento social e intelectual do indivíduo, contribuindo para o enriquecimento dos valores e princípios da educação e de uma sociedade mais inclusiva.

Enfim, é necessária a integração dos profissionais e gestores do Sistema de bibliotecas, principalmente para acompanhamento e monitoramento das demandas conjuntas e específicas, bem como para isonomia e padronização das normas, documentos e incumbências das atividades laborais. Por conseguinte, aperfeiçoar e sistematizar o planejamento voltado a um plano de aquisição e provimento da bibliografia de forma efetiva e homogênea, na qual a aquisição deve ser feita levando em consideração o desempenho da biblioteca na avaliação do MEC, ou seja, em decorrência da carência dos livros da bibliografia básica, complementar e periódicos. Por conseguinte, ressalte-se que este trabalho não esgota-se aqui, podendo vir futuramente a debruçar-se sobre essas questões, colaborando para os estudos *a posteriori* nessa temática, e objetivando-se, conjuntamente, novas descobertas e vivências para o avanço científico na área estudada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Cristina Barbosa. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2. ed. rev. ampl. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2005.

AMARAL, Nelson Cardoso. Financiamento da educação superior no Brasil: gastos com as Ifes – de Fernando Collor a Luiz Inácio Lula da Silva. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira; MOROSINI, Marília (Orgs.). **Educação superior no Brasil: dez anos pós-LDB**. Brasília: INEP, 2008, p. 257-282.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007. p.29-40.

ASSOCIAÇÃO Nacional dos Docentes de Ensino Superior. Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira. **Caderno Andes**, n.2, 3.ed. Brasília: ANDES-SN, 2003.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v.16, n.2, p.355-374, jul. 2011.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti; BERAQUET, Vera Silvia Marão. **Planejamento estratégico para unidades de informação**. São Paulo: Polis/APB, 1995. (Coleção Palavra-Chave, 5).

BAUER, Adriana. Avaliação de impacto no Brasil. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v.21, n.46, p.229-252, maio/ago. 2010. Disponível em <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1576/1576.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

BELLONI, Isaura. A função social da avaliação institucional. In: DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo I. (Orgs.). **Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência**. Florianópolis: Insular, 2000. p.37-58.

BERTOLIN, Júlio C. G. Avaliação da educação superior brasileira: relevância, diversidade, equidade e eficácia do sistema em tempos de mercantilização. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v.14, n.2, p.267-290, jul. 2009.

BORDIGNON, Genuino; GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2004, p.147-176.

BRASIL. Decreto no 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e

cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Lex:** coletânea de legislação: edição federal, Brasília, 2006.

BRASIL. Decreto no 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Lex:** coletânea de legislação: edição federal, Brasília, 2007.

BRASIL. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, SINAES. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de avaliação institucional externa:** subsidia os atos de credenciamento, credenciamento e transformação da organização acadêmica (presencial). Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação:** razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 201?. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livromiolov4.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema e-MEC**. Brasília, DF: MEC, 2016b. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Tesouro Nacional. **Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI**. Biblioteca Central da UFPB. Brasília, DF: Tesouro Nacional, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A construção política do Estado. **Lua Nova**, São Paulo, v.81, p.117-146, 2010.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAÔN, Giovana Fonseca et FRIZZO, Heloisa Cristina Figueiredo. **Acesso, equidade e permanência no Ensino Superior:** desafios para o processo de democratização da educação no Brasil. Minas Gerais: UFSJ, 2010. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/v.%2019%20n.%202/Giovana_e_Heloisa.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique. Reforma do Estado. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter (Orgs.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. 7.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p.15-19.

CARNOY, Martin. **Mundialização e reforma na educação:** o que os planejadores devem saber. Brasília, DF: UNESCO, 2002.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Administração gerencial: a nova configuração da gestão da educação na América Latina. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.24, n.3, p.389-406, set./dez. 2008.

COÊLHO, Ildeu Moreira. Educação superior: por uma outra avaliação. In: DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de (Orgs.). **Políticas e gestão da educação superior**: transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Alternativa; Nedesc; Xamã, 2003. p.117-136.

COUTINHO, Clara; LISBÔA, Eliana. Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI. **Revista de Educação**, v.18, n.1, p.5-22, 2011.

CRUZ, Anamaria da Costa; MENDES, Maria Tereza Reis; WEITZEL, Simone da Rocha. **A biblioteca**: o técnico e suas tarefas. 2.ed. Niterói: Intertexto, 2004.

CUNHA, Murilo Bastos da. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.29, n.1, p.71-89, jan./abr. 2000.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.18, n.2, jul./dez. 2002.

DANTAS, Éder. O Estado contratual e seu impacto na gestão da universidade pública brasileira. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO SUPERIOR: saberes, tecnologias e os desafios para a formação, 3., 2015, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <<http://coipesu.com.br/upload/trabalhos/2015/13/o-estado-contratual-e-seu-impacto-na-gestao-da-universidade-publica-brasileira.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação da educação superior: avanços e riscos. **EccoS Revista Científica**, São Paulo, v.10, n. especial, p.67-93, 2008a.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v.15, n.1, p.195-224, mar. 2010.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação quantitativa, avaliação qualitativa: interações e ênfases. In: SGUISSARDI, Valdemar (Org.). **Avaliação universitária em questão**: reformas do estado e da educação superior. Campinas: Autores associados, 1997. p.71-90.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: bem público, equidade e democratização. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v.18, n.1, p.107-126, mar. 2013.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: flexibilização e regulação ou avaliação e sentido público. In: DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de (Orgs.). **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Alternativa; Nedesc; Xamã, 2003. p.97-116.

DIAS SOBRINHO, José. Qualidade, avaliação: do SINAES a índices. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v.13, n.3, p.817-825, nov. 2008b.

DIAS SOBRINHO, José. Universidade: processos de socialização e processos pedagógicos. In: DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César (Orgs.). **Avaliação institucional: teoria e experiências**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011. p.15-36.

DIAS SOBRINHO, José. **Universidade e avaliação: entre a ética e o mercado**. Florianópolis: Insular, 2002.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações e controle. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.27, n.1, p. 53-65, jan./abr. 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos Cedes**, Campinas, v.29, n.78, p.201-215, maio/ago. 2009.

FARIA, Regina M. Avaliação de programas sociais: evoluções e tendências. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007. p.41-49.

FERREIRA, Glória Sattamini; OLIVEIRA, Zita Prates de. **Informação para administração de bibliotecas**. Brasília, DF: ABDF, 1989.

FERREIRA, Helder; CASSIOLATO, Martha; GONZALEZ, Roberto. **Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do programa segundo tempo**. Texto para discussão 1369. Brasília: IPEA, 2009.

FRANCISCO, Thiago Henrique Almino et al. Análise epistemológica da avaliação institucional da educação superior brasileira: reflexões sobre a transposição de paradigmas. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v.20, n.2, p.531-562, jul. 2015.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; FREIRE, Isa Maria. **Introdução à ciência da informação**. João Pessoa: UFPB, 2010.

GARRIDO, Susane et al. A expansão da educação superior no Brasil, a indução da qualidade a partir do SINAES e as novas perspectivas para a educação a distância. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v.10, n.25, p.19-35 maio/ago. 2015. Disponível em: <http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/>. Acesso em: 10 out. 2016.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GOERGEN, Pedro. Educação superior na perspectiva do sistema e do plano nacional de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.31, n.112, p.895-917, jul./set. 2010.

GOMES, Alfredo Macedo. Estado, mercado e educação superior no Brasil: um modelo anal. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.24, n.84, p.839-872, set. 2003.

GOMES, Alfredo Macedo. Política de avaliação da educação superior: controle e massificação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.23, n.80, p.275-298, 2002.

GRIBOSKI, Claudia Maffini; FUNGHETTO, Suzana Schwerz. O SINAES e a qualidade da educação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v.7, n.12, p.49-63, jan./jun. 2013. Disponível em: <www.esforce.org.br>. Acesso em: 10 out. 2016.

HERMANN, Nadja. **Hermenêutica e educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. (O que você precisa saber sobre...).

JEZINE, Edineide; SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. O princípio da autonomia universitária na avaliação institucional: entre a emancipação e a regulação. In: JEZINE, Edineide; BITTAR, Mariluce (Orgs.). **Políticas de educação superior no Brasil: expansão, acesso e igualdade social**. João Pessoa: UFPB, 2013. p.186-202.

LANCASTER, Frederck Wilfrid. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Tradução Antonio Agenor. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **Avaliação qualitativa e quantitativa numa biblioteca universitária: grupos de foco**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2005.

LÜCK, Heloísa. **A evolução da gestão educacional a partir de mudança paradigmática**. [S.l.: s.n.], [199-]. Disponível em: <<https://progestaoead.files.wordpress.com/2009/09/a-evolucao-da-gestao-educacional-h-luck.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Caderno de Gestão).

LÜCK, Heloísa. **Avaliação e monitoramento do trabalho educacional**. Petrópolis: Vozes, 2013. (Série Cadernos de Gestão, v.7).

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2006.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez; BORDIN, Erica Bomfim; COSTA, Roberta Justina da. Gestão social contemporânea: a dialética do público e do privado. In: MACIEL, Ana Lúcia Suárez; BORDIN, Erica Bomfim (Orgs.). **A face privada na gestão das políticas públicas**. Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, 2014. p.15-46.

MAIA, Marilene. Desigualdades, cidadania e as possíveis mediações com a sociedade civil. In: MACIEL, Ana Lúcia Suárez; BORDIN, Erica Bomfim (Orgs.). **A face privada na gestão das políticas públicas**. Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, 2014. p.47-66.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.4, n.2, p.01-19, jan./jun. 2007.

OLIVEIRA, Ana Paula de Matos et al. Políticas de avaliação e regulação da educação superior brasileira: percepções de coordenadores de licenciaturas no Distrito Federal. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v.18, n.3, p.629-655, nov. 2013.

OLIVEIRA, Elias. Identificando necessidades de acervo de usuários de um departamento acadêmico: uma abordagem bibliométrica. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.33, n.1, 2004.

OTRANTO, Celia Regina. A política de educação profissional do governo Lula: novos caminhos da educação superior. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 34., 2011, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: Editora da UFRN, 2011. Disponível em: <<http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT11/GT11-315%20int.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. Avaliação institucional externa no SINAES: considerações sobre a prática recente. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v.16, n.1, p.11-36, mar. 2011.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter (Orgs.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. 7.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p.21-38.

PINHEIRO, Diógenes. Universidade e comunidades populares: um diálogo necessário. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 30., 2007, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPED: 30 anos de pesquisa e compromisso social, 2007. Disponível em: <<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT06-3542--Int.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

PIOTTO, Débora C. Aspectos psíquicos de trajetórias escolares prolongadas nas camadas populares. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 30., 2007, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPED: 30 anos de pesquisa e compromisso social, 2007. Disponível em: <<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT20-3502--Int.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

PIZZORNO, Ana Cláudia Philippi et al. **Curso de extensão à distância**: interagindo na biblioteca universitária: espaço e serviços. Florianópolis: Unisul Virtual, 2003.

POLIDORI, Marlis Morosini. Políticas de avaliação da educação superior brasileira: provão, SINAES, IDD, CPC, IGC e...outros índices. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v.14, n.2, p.267-290, jul. 2009.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Cosete. **Excelência na educação**: a escola de qualidade total. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999a.

RAMOS, Maria Etelvina Madalozzo (Org.). **Tecnologia e novas formas de gestão em bibliotecas universitárias**. Ponta Grossa: UEPG, 1999b.

RAPOSO, Maria de Fátima Pereira; ESPÍRITO SANTO, Carmelita. Biblioteca universitária pro ativa. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.4, n.1, p.87-101, jul./dez. 2006.

RIBEIRO, Jorge Luiz Lordêlo de Sales. SINAES: o que aprendemos acerca do modelo adotado para avaliação do ensino superior no Brasil. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v.20, n.1, p.143-161, mar. 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção questões da nossa época, 11).

SCHWARTZMAN, Jacques. Um sistema de indicadores para as universidades brasileiras. In: SGUISSARDI, Valdemar (Org.). **Avaliação universitária em**

questão: reformas do estado e da educação superior. Campinas: Autores associados, 1997. p.149-175.

SILVA, Anielson Barbosa da. **Como os gerentes aprendem?**. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, Eugénio Alves da; MENDES, Maria da Conceição Barbosa. Avaliação institucional na Universidade Agostinho Neto (Angola) e regulação estatal: perspectivas, práticas e desafios. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v.17, n.2, p.317-350, jul. 2012.

SILVA, Hiran Francisco Oliveira Lopes da. **Ajuste estrutural e educação superior no Brasil:** princípios negados. João Pessoa: UFPB, 2010.

SOARES, Maria Susana Arrosa Soares. O sistema de apoio às atividades das instituições de ensino superior. In: OLIVEN, Arabela Campos et al. **A educação superior no Brasil**. Brasília, DF: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002. p. 173-176.

SOUSA, Beatriz Alves de. **Glossário:** biblioteconomia – arquivologia – comunicação – ciência da informação. 2. ed. rev. e atual. João Pessoa: UFPB, 2008.

SOUSA FILHO, Antonio Genésio de. **Análise do processo de elaboração e implementação do novo regimento interno do sistema de bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba**. 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado em Gestão) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e universidade**. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

TROSA, Sylvie. **Gestão pública por resultados:** quando o Estado se compromete. Tradução Maria Luíza de Carvalho. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: ENAP, c2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Biblioteca Central. **Histórico**. João Pessoa, c2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ufpb.br/>>. Acesso em: 05 jul. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Comissão Própria de Avaliação. **Relatórios**. João Pessoa, 2015a. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cpa/contents/relatorios>>. Acesso em: 30 out. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Plano de Desenvolvimento Institucional, 2014-2018**. João Pessoa, 2014. 131p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Regulamento do Sistema de Bibliotecas da UFPB**, anexo da Resolução 31/2009, do Conselho Universitário. João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://www.biblioteca.ufpb.br/biblioteca/contents/documentos/reg_res.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Universidade Participativa - UP. **Páginas**. João Pessoa, 2015b. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/reuni/contents/paginas>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

VIEBRANTZ, Rosalir; MOROSINI, Marília Costa. Qualidade e educação superior: a norma de qualidade para a aprendizagem, educação e formação: ISO/IEC 19796-1. **Educação**, Porto Alegre, v.32, n.3, p.277-285, set./dez. 2009.

VIEIRA, Ronaldo da Mota. **Introdução à teoria geral da biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

VIEIRA, Sofia Lerche. Política(s) e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.23, n.1, p.53-69, jan./abr. 2007.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. 2.ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995.

WEBER, Silke. Avaliação e regulação da educação superior: conquistas e impasses. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.31, n.113, p.1247-1269, out./dez. 2010.

ANEXOS

ANEXO A – Observações da avaliação institucional referente ao indicador Biblioteca UFPB.

Centros de Ensino	Cursos	Indicadores/observações		
		Espaço físico	Serviços	Acervo
CCA	Agronomia	Possui instalações razoáveis para o acervo, mas são deficientes ou inadequadas as áreas destinadas a estudos individuais ou em grupo. São inexistentes condições de acesso de pessoas portadoras de deficiências.	O horário de atendimento da biblioteca, bem como a qualidade do atendimento do pessoal e o apoio à elaboração de trabalhos acadêmicos podem ser considerados muito bons. O atendimento é feito por pessoal treinado e habilitado.	A biblioteca possui limitada quantidade de livros, periódicos e revistas, necessitando de atualização em relação à exigência de algumas disciplinas. A política de aquisição, expansão e atualização é totalmente dependente da biblioteca central, o que traz pouca flexibilidade e agilidade.
	Zootecnia	Não possui grandes dimensões, foi instalada em edificação que não foi construída para tal finalidade e sim adaptadas, em consequência disto apresenta algumas deficiências que prejudicam um bom atendimento aos estudantes, no que se refere à disponibilidade de área física adequadas para estudos coletivos e individuais no âmbito da mesma.	O pessoal de apoio disponibilizado é suficiente, devidamente treinados e capacitados. Os horários de atendimento ao público é bem amplo, permitindo muitas possibilidades de acesso aos seus serviços.	O número de terminais de computadores é insuficiente. Apresenta um acervo de qualidade, mas deficitário para atender adequadamente as necessidades do curso.
CCHSA	Adm. de agroindústrias	A biblioteca apresenta bom espaço físico para o acervo necessitando de climatização. Existem instalações para estudo	O horário de atendimento é permanente, com críticas dos discentes quanto aos serviços e ao apoio na elaboração de	O acervo de livros é quantitativamente bom merecendo maior atualização e aquisição de periódicos (não há sequer uma assinatura de periódico). Não foi apresentada base de dados nem equipamento

		individuais, porém, para os grupos de alunos não apresenta salas de estudo.	trabalhos acadêmicos.	para visualização dos recursos multimídia na biblioteca. Em termos de equipamentos, verificou-se a disponibilidade de apenas um terminal de consulta ao acervo e à internet, limitando sua utilização aos usuários.
	Adm. de cooperativas	A biblioteca apresenta bom espaço físico para o acervo necessitando de climatização. Existem instalações para estudo individuais, porém, para os grupos de alunos não apresenta salas de estudo.	O horário de atendimento é permanente, com críticas dos discentes quanto aos serviços e ao apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos.	O acervo de livros é quantitativamente bom merecendo maior atualização e aquisição de periódicos (não há sequer uma assinatura de periódico). Não foi apresentada base de dados nem equipamento para visualização dos recursos multimídia na biblioteca. Em termos de equipamentos, verificou-se a disponibilidade de apenas um terminal de consulta ao acervo e à internet, limitando sua utilização aos usuários.
CCEN	Estatística	Condições de armazenagem, de preservação e de disponibilidade do acervo são precárias. Não existem salas para estudo em grupo para cada curso oferecido.	Número pessoal técnico-administrativo qualificado é insuficiente.	Carência de livros relacionados à área, inclusive inexistência de livros indicados como bibliografia básica de algumas disciplinas. Número de periódicos é insuficiente e não foi identificada a existência de assinaturas de jornais e revistas da área. Ausência de uma política de aquisição e atualização do acervo do curso.
CCHLA	Ciências sociais	As instalações para trabalho individual e coletivo são adequadas.	Os horários de funcionamento são muito bons, e o pessoal técnico é regular (não têm formação específica).	Tem pequeno acervo (mais para as disciplinas introdutórias do curso), não está informatizada e tem muitos livros ainda não catalogados. O acervo de periódicos é muito insuficiente. É compensado pelo acesso ao portal da CAPES. Em relação ao acervo, é insuficiente e não há política de aquisição.
	Comunic. social – radialismo (2003)	A biblioteca central deve ser o melhor edifício do campus de	---	A biblioteca setorial tem um acervo considerável. Suas instalações não possuem equipamentos eletrônicos

		João Pessoa. Carece de ar-condicionado central e itens de segurança condizentes às características de sua arquitetura. A biblioteca setorial encontra-se em remodelação para ampliação do espaço.		de segurança e seu ambiente é modesto.
	Comunic. social – radialismo (2005)	A biblioteca central encontra-se em local apropriado e de fácil acesso, possuindo elevador, rampa de acesso para deficientes físicos, boa dimensão, locais de estudo individual e em grupo, salas de convivência e administrativas de ordem geral.	---	Necessita da criação de política clara de aquisição do acervo e manutenção geral do prédio e das dependências. A biblioteca merece especial cuidado por não possuir um sistema de ar-condicionado, sistema anti-mofo e pouquíssima manutenção preventiva ou de melhorias.
	Serviço social	Um enorme espaço físico com um aproveitamento bastante discutível.	O sistema de reserva de material da biblioteca não atende as necessidades dos alunos.	O acervo de livros é desatualizado, mal conservado e pequeno para o número de alunos e professores. O acervo de periódicos é inadequado e insuficiente para atender alunos e professores. Existe o sistema de Comut com a Bireme.
CCM	Medicina	A biblioteca central encontra-se em local apropriado e de fácil acesso, possuindo elevador, rampa de acesso para deficientes físicos, boa dimensão, locais de estudo individual e em grupo, salas de convivência e	---	O acervo no que se refere a livros texto é limitado numericamente e em muitas áreas do conhecimento desatualizado. Cumpre ressaltar, como positivo, a possibilidade de acesso ao Portal CAPES. Necessita da criação de política clara de aquisição do acervo e manutenção geral do prédio e das dependências. Não possui sistema anti-mofo.

		administrativas de ordem geral.		
CCS	Educ. física	Embora a biblioteca disponha de bom espaço físico. As instalações para o acervo devem ser melhoradas para fornecer uma armazenagem satisfatória, pois as prateleiras são antigas e o prédio como um todo apresenta uma elevada sensação de umidade. As instalações para estudos e leituras são compatíveis com o número de estudantes matriculados na IES, mas devem ser melhor dimensionados para garantir uma certa privacidade e tranquilidade, bem como deve ser mais iluminadas. Há rampas de acesso para portadores de necessidades especiais, porém não foi verificado a existência de tratamento diferenciado a estes estudantes.	A biblioteca funciona 14 horas diárias ininterruptas, com reservas de livros e acesso a base de dados. Os serviços são prestados por profissionais capacitados e em quantidade suficiente para atender a demanda.	O acervo e os serviços prestados pela biblioteca atendem, em parte, as exigências e necessidades de funcionamento do curso. O acervo bibliográfico constitui um conjunto razoável de títulos e exemplares para atender a proposta pedagógica do curso. No entanto, identifica-se a necessidade de implantação de uma política de aquisição para renovação do acervo, principalmente em relação aos meios de multimídias. O acervo e os serviços de catalogação estão informatizados e disponibilizados, de forma extremamente precária, para consulta dos alunos, através de terminais de computadores instalados na própria biblioteca. A assinatura de jornais e revistas permite aos docentes e discentes a leitura frequente de informações diárias, bem como o alargamento do nível de compreensão da realidade sócio-econômica mais imediata (próxima) e até a mais distante.
	Enfermagem	Um enorme espaço físico com um aproveitamento bastante discutível.	O sistema de reserva de material da biblioteca não atende as necessidades dos alunos.	O acervo de livros é desatualizado, mal conservado e pequeno para o número de alunos e professores. O acervo de periódicos nacionais é inadequado e insuficiente para atender alunos e professores e os

				internacionais são quase inexistentes. Consulta a base de dados é realizada via rede brasileira de informação em ciências da saúde. Existe o sistema de Comut com a Bireme.
	Farmácia	A biblioteca central apresenta uma estrutura física ampla e bem dimensionada.	---	O acervo de livros da biblioteca apresenta baixo número de volumes e títulos das áreas específicas da profissão farmacêutica. Esse aspecto pode estar relacionado à não observância de uma política regular de aquisição e atualização do acervo. Um grande número de exemplares de livros específicos da área farmacêutica foi observado nos laboratórios didáticos e de pesquisa, sendo os mesmos colocados à disposição dos acadêmicos de Farmácia por iniciativa dos docentes. A iluminação por sua vez é precária em toda a extensão da biblioteca, e o sistema de localização dos livros apresenta deficiências. Existe uma preocupação com os portadores de necessidades especiais, principalmente aqueles que apresentam deficiências visuais, auditivas e de fala, sendo esse um dos pontos elogiáveis da biblioteca que, inclusive apresenta um setor especial para o atendimento e prestação de serviços a esses indivíduos. A informatização da biblioteca e de seus serviços está implantada, mas em fase de adaptação a um novo programa de gerenciamento. Assim, o processo de catalogação do acervo está provisoriamente prejudicado, sendo disponibilizado até o presente momento, apenas

				informações referentes aos livros e teses defendidas na Universidade. A base de dados se encontra adequada, principalmente com a existência do Portal CAPES. A assinatura de jornais e revistas deve ser melhorada. Não existe assinatura de revistas em vigência.
	Nutrição	A biblioteca central é bem localizada e possui instalações amplas e bem distribuídas.	Os funcionários são qualificados e eficientes.	Péssimas condições de conservação do acervo: estantes muito velhas e mal conservadas, estando sua maioria enferrujadas, livros desatualizados, não existe sistema anti-mofo.
	Odontologia	Com relação ao espaço físico, podemos verificar que a Biblioteca geral é bastante ampla, porém a Biblioteca Setorial é muito pequena, não dispondo de coisas essenciais para um bom funcionamento, como salas de estudo individuais e em grupo por exemplo.	---	Quanto ao acervo, no que se refere a livros e periódicos, ambas estão muito deficientes em número e títulos, ficando muito longe do mínimo exigido, além de pouco atualizados. A parte de informática, apesar de funcionar bem na Biblioteca Central, existe poucos computadores para atender a demanda na setorial, apenas um computador para todos os alunos e docentes.
CT	Eng. de produção	As instalações, embora adequadas, deixam a desejar quanto à conservação.	---	Os livros encontram-se em quantidade adequada para o número de usuários, entretanto, o acervo encontra-se desatualizado, o que foi justificado pela não destinação de verbas para aquisição de novos títulos nos últimos 2 anos. Quanto aos periódicos são adequados para um curso de graduação.

Fonte: Relatórios de Avaliação Institucional, UFPB, 2002-2006.

ANEXO B – Observações da avaliação de curso referente ao indicador Biblioteca do CCA.

Centro de Ensino	Cursos	Indicadores/observações		
		Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados
CCA	Ciências biológicas (bacharelado)	Quanto ao acervo, atende satisfatoriamente as necessidades do curso referidas nos programas das disciplinas.	Quanto ao acervo, atende satisfatoriamente as necessidades do curso referidas nos programas das disciplinas.	Possui um acervo do tipo impresso e possui computadores com internet para o acesso ao portal de periódicos Capes.
	Ciências biológicas (licenciatura)	Quanto ao acervo, atende satisfatoriamente as necessidades do curso referidas nos programas das disciplinas.	Quanto ao acervo, atende satisfatoriamente as necessidades do curso referidas nos programas das disciplinas.	Possui um acervo do tipo impresso e possui computadores com internet para o acesso ao portal de periódicos Capes.
	Medicina veterinária	Por amostragem em todos os períodos revelou média de 13 exemplares de cada título o que, segundo a relação livro e ingressantes/ano é considerada muito boa.	---	Acesso irrestrito ao Portal de Periódicos da CAPES e os estudantes podem acessar o Portal remotamente fora do Campus.
	Química (bacharelado)	Ressalta-se que para alguns destes componentes curriculares, os livros são compartilhados com outros cursos, diminuindo um pouco a oferta.	Não há indicação em pelo menos 16 dos 37 componentes curriculares que se referem ao conteúdo básico e profissional.	Tem acesso ao Portal de Periódicos da CAPES.
	Química (licenciatura)	Considerando a oferta de vagas anual para todos os cursos que fazem uso do acervo dos livros relacionados nas ementas das disciplinas, disponibilizados no acervo físico e virtual, calcula-se que acervo encontra-se disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 10 a menos de 15 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades	Possui o número mínimo previsto por unidade curricular, com dois exemplares de cada título.	Está conectada à rede nacional de pesquisa com acesso a todos os periódicos do portal CAPES.

		curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo.		
--	--	--	--	--

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

ANEXO C – Observações da avaliação de curso referente ao indicador Biblioteca do CCAE.

Centro de Ensino	Cursos	Indicadores/observações		
		Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados
CCA	Antropologia social	Carece de parte significativa.	Carece de parte significativa.	Carece da existência.
	Antropologia visual	Faltam títulos constantes.	Faltam títulos constantes.	Não há assinatura regular.
	Ciências contábeis	Está completa, contendo uma quantia 3 livros de cada exemplar, alcançando a proporção de 1 livro para um grupo de 10 alunos.	Apresenta um número suficiente de livros indicados, mas a quantidade de livros existente é insuficiente.	Possui um número pequeno de periódicos impressos para acesso livre.
	Ciências da computação	Muitos Planos de Ensino não apresentam discriminação, e para aqueles que o fazem, observou-se vários casos de proporção inadequada de exemplar/alunos. Para algumas disciplinas, os livros não foram encontrados.	Atinge apenas um nível 'suficientemente', consideradas as indicações registradas nos Planos de Ensino das disciplinas.	Acesso on-line ao portal de periódicos CAPES. Entretanto a de se considerar que, a biblioteca não dispõe de terminais para acesso de alunos a esse material; não isenta de indicações e orientações mais específicas para o curso e que não isenta da necessidade de acesso aos periódicos consagrados para o curso e que não estão nessa plataforma ou que ainda não aderiram ao meio digital.
	Design	A biblioteca dispõe em seu acervo a maioria dos títulos constantes dos planos de ensino.	---	Acesso on-line ao portal de periódicos CAPES. Não há periódicos

		Atualmente são cerca de 160 títulos. Praticamente inexistente bibliografia estrangeira, limitando-se o acervo quase que aos autores nacionais e traduções.		impressos.
	Ecologia	O acervo da biblioteca atende aos programas das disciplinas, porém com número médio de 1 exemplar para cada 10 alunos, atendendo de forma suficiente o referencial mínimo de qualidade.	O acervo da biblioteca atende plenamente aos programas das disciplinas do curso.	A instituição apresenta assinaturas de periódicos impressos, além disso, como instituição federal tem acesso os periódicos da CAPES, atendendo de forma excelente o referencial mínimo de qualidade.
	Hotelaria	Possui acervo referente aos títulos indicados, em quantidade suficiente e de maneira informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da UFPB.	Possui acervo referente aos títulos indicados, em quantidade suficiente e de maneira informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da UFPB.	Há ainda alguns periódicos em formato eletrônico.
	Letras (língua portuguesa)	O acervo não atende 100%. Para algumas unidades curriculares, observa-se a proporção de 1 exemplar para a faixa de 15 a 20 vagas anuais.	O acervo contém, em grande parte das unidades curriculares, pelo menos, 3 títulos, com dois exemplares.	Não há política de assinatura.
	Matemática	A biblioteca possui exemplares em número suficiente para o bom atendimento dos alunos.	A biblioteca possui exemplares em número suficiente para o bom atendimento dos alunos.	Acesso on-line ao portal de periódicos CAPES. Não há assinaturas de periódicos impressos.
	Pedagogia	O acervo existente atende aos programas das disciplinas do curso, na relação de um exemplar para em torno de 8 alunos.	O acervo atende, suficientemente, as indicações referidas nos programas das disciplinas.	Não há assinatura, sob a forma impressa ou informatizada, abrangendo as áreas temáticas do curso.

	Secretariado executivo	O acervo atende de forma suficiente.	O acervo atende de forma suficiente.	Foi constatado a existência de alguns na área e em quantidade suficiente, e periódicos em áreas complementares a secretarial, mas de igual importância para formação do aluno.
	Sistemas de informação	O acervo referente aos títulos indicados (mínimo de 3 bibliografias) atende aos programas das disciplinas do curso, em quantidade suficiente, na proporção de um exemplar para até 10 (dez) alunos para cada turma.	---	Acesso on-line ao portal de periódicos CAPES, IEEE e ACM. Com relação aos periódicos impressos, a biblioteca não possui um acervo, somente umas pequenas revistas na forma de doação.

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

ANEXO D – Observações da avaliação de curso referente ao indicador Biblioteca do CCHSA.

Centro de Ensino	Cursos	Indicadores/observações		
		Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados
CCHSA	Agroecologia	Apresenta no mínimo 3 títulos/unidade curricular, disponível na proporção média de 1 exemplar para faixa de 05 vagas anuais autorizadas.	É suficiente para atender demanda das disciplinas constantes na matriz.	Foram verificados 20 (vinte) títulos na área de Agroecologia.
	Agroindústria	---	---	---
	Ciências agrárias	A proporção de exemplares por alunos é insuficiente para o atendimento adequado das disciplinas, considerando o número de usuários de cursos afins. Uma fase de aquisição de novos exemplares, em número suficiente, tem	A proporção de exemplares por alunos é insuficiente para o atendimento adequado das disciplinas, considerando o número de usuários de cursos afins. Uma fase de aquisição de novos exemplares, em	Acesso on-line ao portal de periódicos CAPES. Foram encontrados esporádicos periódicos impressos.

		ocorrido, mas ainda de forma insuficiente.	número suficiente, tem ocorrido, mas ainda de forma insuficiente.	
	Pedagogia	Foram encontradas diversas obras relativas à Pedagogia, tombados no acervo, porém em quantidade insuficiente à proporção entre exemplares e quantidade de estudantes, além da ausência de alguns títulos.	Foram encontradas diversas obras relativas à Pedagogia, tombados no acervo, porém em quantidade insuficiente à proporção entre exemplares e quantidade de estudantes, além da ausência de alguns títulos.	Não foram encontrados periódicos impressos na área de Educação. O acervo conta somente com periódicos que abordam conhecimentos gerais. Fomos informadas que a Biblioteca está, paulatinamente, adquirindo periódicos impressos relativos à área.

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

ANEXO E – Observações da avaliação de curso referente ao indicador Biblioteca do CCEN.

Centro de Ensino	Cursos	Indicadores/observações		
		Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados
CCEN	Estatística	Atende de forma suficiente aos programas das disciplinas do curso. Observou-se uma quantidade adequada, porém, a necessidade de atualização.	Atende de forma suficiente aos programas das disciplinas do curso. Observou-se uma quantidade adequada, porém, a necessidade de atualização.	Acesso on-line ao portal de periódicos CAPES.

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

ANEXO F – Observações da avaliação de curso referente ao indicador Biblioteca do CCHLA.

Centro de Ensino	Cursos	Indicadores/observações		
		Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados
CCHLA	Ciências sociais	Destaca-se a necessidade de ampliação do acervo, visto que essa ampliação não está acompanhando o mesmo ritmo da	Destaca-se a necessidade de ampliação do acervo, visto que essa ampliação não está acompanhando o	Destaca-se a necessidade de ampliação do acervo, visto que essa ampliação não está acompanhando o

		abertura de cursos	mesmo ritmo da abertura de cursos	mesmo ritmo da abertura de cursos
	Comunicação em mídias digitais	Um grande número de bibliografias não consta no formulário eletrônico e tampouco nos documentos conferidos in loco. Além disso, grande parte de obras previstas não estão informatizadas, seja na biblioteca central, seja na setorial. Para completar esse quadro insatisfatório, a biblioteca setorial está em transição, um novo prédio está sendo construído, e esta comissão não teve condições de conferir em detalhes a bibliografia, dadas as difíceis condições de acesso às obras físicas. Encontraram-se, sim, várias obras previstas nas bibliografias básicas, mas não se pode considerar este item atendido pela insuficiência de informações disponíveis no relatório preenchido, in loco e no sítio eletrônico da biblioteca.	A previsão são de dois títulos de bibliografia por unidade curricular. Porém, boa parte ou não está discriminada no relatório e-MEC, ou não consta no material apresentado in loco, ou não está informatizada no acervo da biblioteca, ou não pôde nem ser acessada fisicamente, em função das reformas da biblioteca.	Estão disponíveis, em sua grande maioria, de modo virtual. Há um grande número de periódicos nacionais e internacionais que a biblioteca central disponibiliza. Há também alguns periódicos impressos disponíveis tanto na biblioteca setorial como na central, inclusive produções próprias de professores do curso. O acesso aos periódicos impressos só foi possível no próprio curso, pois a biblioteca setorial encontra-se em obras e os materiais não estão acessíveis.
	História	Não há 1 exemplar para cada grupo de 8 alunos. Nem todos os títulos estão disponíveis na Biblioteca para consulta dos alunos.	Não há 1 exemplar para cada grupo de 8 alunos. Nem todos os títulos estão disponíveis na Biblioteca para consulta dos alunos.	Atende às necessidades de pesquisa e de leitura do curso.
	História (Movimentos Sociais do Campo)	A biblioteca é capaz de atender suficientemente à demanda dos alunos.	A biblioteca é capaz de atender suficientemente à demanda dos alunos.	As assinaturas sob a forma impressa ou informatizada, estão atualizados em sua maioria nos últimos três

				anos, abrangem as principais áreas temáticas e estão distribuídos entre as principais áreas do curso.
	Letras (clássica)	A Biblioteca do Centro de Humanas dispõe de exemplares suficientes para considerar que menos de cinco vagas anuais têm acesso a cada exemplar. Já na Biblioteca Central da UFPB, conta com uma quantidade média de seis exemplares por título.	A Biblioteca do Centro de Humanas dispõe menos de 3 títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título de forma impressa. Já na Biblioteca Central da UFPB conta com a média de três exemplares por título.	O acervo, principalmente o virtual que é maior ou igual a doze, e atendeu às demandas do Curso.
	Letras (espanhol)	No que diz respeito ao acervo, atende de modo insuficiente.	No que diz respeito ao acervo, atende de modo insuficiente.	Os periódicos da área específica atende de modo insuficiente à demanda dos alunos.
	Línguas Estrang. Aplic. às Negoc. Internac.	O acervo apresenta discrepância entre as obras disponíveis em áreas com docentes advindos de outros departamentos, posto o caráter multidisciplinar do curso. No entanto, apesar de contar com docentes dos departamentos de letras clássicas e vernáculos e letras estrangeiras modernas, onde se aloca o curso, foi constatada a inexistência de um grande número de obras, principalmente na área de língua francesa, em que pouquíssimas obras foram encontradas.	O acervo possui, pelo menos, três títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual. Foi constatado que na formação de língua estrangeira apresenta o referencial mínimo de qualidade.	Há assinatura/acesso, sob a forma impressa ou virtual, maior que 20 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos. Por seu caráter multidisciplinar, o curso possui um rol de periódicos à disposição, de excelência.
	Música (educação musical)	Em relação às bibliotecas, podemos considerar a utilização de 4	Em relação às bibliotecas, podemos considerar a	A Biblioteca Central da UFPB, abriga grande parte dos

		espaços distintos. A biblioteca do CCHLA não tem acervo informatizado e, não é de acesso livre. A biblioteca da área de Educação tem acervo informatizado e abriga os livros da área de educação do curso. A Biblioteca Central da UFPB, possui acesso livre, acervo informatizado e abriga grande parte da bibliografia do curso. Já para atendimento específico à área de Música, existe uma sala de partituras, gravações e algumas obras de referência.	utilização de 4 espaços distintos. A biblioteca do CCHLA não tem acervo informatizado e, não é de acesso livre. A biblioteca da área de Educação tem acervo informatizado e abriga os livros da área de educação do curso. A Biblioteca Central da UFPB, possui acesso livre, acervo informatizado e abriga grande parte da bibliografia do curso. Já para atendimento específico à área de Música, existe uma sala de partituras, gravações e algumas obras de referência.	periódicos e dá acesso a acervos digitais internacionais e nacionais.
	Música (instrumento - canto)	Em relação às bibliotecas, podemos considerar a utilização de 4 espaços distintos. A biblioteca do CCHLA não tem acervo informatizado e, não é de acesso livre. A biblioteca da área de Educação tem acervo informatizado e abriga os livros da área de educação do curso. A Biblioteca Central da UFPB, possui acesso livre, acervo informatizado e abriga grande parte da bibliografia do curso. Já para atendimento específico à área de Música, existe uma sala de partituras, gravações e algumas obras de referência.	Em relação às bibliotecas, podemos considerar a utilização de 4 espaços distintos. A biblioteca do CCHLA não tem acervo informatizado e, não é de acesso livre. A biblioteca da área de Educação tem acervo informatizado e abriga os livros da área de educação do curso. A Biblioteca Central da UFPB, possui acesso livre, acervo informatizado e abriga grande parte da bibliografia do curso. Já para atendimento específico à área de Música, existe	A Biblioteca Central da UFPB, abriga grande parte dos periódicos e dá acesso a acervos digitais internacionais e nacionais.

			uma sala de partituras, gravações e algumas obras de referência.	
	Teatro (bacharelado)	O acervo referente aos títulos indicados, mínimo de três (3) bibliografias, atende aos programas das disciplinas do curso, em quantidade suficiente, na proporção de um exemplar para até dez (10) alunos por turma.	As indicações atendem suficientemente, mínimo de cinco (5) bibliografias, às referidas nos programas das disciplinas.	Acesso on-line ao portal de periódicos CAPES.
	Teatro (licenciatura)	Os títulos indicados são disponibilizados em quantidade suficientes na biblioteca setorial, biblioteca central e em acervos particulares dos professores disponibilizados para consulta nas salas dos grupos de pesquisa.	Os títulos indicados são disponibilizados em quantidade suficientes na biblioteca setorial, biblioteca central e em acervos particulares dos professores disponibilizados para consulta nas salas dos grupos de pesquisa.	Acesso on-line ao portal de periódicos CAPES. Existe um acervo de periódicos impressos na biblioteca central.
	Tradução	Os títulos indicados atendem aos programas de disciplinas na relação 1/15.	Os livros são apresentados de forma atualizada e em 5 (cinco) ou mais referências nos planos de curso. Entretanto, há pouca diversidade de títulos. Em vista disso, os alunos solicitam maior atualização do acervo e aumento no número de exemplares.	As assinaturas de periódicos não são plenamente satisfatórias nas condições exigidas pelo curso.

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

ANEXO G – Observações da avaliação de curso referente ao indicador Biblioteca do CCJ.

Centro de Ensino	Cursos	Indicadores/observações		
		Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados
CCJ	Direito - João Pessoa	O acervo, com no mínimo três títulos por unidade	O acervo possui, pelo menos, cinco títulos por unidade	Há assinatura/acesso, sob a forma

		curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 5 a menos de 10 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo.	curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.	impressa ou virtual, maior ou igual a 20 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos.
	Direito - Santa Rita (autorização)	O acervo da biblioteca, que não está adequadamente atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES, atende aos programas das disciplinas dos dois primeiros anos do curso na proporção de um exemplar para cada 10 alunos de cada turma, tomados por referência os títulos indicados das disciplinas.	O acervo da biblioteca atende de modo insuficiente as indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas, merecendo destaque também à evidência de que este acervo encontra-se desatualizado e inadequadamente tombado junto ao patrimônio da IES.	O acervo da biblioteca não conta com periódicos, nem impressos, nem informatizados.
	Direito - Santa Rita (reconhecimento)	A Biblioteca é pequena, com acervo tombado, atendendo de forma suficiente, com o mínimo de 3 títulos por unidade curricular, na proporção média de um exemplar para a faixa de 10 a menos de 15 vagas anuais.	Possui pelo menos 3 títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acervo virtual.	Existem assinatura/acesso, sob forma virtual, através de convênio com a Vlex.com, que dá acesso a mais de 60 milhões de documentos de mais de 120 países e disponíveis em 13 idiomas.

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

ANEXO H – Observações da avaliação de curso referente ao indicador Biblioteca do CCS.

Centro de Ensino	Cursos	Indicadores/observações		
		Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados
CCS	Educação física	Grande parte dos títulos estão ausentes na biblioteca, a	Composta também de artigos que estão disponibilizados	---

		proporção média em relação ao número de vagas foi de 14,3 vagas por exemplar.	eletronicamente na biblioteca.	
	Fisioterapia	Os livros na estante da biblioteca estão desatualizados e bastante velhos e em péssimo estado de conservação, ficando aquém do conceito referencial mínimo de qualidade.	Os livros na estante da biblioteca estão desatualizados e bastante velhos e em péssimo estado de conservação, ficando aquém do conceito referencial mínimo de qualidade.	Acesso on-line ao portal de periódicos CAPES. Entretanto constatou-se uma quantidade insuficiente de itens e falta de atualização do acervo.
	Fonoaudiologia	Não foram localizados alguns títulos das ementas de disciplinas do curso, escolhidos aleatoriamente. No entanto, o número de exemplares também varia, conforme atestado in loco tanto no registro eletrônico quanto nas estantes, bem como na relação impressa apresentada à comissão. Os da área básica e comuns comparados a outros cursos apresentam-se em maior quantidade.	Não foram localizados alguns títulos das ementas de disciplinas do curso, escolhidos aleatoriamente. No entanto, o número de exemplares também varia, conforme atestado in loco tanto no registro eletrônico quanto nas estantes, bem como na relação impressa apresentada à comissão. Os da área básica e comuns comparados a outros cursos apresentam-se em maior quantidade.	Acesso a bases de dados de pesquisa a partir de qualquer computador da rede. No entanto, a biblioteca não realiza assinaturas de revistas da área.
	Terapia ocupacional	Não foram encontrados todos os livros indicados, nem em número suficiente para a quantidade de alunos previstos. Algumas referências de artigos internacionais, não se encontravam disponíveis, nem catalogados no sistema da biblioteca no momento da visita in loco.	Algumas referências de ementas, também não foram encontradas.	---

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

ANEXO I – Observações da avaliação de curso referente ao indicador Biblioteca do CCSA.

Centro de Ensino	Cursos	Indicadores/observações		
		Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados
CCSA	Arquivologia	O Curso utiliza basicamente duas bibliotecas: a Biblioteca Central e a Biblioteca Setorial do CCSA, onde se encontra a maioria do acervo específico. A bibliografia não se encontra toda nas bibliotecas.	O Curso utiliza basicamente duas bibliotecas: a Biblioteca Central e a Biblioteca Setorial do CCSA, onde se encontra a maioria do acervo específico. Muitos itens não se encontram nas bibliotecas.	Acesso on-line ao portal de periódicos CAPES, mas só 2 computadores encontram-se disponíveis para os usuários.
	Biblioteconomia	O curso utiliza duas bibliotecas: a Central e a do CCSA, onde se encontra a maioria significativa do acervo específico do curso. O acervo atende muito bem, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 5 a menos de 10 vagas anuais das unidades curriculares, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da UFPB.	Possui, pelo menos, três títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual, atendendo de forma suficiente, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IFES.	O curso conta com a coleção, na forma impressa e virtual, com acesso a bases de dados, e atende muito bem as necessidades dos discentes.
	Ciências atuariais	O acervo com no mínimo três títulos por unidade curricular, não está disponível em todos os títulos na proporção média de um exemplar para a faixa de 5 (cinco) alunos, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.	Não possui, pelo menos, cinco títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual. Há disciplinas sem bibliografia e, também, com menos de 5 (cinco) títulos por disciplina.	Há assinatura/acesso, sob a forma virtual, maior que 20 (vinte) títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos.
	Relações internacionais	Estão em número suficiente e	Estão em número suficiente e	Acesso on-line ao portal de

		adequado para os alunos do curso.	adequado para os alunos do curso. No entanto, muitas disciplinas possui poucos volumes.	periódicos CAPES.
--	--	-----------------------------------	---	-------------------

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

ANEXO J – Observações da avaliação de curso referente ao indicador Biblioteca do CCTA.

Centro de Ensino	Cursos	Indicadores/observações		
		Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados
CCTA	Artes visuais	O acervo de livros da biblioteca referente à área do curso é bastante significativo. Os livros da bibliografia básica se distribuem em 3 espaços distintos.	O acervo de livros da biblioteca referente à área do curso é bastante significativo.	---
	Hotelaria	Quanto ao acervo encontrou-se pelo menos 03 títulos por unidade curricular com disponibilidade na proporção média de um exemplar para faixa de 13 a 19 vagas anuais autorizadas, de cada unidade curricular estando o acervo tombado e informatizado.	Comprovou-se que possui pelo menos 5 títulos por unidade curricular com dois exemplares e também há acesso virtual.	Acesso on-line ao portal de periódicos CAPES. Possui exemplares físicos, e diversos outras bases eletrônicas à disposição dos discentes, atendendo de maneira excelente esse indicador.
	Jornalismo	O acervo, disponível na Biblioteca Central, é muito fraco, com poucos títulos, poucos volumes e praticamente todos os títulos antigos, desatualizados. Foi informado que a Biblioteca do CCTA está sendo organizada, com investimentos de cerca de R\$ 80.000,00 para aquisição das bibliografias das disciplinas, mediante a apresentação de notas fiscais e documentos dos empenhos. A	O acervo, disponível na Biblioteca Central, é muito fraco, com poucos títulos, poucos volumes e praticamente todos os títulos antigos, desatualizados. Foi informado que a Biblioteca do CCTA está sendo organizada, com investimentos de cerca de R\$ 80.000,00 para aquisição das bibliografias das disciplinas, mediante a apresentação de notas fiscais e	Acesso on-line ao portal de periódicos CAPES. E existência de publicações físicas de periódicos disponibilizadas no acervo da Biblioteca Central voltados à área de comunicação e do jornalismo.

		projeção é de que seja, "[...] oito títulos por disciplina, para as turmas até o quinto período, que há uma presença maior de discentes, e cinco títulos para as disciplinas do 6o ao 8o períodos, nos quais o número de alunos diminui, aproximando-se do total de 61 títulos". Entretanto, no momento da visita in loco, a Comissão de Avaliação constatou que o acervo não está disponível para a biblioteca setorial.	documentos dos empenhos. A projeção é de que seja, "[...] entre dois a 10 títulos por disciplina, aproximando-se do total de 206 títulos". Entretanto, no momento da visita in loco, a Comissão de Avaliação constatou que o acervo não está disponível para a biblioteca setorial.	
	Música (licenciatura)	Não estavam disponíveis para verificação, devido à greve dos funcionários. Na Biblioteca Central, a comissão em uma visita aos espaços e às estantes, constatou que havia poucos livros disponíveis. Também se visitou na biblioteca setorial, não tão bem organizada, onde há mais livros específicos; contudo, não se teve acesso ao cadastro geral, para contagem. A Biblioteca mantém grande acervo de livros digitais.	Não estavam disponíveis para verificação, devido à greve dos funcionários. Na Biblioteca Central, a comissão em uma visita aos espaços e às estantes, constatou que havia poucos livros disponíveis. Também se visitou na biblioteca setorial, não tão bem organizada, onde há mais livros específicos; contudo, não se teve acesso ao cadastro geral, para contagem. A Biblioteca mantém grande acervo de livros digitais.	Há acesso, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 20 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos três anos.
	Música popular	A consulta ao acervo do Curso, permitiu constatar que a grande maioria dos títulos indicados não estão disponíveis nas bibliotecas e os poucos títulos disponíveis não atendem minimamente a	A consulta ao acervo do Curso, permitiu constatar que a grande maioria dos títulos indicados não estão disponíveis nas bibliotecas e os poucos títulos disponíveis não atendem	Acesso on-line ao portal de periódicos CAPES.

		demanda prevista pelo número de vagas ofertadas anualmente.	minimamente a demanda prevista pelo número de vagas ofertadas anualmente.	
	Regência de bandas e fanfarras	A biblioteca talvez seja o aspecto mais desprivilegiado pois boa parte dos livros não está sequer catalogada, o que na prática impediu esta comissão de verificar número de volumes e quantidade de exemplares.	A biblioteca talvez seja o aspecto mais desprivilegiado pois boa parte dos livros não está sequer catalogada, o que na prática impediu esta comissão de verificar número de volumes e quantidade de exemplares.	---

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

ANEXO K – Observações da avaliação de curso referente ao indicador Biblioteca do CE.

Centro de Ensino	Cursos	Indicadores/observações		
		Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados
CE	Ciências das religiões (bacharelado)	Quanto ao acervo da bibliografia, observou-se pela consulta on-line e pelas estantes das bibliotecas a disponibilidade de, em média, 5 exemplares composta por três títulos, e acesso a livros eletrônicos em duas bases.	Quanto ao acervo da bibliografia, observou-se pela consulta on-line e pelas estantes das bibliotecas a disponibilidade de, em média, 2 exemplares composta por 5 títulos, e acesso a livros eletrônicos em duas bases.	Acesso on-line ao portal de periódicos CAPES.
	Ciências das religiões (licenciatura)	O acervo conta com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 5 a menos de 10 vagas anuais autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.	---	Acesso on-line ao portal de periódicos CAPES. Deve-se mencionar que a IES optou por não assinar periódicos em forma impressa, dando preferência aos virtuais.
	Pedagogia	Com no mínimo três	Possui, pelo	Há

		títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 15 a menos de 20 vagas anuais autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo.	menos, dois títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual apenas na biblioteca central.	assinatura/acesso, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 10 e menor que 15 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos.
	Pedagogia do campo	Atente suficientemente ao conjunto das disciplinas.	Atente suficientemente ao conjunto das disciplinas.	---
	Psicopedagogia	No que tange à bibliografia, tanto no que se refere aos aspectos quantitativos quanto aos qualitativos, necessita de adequações para atender de maneira plena às demandas do curso. Todo o acervo bibliográfico está informatizado.	No que tange à bibliografia, tanto no que se refere aos aspectos quantitativos quanto aos qualitativos, necessita de adequações para atender de maneira plena às demandas do curso. Todo o acervo bibliográfico está informatizado.	A IES não apresentou, na ocasião da visita, assinatura/acesso de periódicos, sob a forma impressa ou virtual.

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

ANEXO L – Observações da avaliação de curso referente ao indicador Biblioteca do CEAR.

Centro de Ensino	Cursos	Indicadores/observações		
		Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados
CEAR	Engenharia de energias renováveis	Há disponibilidade considerada suficiente, uma vez que o acervo, apresenta em média três títulos por unidade curricular, que está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 10 a menos de 15 vagas anuais ofertadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que	Atende de forma insuficiente ao curso já que os planos de aula apresentaram em 58,1% das disciplinas 0 (13,9%), 1 (18,6%) ou 2 (25,5%) obras. Cabe salientar que a bibliografia não está disponível no PPC do Curso e é apresentada nos Planos de Curso de cada Disciplina.	Acesso on-line ao portal de periódicos CAPES, e a assinatura de títulos na área do curso.

		efetivamente utilizam o acervo.		
	Engenharia elétrica	O acervo atende a pelo menos 10 cursos de Engenharia, além de outros cursos. Foi verificado in loco, que algumas disciplinas, tem número insuficiente de exemplares.	---	Acesso on-line ao portal de periódicos CAPES.

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

ANEXO M – Observações da avaliação de curso referente ao indicador Biblioteca do CI.

Centro de Ensino	Cursos	Indicadores/observações		
		Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados
CI	Engenharia de computação	Diversos componentes curriculares, possui apenas um livro como referência básica, outros, possui apenas livros eletrônicos, sendo insuficiente para atender ao requisito de três títulos por unidade curricular.	Diversos componentes curriculares possuem apenas um ou nenhum título da bibliografia.	Acesso on-line ao portal de periódicos CAPES e a diversas bases de dados da engenharia, assim como periódicos físicos, atendendo de maneira excelente ao item.
	Matemática computacional	Algumas unidades curriculares que compõem a matriz curricular do curso em avaliação não possuem um mínimo de três títulos, conforme análise do PPC. Por fim, diversos títulos indicados no PPC não foram encontrados no acervo.	Algumas unidades curriculares que compõem a matriz curricular do curso em avaliação não possuem um mínimo de dois títulos, conforme análise do PPC. Por fim, diversos títulos indicados no PPC não foram encontrados no acervo.	Acesso on-line ao portal de periódicos CAPES.

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

ANEXO N – Observações da avaliação de curso referente ao indicador Biblioteca do CT.

Centro de Ensino	Cursos	Indicadores/observações		
		Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados
CT	Engenharia	Alguns conteúdos	Alguns conteúdos	Acesso on-line ao

	ambiental	citam apenas obras em língua estrangeira e alguns indicavam apenas uma única bibliografia. Em consulta feita ao acervo por amostragem dos conteúdos curriculares e contabilização dos exemplares, verificou-se que o curso possui em média um exemplar de cada unidade curricular amostrada para 17,41 vagas anuais.	citam apenas obras em língua estrangeira e alguns indicavam apenas uma única bibliografia. Diante da dificuldade supracitada, considerou-se o indicador suficiente.	portal de periódicos CAPES.
	Engenharia de materiais	O acervo, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 10 a menos de 15 vagas anuais autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.	O acervo, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 10 a menos de 15 vagas anuais autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.	Acesso on-line ao portal de periódicos CAPES. Há assinatura/acesso, sob a forma impressa e virtual, maior ou igual a 20 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos.
	Engenharia de produção	Não existe um mínimo de três títulos por unidade curricular e, 29 componentes curriculares não possuem nenhuma bibliografia cadastrada.	Apenas 3 componentes curriculares possuem bibliografia cadastrada.	Há acesso ao portal de periódicos CAPES, sob a forma virtual, distribuídos entre as principais áreas do curso.
	Engenharia química	---	---	Acesso on-line ao portal de periódicos CAPES. Não há assinatura de periódicos impressos.

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.

ANEXO O – Observações da avaliação de curso referente ao indicador Biblioteca do CTDR.

Centro de Ensino	Cursos	Indicadores/observações		
		Bibliografia básica	Bibliografia complementar	Periódicos especializados
CTDR	Gastronomia	Disponíveis em número adequado.	Ainda estão em processo de compra.	Há assinatura e acesso, sob a forma impressa ou virtual, porém os periódicos impressos estão alocados na Biblioteca Central da UFPB.
	Gestão pública	Possui, no mínimo, 3 (três) títulos e que está disponível, em média, de um exemplar para a faixa de 10 a menos de 15 vagas anuais autorizadas de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.	É usado um mínimo de 03 títulos, estando disponíveis o mínimo de 02 exemplares para cada título.	Há acesso, sob a forma impressa ou virtual, com a quantidade maior que 20 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso.
	Tecnologia de alimentos	O acervo está disponível, mas em várias unidades curriculares não existe um mínimo de três títulos.	Em relação ao acervo, o mesmo está disponível, mas, em várias unidades curriculares existem menos de dois títulos, e em outras não tem bibliografia.	Acesso on-line ao portal de periódicos CAPES. Há assinatura, sob a forma impressa ou virtual.
	Tecnologia em produção sucroalcooleira	Os títulos indicados atendem aos programas das disciplinas do curso, na proporção de um exemplar para até 20 (na média) alunos, os livros estão cadastrados em um sistema on-line, atualizados e tombados junto ao patrimônio da IES.	Possuem pelo menos três títulos para cada componente curricular.	Acesso on-line ao portal de periódicos CAPES. Há acesso, sob a forma impressa ou virtual.

Fonte: Relatórios de Avaliação de Cursos, UFPB, 2007-2016.